



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

BENEDITA DA GUIA FERREIRA MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE NO ESPAÇO
RURAL: ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ - SERRA
AZUL/SP**

**SÃO CARLOS – SP
2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

BENEDITA DA GUIA FERREIRA MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE NO ESPAÇO
RURAL: ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ - SERRA
AZUL/SP**

**Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia do Centro de Educação e
Ciências Humanas da Universidade
Federal de São Carlos, como parte dos
requisitos exigidos para obtenção do
título de Mestre em Sociologia.**

Orientação: Prof. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho

**SÃO CARLOS – SP
2014**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M538pp

Mendes, Benedita da Guia Ferreira.
Políticas públicas e juventude no espaço rural :
assentamento Sepé Tiarajú - Serra Azul/SP / Benedita da
Guia Ferreira Mendes. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
103 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2011.

1. Juventude. 2. Juventude rural. 3. Políticas públicas. 4.
Assentamentos rurais. I. Título.

CDD: 305.235 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos - SP / Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Benedita da Guia Ferreira Mendes

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 14 de dezembro de 2011 às 14h, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 14 de dezembro de 2011.

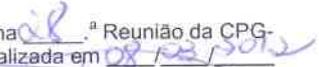
BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar
Orientadora e Presidente

Prof. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dra. Marcia Regina de Oliveira Andrade
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP

Para uso da CPG

Homologado na  4ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 08/12/2012

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS



Ao Paulo Alberto dos Santos Vieira,
por todo incentivo, apoio e
cumplicidade, desde que atravessamos
juntos a Serra do Mangaval.

|

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Ilma Ferreira da Silva, ao meu pai Cassemiro Ferreira Mendes e sua esposa Ana Juremi, por todos os estímulos, orações e preocupações desde o início desta jornada. A minha irmã Zilma, meu porto seguro em muitos momentos. Minha irmã Vilma, que sempre me enaltece com sua firmeza e que colocou em minha vida Bárbara, Erick e Bruno, meus sobrinhos amados. Ao meu irmão Túlio, cunhado Vilmon e primo Elerson, sou grata pelos momentos que pude compartilhar com vocês um pouco sobre a pesquisa.

A minha grande amiga, para além da vida, Thamara, pelas leituras, críticas e apoio, além de toda acolhida desde o nosso primeiro contato e também a toda sua família, Sílvio, Regina, Amanda, Aron e Júnior.

A Josiane por seu jeito singelo de ver a vida, pela amizade e disposição que sempre estive ao meu alcance.

A Daniela, minha irmã que encontrei nesta terra para desfrutarmos de vários momentos de muitas conversas, reflexões, alegrias e tristezas. Grata por todas as vibrações, contribuições e auxílios. Junto com você tive o prazer de desfrutar da presença de sua família, gente bonita no jeito de viver.

A Marcela, pela sua serenidade e firmeza nos momentos que nem ela imaginava, mas faziam toda diferença na minha vida. Adotei sua família no coração.

A Eneida, uma dama das muitas alegrias, vivências e experiências. Obrigada por todo seu carinho, cuidado e zelo.

A Jacqueline, companheira e amiga de anos. Grata pelas leituras, sugestões e por trilhar comigo este caminho. Juntamente, trago a presença do meu amigo Alonso, pelas belas reflexões acerca do rural brasileiro.

A Karina, por me ajudar a cruzar este caminho desde antes desta pesquisa começar. Quantas coisas enfrentamos juntas e chegamos até aqui.

A Audria, por toda sua dedicação e respeito. Grata por sua preocupação em sempre querer saber sobre mim e sobre a pesquisa.

A Nilza, pela presença alegre e encantadora nas rodas de conversa. Sua alegria sempre contagia.

A D. Gilda, Gilda Mára, Ana Cristina, Sebastião Crispim, Ana Cláudia, Amilton, Alcimar, Alan Douglas e João Victor, por toda torcida, vibração e certeza de que chegaria o dia da “formatura”.

Aos colegas do mestrado Diego, Airton, Rodrigo, Daniela, Giane, Mailce e Juliana. E também à turma do doutorado, pessoas queridas como Dora, Beatriz, Thaís Moya e Priscila. Vocês fizeram toda diferença nesta jornada acadêmica.

José Claudio e Gisela, agradeço por toda acolhida nos momentos da pesquisa de campo em Ribeirão Preto.

A todos os integrantes do Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade – NUESTRA, Rejane, Elizabete, Mariana e Elisa. Obrigada pelas leituras e as muitas contribuições durante o processo de pesquisa. Mesmo aos que não foram citados, mas que pertencem ao núcleo, meus sinceros agradecimentos.

Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, especialmente, a Patrícia de Cássia e ao professor Valter Silvério, pelas contribuições em recursos materiais para realização deste trabalho.

A D. Arlinda, Sr. Júlio e Leticia, por abrir não somente a casa de vocês, como também as “portas” do assentamento. Vocês foram fundamentais em toda essa trajetória.

A todas as juventudes, familiares e movimentos sociais do Assentamento Sepé Tiarajú. Aos técnicos do INCRA, pela disposição nas longas manhãs de entrevistas.

Ao Departamento de Sociologia, em especial à secretária Ana Suficiel Bertolo, pela dedicação, incentivo e respeito dispensado durante todo o curso.

A Rosemeire Aparecida Scopinho, amiga e orientadora. Grata por toda orientação e, principalmente, por aceitar trilhar esse caminho comigo. Sua presença foi primordial para que chegássemos até o fim.

À professora Maria Moraes, pelas significativas contribuições realizadas na banca de qualificação.

Às professoras Maria Inês e Márcia Andrade, por aceitar nosso convite em participar da banca. Meus sinceros agradecimentos.

E, por fim, aos meus guias protetores, anjos e orixás. Sei que nunca caminho só!

RESUMO

O debate acerca da juventude nas últimas décadas tem impulsionado, cada vez mais, a inserção desta temática na agenda política do país e reforçado a necessidade de compreender que a juventude brasileira não é homogênea e que carece de maior desenvolvimento no setor social, cultural e econômico das políticas específicas para esta categoria. Neste contexto, a juventude rural brasileira apresenta-se como uma categoria distanciada e invisível dos jovens urbanos. Além da invisibilidade dos sujeitos da reforma agrária no que se refere aos problemas e às necessidades concretas que os envolvem, há um distanciamento das políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária. Deste modo, a presente pesquisa teve por objetivo identificar as políticas públicas formuladas para os jovens rurais no âmbito do Estado e compreender os impactos da implantação delas na vida dos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú, localizado no município de Serra Azul/SP. Com base na realização de levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas e observações diretas, foi possível perceber que os jovens desse assentamento são invisíveis para os envolvidos no processo organizativo, bem como as políticas públicas existentes estão distanciadas da realidade do assentamento. Ainda que os assentamentos estejam próximos das cidades, a realidade dos assentamentos rurais tem suas particularidades no que tange a sua organização e relação com os movimentos sociais existentes neste espaço. Entre os temas mais que preocupam jovens e suas famílias estão a educação, o trabalho e o lazer.

| Palavras-Chave: Juventude; Jovem Rural; Políticas Públicas; Assentamento Rural.

ABSTRACT

The debate about the youth in the last decades has increasingly boosted the inclusion of this topic in the country political agenda as well as it has reinforced the need of understanding that the Brazilian youth is not homogeneous and it lacks further development in the social, cultural, and economic sectors of specific policies to that category. In that context, the Brazilian rural youth present themselves as a distant and invisible category from the urban youth. Besides the invisibility of the agrarian reform subjects, concerning the concrete needs and problems that involve them, there is also a distancing from the public policies in the agrarian reform settlements. Thus, the present research aimed to identify the public policies formulated to the rural youth within the State, and understand the impacts of their deployment in the youngsters' lives in Sepé Tiarajú settlement, which is located in Serra Azul/SP. Based on conducting a bibliographical research, semi-structured interviews, and direct observations, it was possible to notice that the youth in the settlement are invisible to those involved in the organizational process, as well as the existing public policies are distanced from the reality of the settlement. Although the settlements are near the cities, the reality of rural settlements has its own peculiarities regarding its organization and relationship to the existing social movements in those spaces. Education, work, and leisure-time activities are among the issues that most concern the youth and their families.

| Keywords: Youth; Rural Youth; Public Policies; Rural Settlement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Barraca construída para comercializar os produtos produzidos no assentamento.....	55
Figura 2. Escola no Assentamento Sepé Tiarajú em fase de conclusão.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Características dos jovens entrevistados no Assentamento Sepé Tiarajú no ano de 2010.....	61
Quadro 2. Atividades consideradas como lazer pelos jovens assentados do Assentamento Sepé Tiarajú.....	75
Quadro 3. A visão dos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú sobre o assentamento e a cidade, no que tange a aspectos positivos e negativos.....	89
Quadro 4. Expectativas dos jovens em relação ao futuro do Assentamento Sepé Tiarajú.....	92

LISTA DE SIGLAS

Ates - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

Cejuvent - Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DAP - Declaração de Aptidão do Pronaf

Embrapa - Empresa Brasileira de Agropecuária

Enceja - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG - Organização Não Governamental

PAC - Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes de Reforma Agrária

Pacto - Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PL - Projeto de Lei

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNERA - Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

Pronaf - Programa Nacional de Agricultura Familiar

Pronea - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PNJ - Plano Nacional da Juventude

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SNJ - Secretaria Nacional da Juventude

SRA- Secretaria de Reordenamento Agrário

STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

UTE's - Unidades Técnicas Estaduais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1: JUVENTUDE: BREVES CAMINHOS	19
1.1 O rural brasileiro e a juventude rural	23
1.2 Juventude rural: trabalho, educação e lazer.....	27
2: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS JOVENS RURAIS.....	32
2.1 Assentamento rural e políticas públicas	35
2.2 As políticas públicas para a juventude rural.....	38
2.3 As mobilizações da juventude rural.....	43
2.4 Um ator político que não está em cena	48
3: OS JOVENS DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	52
3.1 A juventude do assentamento	59
3.2 Educação, trabalho e lazer	65
3.3 Políticas públicas: dificuldades e necessidades	77
3.4 As expectativas e o futuro dos jovens no assentamento.....	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

INTRODUÇÃO

É perceptível que o rural brasileiro tem enfrentado muitas mudanças nos últimos tempos. Especialmente se considerarmos o ritmo acelerado do crescimento da monocultura alastrada por todo território, elevando o país como grande produtor de cana de açúcar e exportador de grãos. Esse acelerado crescimento está designado a, apenas, uma pequena parcela da população, ou seja, para os grandes latifundiários e seus investidores que insistem em propagar que a agricultura brasileira tem contribuído para o desenvolvimento e a modernização do rural. Entretanto, a outra face deste crescimento que corresponde à grande maioria da população que vive, principalmente, no rural, não participa desse desenvolvimento e ainda enfrenta as consequências negativas causadas por esse processo, como no embate político frente à desapropriação de grandes latifúndios, em que a terra deixa de cumprir sua função social que é possibilitar o acesso à educação, trabalho e renda para as famílias assentadas. Dessa forma, tem se disseminado, no rural, assentamentos com problemas graves de infraestruturas, de acesso aos créditos rurais, de produção e comercialização dos produtos, além dos enfrentamentos há tempos debatidos como: migração, falta de acesso à terra, violência no campo, insuficiência da política reforma agrária e outros.

Contudo, além dos problemas acima citados, emerge nos assentamentos rurais a necessidade de acessibilidade às políticas públicas destinadas ao rural, cuja implantação efetiva possibilitaria que as famílias assentadas permanecessem na terra. Entretanto, a realidade apresentada pelos assentamentos rurais tem demonstrado que as políticas públicas têm sido um mecanismo de poucos investimentos pelas instâncias do governo, seja da União, dos Estados ou dos municípios, e isso tem trazido consequências, especialmente, aos sujeitos que dependem destes assentamentos para sobreviver. Assim, nesta dissertação, visamos debater o processo de implantação das políticas públicas destinadas aos jovens que vivem em assentamentos rurais.

Todavia, antes de entrarmos na especificidade da juventude rural, faz-se necessário tecer rápidas considerações acerca da juventude como um todo. Podemos afirmar que as questões vivenciadas e experimentadas pelas juventudes brasileiras têm servido de base para analisar essa categoria diante dos inúmeros enfrentamentos com que se deparam os jovens

no seu cotidiano, como os apresentados por Abramovay (2005), Sposito (2005), Andrade (2008) e Durston (1998). Esses autores apontam reflexões acerca da educação, violência e trabalho, que são eixos relevantes, especialmente, em se tratando de juventude urbana. Nota-se que a juventude urbana deixou de ser uma categoria de total invisibilidade aos olhos da sociedade e das instâncias governamentais. Tanto que, atualmente, existem juventudes organizadas e atuantes nos conselhos públicos municipais, secretarias de educação e cultura, onde manifestam suas opiniões e contribuem na formulação das políticas públicas direcionadas às várias juventudes espalhadas por este país. É certo que estes avanços foram conquistados por meio de um conjunto de ações e atuações da própria categoria da juventude, bem como dos movimentos sociais e dos debates políticos e sociais que deram vazão aos problemas enfrentados pelos jovens brasileiros.

Importante considerar que ao falar em juventude, rapidamente, somos conduzidos a fazer associação com o recorte etário, cujo entendimento permite afirmar ou não que se trata de um jovem. Todavia, Castro (2005) alerta que o

recorte etário permite pesquisas quantitativas em larga escala e a definição de público-alvo de políticas públicas e deve-se observar os limites destas definições e questionar a naturalização da associação entre juventude e uma faixa etária específica (CASTRO, 2005, p. 4).

Castro (2005, p. 6) afirma que “juventude é uma categoria social que, via de regra, relega aqueles assim classificados a um espaço de subordinação nas relações sociais”. Isto é facilmente perceptível na medida em que a juventude reivindica atuação e participação em instâncias que a adota como categoria importante para o desenvolvimento das políticas públicas. Ademais, o autor ressalta os cuidados que se deve atentar aos debates acerca da juventude:

olhar para determinados indivíduos a partir da ideia de que estão numa fase de transição do ciclo de vida ou mesmo biológico, transfere para aqueles que assim são identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Isto tem implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão (CASTRO, 2005, p. 35).

Para a juventude rural, esses apontamentos feitos por Castro (2005) não são desiguais. A semelhança é que o jovem rural está sendo construído a partir de espaço

assinalado por condições, muitas vezes, precárias da permanência e sobrevivência na terra, como tem sido demonstrado em pesquisas realizadas¹ nos assentamentos rurais brasileiros. Compreendemos o jovem rural como uma categoria autoidentificada, ou seja, esse jovem se identifica desta forma por viver essa fase da juventude no meio rural e constrói assim sua identidade. Ao mesmo, apreendemos, também, que são identificadas, especialmente pelas famílias, políticas públicas, bem como por aqueles que não habitam o meio rural. Para estes jovens basta dizer que residem num assentamento que automaticamente são identificados que são da roça, do rural.

Tomamos por objeto de estudo desta pesquisa o processo de implantação das políticas públicas para a juventude rural e, assim, elegemos como campo empírico o Assentamento Sepé Tiarajú, localizado no município de Serra Azul, no Estado de São Paulo, centrando-nos no objetivo de identificar as políticas públicas formuladas para os jovens rurais no âmbito do Estado e de compreender os impactos destas na vida dos jovens desse assentamento. Nossa aproximação com o assentamento iniciou-se em março de 2009, sendo que os primeiros contatos com algumas lideranças se deram no IV Encontro de Violeiros, realizado no Centro de Formação D. Hélder Câmara, em Ribeirão Preto. Em meio às primeiras conversas naquele momento pudemos perceber as inúmeras carências e preocupações dos assentados, especialmente no que se referia aos jovens, que na oportunidade já apontavam problemas como a circulação de bebidas e entorpecente no assentamento.

O Assentamento Sepé Tiarajú é resultado de uma expressiva articulação, mobilização e reivindicação na tentativa de suscitar a reforma agrária na região de Ribeirão Preto no final da década de 1990, liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, cujo enfrentamento neste período era para a desapropriação de terras públicas que estavam servindo para a monocultura de cana de açúcar na região. Passados mais de dez anos destes processos, o cenário apresentado, atualmente, não apresenta muita diferença. Isto se considerarmos que a região de Ribeirão Preto continua intensificando e ampliando este tipo de monocultura, continuando, assim, a ser destaque no setor do agronegócio. É neste cenário que o Assentamento Sepé Tiarajú e, conseqüentemente, os sujeitos que nele residem, buscam alternativas de sobrevivência e permanência na terra.

No Assentamento Sepé Tiarajú, oficialmente, desde o início do processo de implantação deste programa de reforma agrária, foram assentadas 80 famílias que

¹ CASTRO, Elisa Guaraná. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Juventude Rural: Vida no Campo e Projetos para o Futuro*.

totalizavam, aproximadamente, 418 pessoas. Em 2009, no início desta pesquisa, o assentamento estava com cinco anos de existência e foi registrado, por meio de uma contagem, a presença de 631 pessoas. Assim, constatamos que o assentamento recebeu neste período 213 pessoas, que classificamos como agregados, ou seja, são filhos, noras, pais, sobrinhos, avós ou amigos que mudaram para o assentamento e residem, atualmente, com seus familiares que são assentados. Diante da conjuntura apresentada do assentamento, existem aqueles jovens que também foram chegando conforme o crescimento populacional do assentamento, portanto, não fizeram parte dele desde o início do processo de implantação do Sepé Tiarajú.

É nítida a constatação da inexistência de políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária, especialmente, pelo fato de estas serem pautas de reivindicações dos movimentos sociais ligados à terra, dos próprios assentados e por aqueles que, ainda, almejam o direito de acesso à terra. Todavia, pode-se afirmar que embora haja toda uma mobilização de acesso às políticas públicas direcionadas especificamente para o espaço rural, tais direitos são desconhecidos entre os sujeitos que as reivindicam. Tal afirmativa se agrava quando tomamos por referência a juventude rural, pois, com exceção daqueles jovens mobilizados, organizados e que de certa forma participam das questões políticas dos seus respectivos assentamentos, os demais desconhecem, por completo, a existência das políticas públicas.

Assim, para atingir o objetivo proposto nesta dissertação, elencamos alguns atores que estão inseridos no assentamento e que julgamos serem importantes no que tange ao aprofundamento da análise acerca das políticas públicas direcionadas às juventudes rurais que são as famílias, lideranças dos movimentos sociais e agentes do Estado. A análise da visão destes atores nos permitirá compreender como as juventudes deste assentamento têm sido socialmente construídas, por meio das políticas públicas relacionadas ao trabalho, educação e lazer.

Corroboramos com a ideia de que a juventude rural apresenta-se como uma categoria invisível. Mesmo com os inúmeros avanços que os jovens têm conseguido nas últimas décadas, como as mobilizações específicas da juventude rural no território nacional, esta juventude não é apresentada como foco prioritário para as políticas públicas (CASTRO, 2005). Neste sentido, procuraremos identificar neste estudo de caso qual é o lugar dos jovens no elenco de prioridades do Assentamento Sepé Tiarajú.

Seguindo ainda os passos para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foram utilizadas as seguintes técnicas: levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas e observações diretas. Durante o percurso para realizar as entrevistas, como estratégia de aproximação, nos valem da colaboração de duas jovens que nos conduziram pelos caminhos do assentamento e, conseqüentemente, até aos outros jovens. Isto foi imprescindível para realizar o trabalho, pois a receptividade era agradável e com ar descontraído, o que, aos poucos, quebrou a timidez de muitos deles. As entrevistas foram realizadas em diferentes lugares, como nas casas dos jovens, no lote, nas festas, no bar, na roça e nas estradas, todas realizadas somente aos finais de semana.

Os sujeitos entrevistados foram jovens que residentes no assentamento e, geralmente, com seus familiares, estudam, trabalham e possuem um vínculo forte com a cidade. Por meio das 20 entrevistas realizadas foi possível classificar o recorte etário dos jovens, que perpassou dentre os 14 e 29 anos de idade, sendo 6 jovens mulheres e 14 jovens homens. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente e todas foram gravadas e transcritas na íntegra. No início, antes de iniciar as entrevistas, os jovens ficaram envergonhados em responder às perguntas. A preocupação era se conseguiriam saber responder e solicitavam informações sobre as perguntas. Sanadas as dúvidas, começávamos a entrevistá-los. As perguntas semiestruturadas permitiram-nos obter informações importantes, até então não imaginadas ao estruturarmos o roteiro. Conforme as respostas, podíamos aprofundar cada vez mais nossas entrevistas, que permitiram conhecer melhor os sujeitos da pesquisa. À medida que íamos realizando as entrevistas estas eram transcritas e, aos poucos, fomos obtendo um panorama geral dos sujeitos. Ao final das entrevistas, para que pudéssemos analisar as informações obtidas, construímos um quadro sintético das caracterizações dos jovens entrevistados, bem como construímos um conjunto de categorias que pudessem nos auxiliar no alcance dos objetivos propostos para a pesquisa.

Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas com os familiares, agente do Estado e liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O nosso objetivo com estas entrevistas foi obter informações acerca da visão destes sujeitos sobre as políticas públicas voltadas aos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú. Adotamos o mesmo procedimento utilizado nas entrevistas com os jovens: o critério de saturação, a gravação e a transcrição.

Logo no início do trabalho de campo, nas idas e vindas ao assentamento, as observações diretas se deram em momentos diferenciados. Dentre eles um ato público pela

ocupação de uma fazenda localizada ao lado do Assentamento Sepé Tiarajú, organizado pelo MST. Estiveram presentes os parceiros do movimento com um grupo organizado de estudantes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Defensoria Pública e também lideranças do Assentamento Sepé Tiarajú que, na realidade, servia como base de apoio aos acampados. Na ocasião, pudemos ouvir os discursos dos parceiros e também as reivindicações dos acampados, bem como conhecer algumas lideranças do MST e alguns jovens do Sepé Tiarajú. Outras observações foram ocorrendo durante o percurso para realização das entrevistas. Em outros momentos pudemos observar a estrutura do assentamento, a produção nos lotes, a infraestrutura, a dimensão espacial e vários outros aspectos. Na aproximação com os jovens, conseqüentemente, alguns pais sentiam a necessidade de expor suas opiniões, mas não permitiam que a entrevista fosse gravada. Nossa última observação direta foi durante a realização de uma festa comemorativa de um ano de fundação de uma cooperativa que, segundo informações de um dos associados, é a maior dentro do assentamento. Na oportunidade conhecemos seus membros e seus aliados políticos, pertencentes às cidades de Serrana, Serra Azul e Ribeirão Preto.

Centramos nossa análise em três eixos que julgamos serem imprescindíveis na vida dos jovens deste assentamento, ou seja, o trabalho, a educação e o lazer. Por meio destes eixos observamos as políticas públicas direcionadas aos jovens rurais e analisamos o processo de implantação destas políticas dentro do Assentamento Sepé.

Tendo demarcado a finalidade do trabalho, demonstraremos a seguir sua organização estrutural.

No primeiro capítulo, *Juventude: breves caminhos*, contextualizamos as juventudes e suas fases no Brasil, dando relevância aos movimentos estudantis e a inserção da temática da juventude na agenda das instâncias governamentais. Procuramos também demonstrar a pluralidade existente em torno do termo juventude, juventudes e, em seguida, a categorização do jovem rural. Ademais, por meio dos eixos trabalho, educação e lazer, pudemos observar o que tem sido constatado sobre os jovens rurais que estão nos assentamentos, bem como perceber a visão dos sujeitos envolvidos com a questão das políticas públicas destinadas aos assentamentos de reforma agrária neste país.

No segundo capítulo, *Políticas públicas para os jovens rurais*, visamos apresentar debates acerca das políticas públicas voltadas para a juventude rural no Brasil, bem como os trâmites que devem ser seguidos para que os jovens tenham acesso às políticas. Assim, elencamos as principais políticas e políticas públicas que contemplam os jovens rurais, bem

como a implantação e participação da juventude rural organizada, que tem se destacado nos últimos tempos.

No terceiro e último capítulo, *Os jovens do Assentamento Sepé Tiarajú e as políticas públicas*, apresentamos os dados da pesquisa de campo realizado no Assentamento Sepé Tiarajú, cuja análise perpassa pelo viés das políticas públicas que deveriam existir no assentamento para as juventudes e como isto desencadeará no futuro do assentamento, tendo em vista que os jovens o veem apenas como lugar de moradia.

1. JUVENTUDE: BREVES CAMINHOS

O tema juventude tem ocupado espaço na agenda social e política deste país nos últimos anos. Embora esteja vinculada, na maioria das vezes, aos problemas sociais mais evidentes como violência, droga e desemprego, esta categoria tem proporcionado reflexões importantes acerca das construções sociais dos jovens brasileiros, principalmente quando os debates apontam emergências de políticas públicas específicas para esta categoria. No entanto, há necessidade, ainda, de reflexões que levem em consideração a pluralidade das juventudes a partir das realidades que estão inseridas no cenário brasileiro.

Para que, atualmente, o tema juventude tenha conquistado “certa visibilidade” nas questões políticas e sociais neste país, houve manifestações juvenis em determinadas décadas que contribuíram na inserção dos problemas relacionados aos jovens na sociedade brasileira. Na década de 1960, por exemplo, o destaque devia-se à atuação dos movimentos estudantis, cuja principal reivindicação era o acesso às universidades. Já na década de 1970, os movimentos estudantis continuaram sua atuação e apresentaram-se como um segmento, com legitimidade social reconhecida e fundamental no processo de transformação dos valores e costumes daquela geração. A publicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), ressalta a atuação deste movimento mencionando que:

Foram os movimentos estudantis tradicionalmente o protótipo de juventude e, durante décadas, o único setor de jovens que participou no cenário social e político na qualidade de ator, em particular no enfrentamento das ditaduras e na busca de sociedades mais democráticas, assim como por mudanças sociais (UNESCO, 2004, p. 27).

No final da década de 1970 até a de 1980 a sociedade brasileira viu surgir uma nova juventude, até então desconhecida, que veio novamente marcar toda a sociedade ao demonstrar como os problemas sociais urbanos influenciavam e afetavam os jovens. Essa juventude popular urbana apresentava-se composta por habitantes das periferias que não tinham acesso à educação, enfrentavam a violência urbana e, portanto, estavam numa situação bem diferente dos jovens à frente dos movimentos estudantis. Nesse momento, outras questões sociais ganharam espaço tais como: situações específicas das jovens

mulheres como as desigualdades; exclusões e preconceitos; questões de gênero; violência doméstica; relações raciais e sexualidade que até então não era ponto de pauta do movimento estudantil.

O tema “juventude” no decorrer dos anos passou por muitas modificações no âmbito comportamental, social ou político, seja na questão comportamental como no uso da pílula anticoncepcional ou na mudança no estilo de suas roupas. Também na questão social o tema “juventude” deu visibilidade às práticas de violência sofridas, ao preconceito, a sexualidade ou na questão política, por meio das manifestações contra a ditadura militar e na luta pelo acesso à universidade. Neste período, todas essas e várias outras iniciativas da juventude, desde as mais simples como o uso da minissaia até a organização dos movimentos estudantis, que é um marco significativo, quando se pensa em juventude brasileira, principalmente, nas últimas décadas do século XX, são reflexões importantes na busca de melhor compreender esta categoria tão difusa mas que, ao mesmo tempo, possibilita ultrapassar os limites da sua construção, seja na análise do passado ou mesmo nas projeções futuras da própria categoria.

Portanto, definir o termo juventude não é uma tarefa fácil, sobretudo quando nos deparamos com o termo no plural, ou seja, “juventudes” como mencionado por Pierre Bourdieu (1983). Esse autor enfatiza que não existe apenas uma juventude e sim várias juventudes (1983, p. 113). Ademais, essas juventudes variam de acordo com as gerações, com a sociedade em que vivem e até mesmo com o modo como são definidas nas sociedades. Dessa forma, Bourdieu (1983) ressalta que:

a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Assim, podemos mencionar que, para este autor, a idade é construída socialmente e sofre as devidas alterações conforme cada sociedade. Deste modo, ao ser questionado sobre como o sociólogo aborda o problema dos jovens, Bourdieu (1983, p. 112) menciona que “o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias”. E isso é perceptível quando são estabelecidos os recortes etários das pessoas pelo viés biológico, ou seja, de quando começa ou termina a infância, adolescência, juventude, idade adulta ou a velhice, pois, dependendo do recorte etário que se está classificado, há estereótipos construídos. Há sempre o extremo, o sujeito pode ser muito jovem, seja para

realizar determinado trabalho por falta de experiência profissional ou imprecisão em tomadas de decisões quanto ao futuro, ou muito velho, especialmente no que tange a idade que pode haver limitações quanto à produtividade na execução de alguma atividade profissional. Então dependendo de tais circunstâncias ou se é muito jovem ou muito velho.

Assim sendo, diante da classificação etária entre jovens e adultos ou velhos, a juventude, muitas vezes, é vista de forma inferior em relação ao adulto/velho. Os estereótipos que recaem sobre os jovens os colocam em desvantagens nos momentos das definições das ações políticas e sociais para a categoria. Ora são vistos como irresponsáveis, imaturos, inseguros e desinteressados, sendo isso reflexo da construção desta categoria analisada a partir dos elementos físicos/biológicos ou físicos/psicológicos. Contudo, pensar a juventude por este viés é expor esta categoria em submissão aos adultos e se torna “natural” que “(...) os jovens obedeçam aos mais velhos, não só porque este tem poder, mas porque tem experiência, sabedoria” (SINGER, 2005, p. 29).

Em contrapartida, dependendo do momento histórico do país, essa mesma juventude é vista como revolucionária e transformadora, sobre a qual é depositada a esperança de um “futuro melhor”. Abramo (2005, p. 37) ressalta que “Juventude é desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas”. A autora observa que essas obviedades desaparecem à medida que haja necessidade de aprofundamento no termo, ou seja, todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo. Reforça, ainda, as necessidades específicas da juventude no campo do trabalho, educação, lazer e cultura. Desta forma, as interpretações sobre a juventude como uma categoria autoexplicativa têm dificultado a compreensão e/ou uma definição aproximada sobre essa categoria, haja vista que o termo vem sendo, constantemente, construído inter-relacionado com o contexto vivenciado por esta categoria em diferentes espaços sociais.

No Brasil, atualmente, o recorte etário designado à idade cronológica dos jovens está entre 15 a 29 anos, o que corresponde, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, a 26,4% da população, portanto, são cerca de 50,2 milhões de jovens existentes no país, conforme aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2007). Essa publicação demonstra, ainda, que os jovens nesta faixa etária, ou seja, cerca de 14 milhões de pessoas, podem ser considerados pobres (PNAD 2007, p. 11), e isso tem seu reflexo conforme demonstra Carmo (2001, p. 11) que afirma que “a preocupação

com o jovem pobre da periferia das grandes cidades muitas vezes só surge quando se querem lembrar as cifras alarmantes de violência”. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009, p. 30) haverá uma redução no crescimento da população jovem no Brasil, que chegará em 2050 a 49,5 milhões de jovens.

Os dados apresentados acima formam um conjunto de questões importantes para debatermos o tema da juventude na atualidade brasileira. O recorte etário apresentado, de 15 a 29 anos, atinge uma parcela da população considerada adulta, ou seja, após os 25 anos. Primeiramente pelo viés da constituição familiar e segundo pelo fato de que, a partir do momento que os jovens começam a trabalhar e saem da dependência, principalmente econômica, dos pais, eles adquirem o que podemos chamar de “responsabilidade” da vida adulta. A própria PNAD (2007, p. 12) faz um recorte e classifica as faixas etárias de 15 a 29 anos, apresentado suas conclusões da seguinte forma: 15 a 17 (jovem adolescente); de 18 a 24 anos (jovem-jovem); de 25 a 29 anos (jovem adulto). Neste aspecto, as políticas destinadas às juventudes, utilizam-se desses recortes etários para direcionar suas ações e atingir esses sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade no país.

Além do recorte etário, o indicativo de pobreza entre esta parcela da população expressa um problema social que inviabiliza o desenvolvimento destes jovens diante da busca por acesso ao trabalho, educação, lazer e cultura, cujas políticas públicas específicas para este público, ainda não conseguiram alcançar. Assim, fazem-se necessárias ações, mesmo políticas, que direcionem olhares diferenciados na construção da juventude, reportando-os como sujeito real e legítimo da condição em que se apresentam na fase da juventude, considerando suas necessidades, perspectivas e especificidades relativas ao seu espaço geográfico, social, cultural e econômico. Desta forma, as juventudes deixariam, ou diminuiria a possibilidade, de serem vistas, na maioria das vezes, de forma negativa e violenta como é constantemente veiculado pelos meios de comunicação.

Importante ressaltar que o recorte etário é apenas um dos vários olhares e abordagens direcionados ao termo juventude. Essa categoria marca também o momento de transição na vida das pessoas e que assim pode ser referida:

ao ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e que, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e gênero (POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA/COM JUVENTUDES, 2004, p. 23).

Para Castro et al. (2009, p. 43), essa “transitoriedade aparece como uma ‘marca’ recorrente nas definições e percepções sobre juventude nos mais diferentes cenários e contextos”. Todavia, a análise acerca da juventude deve extrapolar esse período transitório, cujas análises podem e devem considerar toda conjuntura social inserida e experimentada por essa categoria.

Na tentativa de atenuar os problemas enfrentados pela juventude brasileira, desde 2005, o governo instituiu um conjunto de instrumentos políticos direcionados às juventudes brasileiras, como a Política Nacional da Juventude (PNJ), que se desdobrou na instituição de três outros instrumentos importantes que são: a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), todos estes vinculados à Secretaria Geral da Presidência da República. Por meio desses instrumentos, os estados e municípios inserem o debate acerca da juventude nas agendas de suas administrações, seja constituindo os Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude ou, mesmo, executando os programas e projetos constituídos em nível federal. Contudo, sabe-se que estas ações nem sempre são executadas nas instâncias devidas, o que dificulta o avanço e desenvolvimento das juventudes brasileiras, cuja inserção como sujeito político em tais instâncias ainda é um desafio tanto para o Estado como para nossa sociedade.

1.1 O rural brasileiro e a juventude rural

É perceptível que o campo investigativo sobre juventude está direcionado, ao menos em sua grande maioria, para o meio urbano, cujas visões, avaliações e percepções são analisadas nas mais diversas dimensões como: social, política, econômica e cultural. Dada essa “visibilidade” aos jovens urbanos, direcionaremos nosso foco para as juventudes que residem nos espaços rurais brasileiros, ou seja, as juventudes rurais.

Os jovens rurais estão inseridos num cenário de muitos debates, seja na distribuição da terra, produção agrícola, permanência no campo, nas ações políticas e nas políticas públicas, bem como de controvérsias nas mais variadas instâncias, perpassando pelo meio político, social, cultural e econômico.

A luta pelo direito à terra é histórica em nosso país, de um lado os grandes proprietários, cuja concentração de terras serve para monocultura e criação de gado para grandes exportações. Do outro os indivíduos desprovidos de usufruir do direito à terra para

desenvolverem a agricultura familiar, a comercialização dos produtos produzidos e consequentemente a oportunidade de viver e sobreviver do usufruto da terra. Sabe-se, porém, que na atual conjuntura brasileira isso nem sempre é possível, pois os assentamentos destinados à reforma agrária enfrentam inúmeras dificuldades, inicialmente pela infraestrutura, como ausência de água, solo não propício para plantio, ausência de assistência técnica e tantos outros quesitos imprescindíveis nesse processo; obviamente que isso é imaginado nas condições mínimas para manter-se num assentamento. Assim, na medida em que as famílias vão permanecendo na terra, enfrentam situações como inacessibilidade aos créditos destinados aos sujeitos da reforma agrária, dificuldade de escoamento da produção e a insuficiência de assistência técnica contínua e de qualidade por parte do estado. Tais problemas possuem raízes históricas, pois a terra sempre foi alvo de disputa no país e mesmo tendo avanços na criação de leis que condicionam a distribuição de terras, isto não é garantia de acessibilidade e de que esta distribuição seja pacífica, alcançando os sujeitos da reforma agrária.

Logo, refletir sobre o rural brasileiro, atualmente, requer atenção a um conjunto de elementos que envolvem este mundo, que vai desde o processo de luta pela conquista da terra, perpassando pelas grandes exportações agrícolas, até levar em consideração os sujeitos envolvidos neste cenário, como é o caso da juventude. Contudo, é importante salientar que esse mundo rural não está isolado, compartilha das ações políticas, principalmente, do setor econômico e acaba por influenciar até mesmo a vida dos pequenos produtores rurais. Assim, devemos nos perguntarmos de qual mundo rural estamos falando? Partindo dessa indagação, Wanderley (2001) apresenta uma importante reflexão que enfatiza o seguinte:

Quando estou falando de mundo rural, refiro-me a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não estou, portanto, supondo a existência de qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução (WANDERLEY, 2001, p. 32).

Na reflexão dessa autora, o mundo rural brasileiro não está desvincilhado das discussões que sempre estão em pauta na sociedade brasileira como violência, educação, saúde, lazer, economia, cultura e política, ou seja, caminha na transversalidade destes debates que, também, estão refletidos no meio rural. Entretanto, devemos reconhecer que o mundo rural possui características próprias como nas questões históricas, sociais, culturais e

ecológicas bem específicas, mas que não deixam de se inter-relacionar com o mundo urbano Wanderley (2001, p. 33).

Assim, a relação campo e cidade tornam-se cada vez mais estreitas não somente nos “debates” em comum, mas também na medida em que os assentamentos destinados à reforma agrária são implantados bem mais próximos das cidades, sendo que os municípios, de qualquer porte, são “obrigados” a pensar na função administrativa urbana considerando os espaços rurais que são de sua responsabilidade sem eximir, obviamente, o estado deste compromisso. Além dessa aproximação geográfica entre o campo e a cidade, percebe-se que os sujeitos que residem no meio rural e aqui, em especial, as juventudes rurais, vão adquirindo e construindo valores urbanos à medida que esse espaço passa ser referência de desenvolvimento pessoal, profissional e educacional. Com estes valores, os jovens são estimulados à formulação de projetos individuais voltados para o objetivo de “melhoria de vida” associada ao surgimento de novas necessidades, o que contribui para romper com o padrão de reprodução social anterior (CARNEIRO, 2005, p. 251).

A migração, do campo para a cidade, sempre foi um problema que há tempos tem ocupado espaços nas pesquisas direcionadas ao meio rural. Para a juventude, esse dilema desponta de maneira, muitas vezes, contundente, pois está vinculado à sobrevivência familiar no lote e os sonhos dos próprios jovens em melhores condições de vida. Portanto, sair do lote e, conseqüentemente, do assentamento, faz com que recaia sobre a juventude a responsabilidade de continuação ou não do espaço rural. Ademais, para Carneiro (1999):

a migração, temporária ou definitiva, para a cidade expõe os jovens ao contato com um sistema variado de valores que são absorvidos, ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original quanto no sentido de negá-los (CARNEIRO 1999, p.11).

Diante deste cenário, seja no estreitamento entre o campo e a cidade, na inserção no mundo do trabalho ou na construção de novos valores por parte da juventude rural, Carneiro (2005, p. 245) observa que é difícil obter uma definição exata do termo juventude rural, não somente por este cenário, mas também pela imprecisão do que se entende por “rural”, questão que se acentua com a intensificação da comunicação entre os universos culturais e sociais do campo e da cidade. Para esta autora, a juventude rural é uma categoria “invisível”, justificada pela imprecisão no que tange à inserção desta categoria no campo do trabalho, bem como na atuação e participação nas instâncias sociais. Assim sendo, a juventude rural está associada à mesma definição dada para a juventude urbana, ou seja, uma categoria

imprecisa, mutável, mas construída socialmente, tendo como diferença a juventude rural estar sendo construída na transitoriedade entre o rural e o urbano, enquanto que os jovens urbanos têm como referência somente a realidade urbana. Tais situações reafirmam a citação de Castro (2005, p. 115) ao mencionar que o jovem rural brasileiro “é pouco conhecido e ainda muito negligenciado pelas pesquisas sobre o tema juventude”.

Na pesquisa realizada por Castro (2005, p. 153) para tese do seu doutoramento, é enfatizada a difícil escolha da juventude rural entre “ficar” ou “sair” desse mundo rural. A autora verificou nessa pesquisa que os “sonhos” dos filhos dos assentados, em alguns casos, parecem apontar para um desejo de ruptura, no futuro, com o lote e com o assentamento”. Esses sonhos estão associados às realidades vivenciadas pelas juventudes nos assentamentos, cuja projeção do futuro não está alicerçada, muitas vezes, na permanência no assentamento. Além da juventude, isto é alimentado pelos próprios familiares que não visualizam seus filhos e filhas trabalhando no campo. Castro (2005, p. 154) aponta esta questão afirmando que essa visão “aparece ao lado da afirmação de preferir que eles tenham um futuro melhor do que o seu, ou seja, saírem do campo e migrarem para a cidade, acreditando que esse futuro ‘melhor’ esteja por lá”.

Castro (2005), em sua pesquisa, tem como referência a juventude rural de um assentamento e acampamento situado na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, cujo propósito foi averiguar a categoria “juventude rural” inserida nas redes sociais nos espaços do assentamento e do acampamento. Portanto, na medida em que esta autora foi se inserindo no cenário da juventude rural organizada socialmente, verificou uma espécie de “reordenação” desta categoria, ou seja, a juventude rural e seus correlatos como jovem rural ou jovem da roça, aparece como categoria aglutinadora de atuação política (CASTRO, 2005). Consequentemente, esta “reordenação” aponta para uma juventude rural que surge no mundo rural brasileiro como um “ator político”. Deste ponto de vista, Castro (2009) aponta alternativas para que a juventude rural saia, ou ao menos comece a sair, do campo da invisibilidade enfatizada por Carneiro (2005).

Diante das reflexões apresentadas sobre juventude rural brasileira, compreendemos essa categoria interligada com o cenário rural que está em constante movimentação, tanto pelo ponto de vista da relação campo e cidade, como pelos próprios jovens que vivenciam a fase da juventude num espaço rural, embora haja, por parte destes, pouco envolvimento nas instâncias de decisões no meio rural. Este cenário é evidenciado em assentamentos cuja juventude rural não está organizada enquanto movimento, como é o caso dos jovens desta

pesquisa. Apesar disso, embora não estejam de forma organizada nos assentamentos é salutar mencionar a afirmação Castro (2009), “juventudes rurais ou jovens rurais são aqueles que vivem a experiência da vida como jovens, e assim são tratados”. Portanto, estes sujeitos contribuem e suscitam questões pertinentes e relevantes, próprias desta categoria como o campo do trabalho, educação e lazer, como será apresentado a seguir.

1.2 Juventude rural: trabalho, educação e lazer

Embora o interesse em pesquisas acerca da juventude rural brasileira seja recente, principalmente com enfoques nas questões sociais e culturais, como demonstrado por Carneiro (2005) e também verificado por Castro (2005; 2009), observa-se que as pesquisas existentes apontam reflexões sobre migração, permanência, sobrevivência, produção agrícola, educação, trabalho, lazer e outros temas. Tais abordagens são preocupações que estão inseridas tanto na vida dos jovens como de seus familiares, porém, observa-se que a migração dos jovens rurais para a cidade ou mesmo para outros lugares rurais está entrelaçada com a questão do trabalho, educação e também o lazer.

Partindo desses indicativos e da reflexão apontada por Carneiro (1999) no que tange à migração “temporária” ou definitiva dos jovens rurais, poderíamos apresentar uma lista de comprovações. Entretanto, o campo do trabalho tem se apresentado de forma incisiva e desafiadora para estes jovens sujeitos, o que nos remete a observar que o trabalho tem servido como “justificativa” para migração da juventude rural do campo. Tal observação pode ser verificada na afirmação de Gontijo (2007) que menciona o seguinte:

A questão do trabalho (ou da sua falta) é a justificativa mais recorrente dos jovens que desejam migrar do campo para a cidade. Nesse contexto, identifica-se um grande pessimismo na avaliação sobre o futuro da agricultura, provocada pelas péssimas condições de trabalho no meio rural, traduzidos no trabalho mal remunerado, pesado e incerto e, num grande otimismo por parte desses jovens sobre as possibilidades de ascensão sócio-profissional na cidade (GONTIJO, 2007, p. 201).

Neste sentido, considera-se que transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho atingem tanto o campo quanto a cidade e se têm apresentado como um dos maiores problemas para a sociedade contemporânea, principalmente no que concerne à formação e à inserção dos jovens rurais neste espaço; e tornou-se um desafio para todos os agentes envolvidos com a questão agrária, especialmente, porque essa juventude “(...) apresenta-se

longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, pequeno produtor familiar, lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos” (CASTRO, 2008, p. 55). Ademais, o jovem rural também está entrelaçado aos problemas que existem no meio rural, como sobrevivência, permanência ou aquisição do seu pedaço de terra, além da inacessibilidade às políticas públicas, financiamento e assistência técnica que possibilitariam melhorias nas produções e comercializações nos assentamentos em que residem.

Todavia, o trabalho tornou-se um marco na vida da juventude, pois exprime significados que esta categoria compreende como uma transição para a vida adulta. Isto não é somente por parte dos jovens, mas também pelas próprias famílias que veem nesta “imaginável” transição uma possibilidade de ampliar a renda familiar. Neste sentido, Carneiro (2005) menciona que:

as pesquisas sobre a organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe de trabalho familiar, seja como aprendiz de agricultor, nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar complementando a renda da família com seus salários precários (CARNEIRO, 2005; p. 243-244).

Desse ponto de vista, pode-se suscitar que tais pesquisas realizadas submetem a juventude rural a uma posição de submissão aos adultos, mais precisamente dos pais e isso contribui para que essa juventude continue na invisibilidade, principalmente, pelo viés do debate sobre o trabalho.

Não obstante ao trabalho, a educação da juventude rural tem sido amplamente debatida quando o enfoque está direcionado para os acertos e contradições acerca da educação do ou para o campo. A questão educacional é um desafio para o Estado brasileiro, principalmente por esta população jovem também fazer parte dos índices de analfabetismo no país. Obviamente que bem menos que a população idosa, que segundo Corbucci et al. (2009):

Quando se analisam as taxas de analfabetismo no Brasil segundo os diferentes grupos de idade, verifica-se enorme discrepância entre jovens e idosos. Se na faixa de 15 a 24 anos a taxa de analfabetismo correspondia a 2,2%, em 2007, entre pessoas com 60 anos ou mais a proporção de analfabetismo atingia 28,4%, fato revelador de um enorme passivo educacional ainda não saldado (COBURCCI et al., 2009, p. 93).

É um contingente significativo, apesar de o acesso à educação ser considerado um direito básico e assegurado na legislação brasileira. Porém, a realidade do país tem demonstrado discrepância no acesso à educação e ao trabalho, cuja categoria juvenil está suscetível a esse grave problema social brasileiro.

Por meio da educação, a juventude rural e seus familiares constroem perspectivas e possibilidades de melhores condições de suas vidas para o futuro, pois, fica subentendido, tanto na visão dos pais como dos jovens que, quanto maior for a formação educacional, maiores serão as chances de se obter uma profissão e, conseqüentemente, um emprego. Entretanto, segundo Carneiro (2005, p. 250) “A valorização do estudo como condição para o jovem do campo conseguir um emprego está, em grande parte, associada ao abandono da atividade agrícola”. Isto é reforçado por meio da educação que os jovens rurais estão recebendo nas escolas urbanas, onde estão mais em contato com os valores urbanos do que com os rurais.

Deve-se considerar que frequentar escolas urbanas tem sido praticamente a única alternativa encontrada para formação educacional da juventude rural brasileira, pois ainda são poucos os assentamentos rurais que possuem escolas ou mesmo cursos técnicos que sejam disponibilizados e direcionados para a juventude. Além disso, as escolas rurais estão na lista das reivindicações de muitos assentados que lutam para que seus filhos possam ter acesso à escola dentro de seus próprios assentamentos, o que nem sempre é garantia de ensino com qualidade. A Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PNERA, que retratou a educação nos assentamentos de reforma agrária, apontou que:

Como ocorre em boa parte da zona rural do Brasil, a maioria das escolas é pequena, construída com materiais inadequados e possui instalações em situações precárias. Cerca de 48% têm apenas uma sala de aula e 22,8%, duas salas. Somando-se as escolas com uma ou duas salas apenas, chega-se a mais de 70% de estabelecimentos. Esse é um dos motivos para que 70,5% das escolas de ensino fundamental atuem com turmas multisseriadas, isto é, várias séries ou ciclos em um mesmo espaço físico, ao mesmo tempo (PNERA, 2005, p. 55).

Aliada às precárias condições em que estão construídas as escolas no meio rural, a disponibilidade dos níveis de ensino também é um agravante para os jovens estudantes que vivem nos assentamentos, pois na maioria das escolas rurais funciona apenas o ensino fundamental. Deste modo, a saída dos jovens dos assentamentos para as cidades é a alternativa encontrada para dar continuidade aos estudos.

Diante das questões do trabalho e da educação da juventude rural, nota-se que esses dois eixos estão, significativamente, vinculados com a cidade. No que tange à prática do lazer da juventude rural, isto não é diferente do trabalho e da educação. Na época presente da sociedade moderna tem-se percebido certa preocupação, principalmente de especialistas, que alertam sobre os riscos da vida agitada e acelerada da população. Estes alertas não estão associados tão somente à desaceleração do ritmo e diminuição das horas trabalho, à prática esportiva ou, mesmo, sair da agitação da cidade e ir para campo, mas sim visam também o acesso aos mais variados tipos de lazer que esta mesma modernidade possa oferecer, como o acesso a cinemas, teatros, praças e shows.

Assim, em meio à oferta de tantas atividades de entretenimento, atualmente, pensar o acesso ao lazer para os jovens nos assentamentos rurais é pensar, também, quais tipos de lazer que esta juventude almeja. Na cidade é fácil o acesso aos shoppings, praças, clubes, cinemas, teatros, shows, bares, festas, computadores e *internets*. Todos esses elementos são atrativos para os jovens, além de serem espaços de socialização encontrados por essa categoria, assim como é a escola. Mas, e no rural? O espaço rural, na sua grande maioria, não apresenta os atrativos de lazer que os jovens necessitam e esperam. Em vários assentamentos rurais o campo de futebol, construído pelos próprios jovens, muitas vezes, é o único espaço visto como lazer. Assim, para Oliveira (2006, p. 56), “o lazer precisa ser observado com um olhar mais atento, pois ao contrário dos centros urbanos, no meio rural são poucas (e/ou outras) as opções de lazer disponibilizadas. Portanto, o lazer está associado à urbanização da vida nas grandes cidades (MARCELLINO, 2006, p. 4).

Para além dos debates acerca do acesso ao lazer, a possibilidade de poder usufruir dos benefícios oferecidos nos espaços de lazer na cidade, dependendo do tipo, requer certa condição financeira (OLIVEIRA, 2006, p. 58). Para a juventude rural, isso tem um peso ainda maior, pois se inicia desde a saída dos assentamentos, que implica desde o meio de transporte até a definição de qual tipo de lazer se poderá desfrutar. Entretanto, Brenner et al. (2005) mencionam que:

é preciso considerar o lazer como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais (BRENNER et al., 2005, p. 176).

Na contramão desse “tempo sociológico”, para a juventude rural não serve “a liberdade de escolha” e sim, na maioria das vezes, a opção encontrada é única alternativa de

lazer, como por exemplo, o jogo de futebol realizado nos finais de semana no assentamento. Assim, a construção de identidades, as potencialidades e as socializações por parte da juventude rural, vistos pelo ângulo do lazer, realizam-se nas cidades, do mesmo modo que o trabalho e a educação.

Diante das questões apresentadas sobre a juventude rural no que tange à realidade do trabalho, educação e lazer, nota-se que esses três eixos estão vinculados com os espaços urbanos desde o ensino fundamental e permanecem desta forma até terminar o ensino médio. Isto quando terminam. Ao adquirirem certa idade, depois dos 14 anos geralmente, isto pode ser um pouco para mais ou para menos, pendendo da situação econômica familiar, a juventude inicia o processo de “busca” por trabalho remunerado. Antes disso já trabalham, mas, apenas no lote da família e não há remuneração. Partindo desta perspectiva e mesmo por necessidade própria e também familiar, a alternativa encontrada por estes jovens é a cidade, onde realizam “qualquer” tipo de trabalho, independentemente dos direitos trabalhistas serem garantidos. O lazer segue o mesmo direcionamento, ou seja, são usufruídos na cidade.

Nota-se, portanto, que o trabalho, educação e o lazer para a juventude rural possuem ligação direta com o meio urbano. Deste modo, o reforço à migração destes jovens para a cidade, mesmo que seja visto pelo “aspecto positivo” como apresentado por Durston (1998), reafirma os estereótipos construídos sobre o rural, indicando que a maioria dos jovens não quer permanecer nos assentamentos. Essa necessidade de sair acaba sendo reforçada diante dos problemas enfrentados nas arenas do trabalho, lazer e educação. Exatamente por esse motivo, as maiores reivindicações dos que estão no campo referem-se ao acesso às políticas públicas que visem suprir as necessidades existentes nos assentamentos, principalmente, pelos eixos da educação, trabalho e lazer.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS JOVENS RURAIS

O tema política pública, na maioria das vezes, tem servido de base e instrumento de referência no que tange à tentativa de melhor compreender questões geralmente conflituosas, mas de relevância para a sociedade brasileira, como é o caso da educação, saúde, segurança, habitação, juventude e assim sucessivamente. Desta forma, nota-se que as políticas públicas existentes, atualmente, foram constituídas na medida em que conflitos sociais, culturais e até mesmo econômicos tornaram-se cada vez mais visíveis e impossíveis de permanecerem sem, ao menos, realizar uma tentativa de “solucionar” tais problemas existentes na sociedade. Porém, sabe-se que tais conflitos, em sua grande maioria, não são resolvidos imediatamente e podem nem chegar a ser. Todavia, os problemas sociais, culturais e econômicos existentes na sociedade servem como forma de pressionar o governo, visando acessibilidade aos direitos garantidos, mas nem sempre usufruídos.

Para que as políticas públicas sejam efetivadas, deve haver o envolvimento de vários personagens imprescindíveis neste processo. No caso do espaço rural brasileiro, os movimentos sociais, sindicatos e organizações ligados à terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs, as Organizações Não Governamentais - ONG's e, também, lideranças leigas e religiosas, foram, e pode-se dizer que ainda o são, personagens que contribuíram para que houvesse a efetivação das políticas públicas direcionadas para o meio rural na atualidade, embora haja ainda muitos contratemplos. Não obstante, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, advindos ou não do meio rural, formaram base de reivindicação, de luta e de sustentação na concretização das políticas públicas neste país. Destaca-se, deste modo, os próprios projetos de assentamentos rurais existentes em várias regiões e considerados como resultados concretos das políticas agrárias no país.

Mesmo que a política pública seja pauta de reivindicação de vários movimentos sociais, da sociedade civil organizada e dos sujeitos envolvidos, diretamente, nas questões que necessitam da aplicabilidade deste mecanismo e, também, por parte do governo, verifica-se certa dificuldade na compreensão do que seja, de fato, política pública. Tal mecanismo, por vezes, é confundido com política partidária ou visto, meramente, como instrumento assistencialista por parte do governo. Entretanto, conceituar políticas públicas é um esforço que vem sendo exercido por algumas áreas do conhecimento – Ciência Política, Sociologia – no intuito de melhor apreender os programas, projetos e políticas desenvolvidas pelo Estado e que tem seu reflexo na sociedade. Souza (2006), ao abordar os principais

conceitos e modelos de análise de políticas públicas, enfatiza que não há uma definição única, nem melhor sobre o que sejam políticas públicas. Porém, a autora ressalta que as definições das políticas públicas voltam-se para o enfoque sobre os *lócus* onde os embates em torno dos interesses, preferências e ideias se desenvolvem.

Ademais, Souza (2003) observa que, apesar de haver um crescimento na área de investigação sobre políticas públicas, em especial no meio acadêmico e que isto é recente no país, há “problemas” que julga ser importantes ressaltar para se ampliar os debates acerca das políticas públicas no Brasil. Em síntese, menciona o pouco acúmulo no conhecimento da área das políticas públicas; abundância de estudos sobre políticas públicas, mas, de cunho setorializado e a aproximação com os órgãos do governo. Em tempo, a autora afirma que há lacunas que precisam ser preenchidas no campo das investigações sobre políticas públicas e cita o tema da burocracia, segmento que implementa às políticas públicas ainda desconhecido pelas pesquisas, mas de suma relevância, especialmente quando o objetivo é desvelar o que acontece na implementação de alguma política.

Não obstante, Rua (1998) propõe o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Além disto, a autora reforça que as políticas públicas são “respostas” e que estas não ocorrem se não forem provocadas. Deste modo, os movimentos sociais ligados à terra, sindicatos rurais, ONGs e os sujeitos da reforma agrária desempenham funções importantes ao apresentar reivindicações às instâncias governamentais acerca dos problemas enfrentados no meio rural, demarcando assim a pauta na agenda política do governo.

Enquanto um “problema político” não é fixado na agenda política governamental, o mesmo é considerado, como denomina Rua (1998), “estado de coisas”. Assim, na medida em que os conflitos estão inertes, invisíveis e que não causem provocação às instâncias do governo, exigindo que este tome como prioridade os conflitos existentes, não se iniciará o processo de transformação, ou seja, não haverá políticas públicas. Nesse aspecto, tomando como referência a juventude rural brasileira, pode-se dizer que esta categoria saiu do “estado de coisa” e passou para “problema político” e, atualmente, por meio dos movimentos sociais organizados de juventude rural, reivindica “respostas”, ou seja, acesso às políticas públicas destinadas aos jovens que residem no meio rural.

Ao visarmos apreender as políticas públicas, deve-se fazer referência sobre política. Seguindo uma definição resumida, Rua (1997) menciona que política consiste no conjunto

de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

Segundo Rua (1997), os conflitos existentes devem ser mantidos dentro de limites para que a vida em sociedade possa acontecer, mas para que isso seja possível, dois meios podem ser empregados: a coerção simples e a política. A autora salienta que a coerção traz um ônus grande ao Estado e, por vezes, não vale a pena investir nesse meio uma vez que seus efeitos vão sendo paulatinamente reduzidos ao mesmo tempo em que o custo vai aumentando. Por outro lado, a política também envolve coerção, muito embora o seu objetivo seja o de resolver conflitos pacificamente. A política desdobra-se em dois termos significativos e, por vezes, difusos na sua interpretação. Referimo-nos a política de governo e política de Estado. Höfling (2001) faz a seguinte diferenciação entre o Estado e governo:

é possível considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p. 31).

Portanto, para essa autora, o Estado desempenha a função de colocar em prática às ações de determinado governo, visando responder às demandas apresentadas pela sociedade. De todo modo, compreende-se que a política de governo possui características mais “flexíveis” e “simplificadas”, não menos importantes, mas está interligada com o “tipo” de governo que se encontra à frente do comando do Estado, portanto, cumpre com o que está estabelecido na agenda política.

Já a política de Estado, por sua vez, apreende instâncias superiores do próprio Estado. São políticas estabelecidas na agenda interna do país e que visam assegurar de modo institucional o direito dos cidadãos conforme as demandas apresentadas e focalizadas como prioridades. Entretanto, para se chegar ao nível de prioridade, ou seja, numa política de Estado são necessários debates e investimentos técnicos, pesquisas, análises e discussões sobre as demandas apresentadas, somente após passar por todo esse processo é que uma política de Estado pode ser estabelecida e implementada no país. Recentemente, há registro de criação de algumas políticas de Estado que permitem investigações mais aproximadas da

realidade brasileira, seja ela de cunho social, cultural ou econômico, bem como os direcionados ao meio rural brasileiro.

2.1 Assentamento rural e políticas públicas

Sabe-se que a distribuição de terra neste país é um debate histórico que se perpetua desde que o Brasil tornou-se “independente”. Deste período até os dias atuais, tem-se registrado consensos e dissensos que influenciam na estrutura do rural, especialmente, na vida dos sujeitos que são os beneficiários dos projetos de reforma agrária. Longe de ser considerado um lugar de total isolamento, os assentamentos rurais brasileiros têm apresentado um conjunto de debates pertinentes acerca das dimensões sociais, culturais e econômicas para o cenário das questões agrárias no Brasil. Vistos como política de reforma agrária, os assentamentos rurais devem cumprir sua função social, cultural e econômica, conforme publicado no I e o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, de 1985 e 2005, respectivamente. Ao ser constituído um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo (LEITE et al., 2004), ou seja, cumprir a função conforme estabelecido pelo PNRA, de modo que os assentados possam obter condições de sobreviver e manter-se por meio da produção advinda da terra. Deste modo, o assentamento é visto como um novo espaço social, onde as famílias assentadas depositam projeções de melhoria de suas vidas e trazem consigo trajetórias de anos de luta pelo acesso à terra (FARIAS, 2008).

É sabido que a constituição de um assentamento rural, geralmente, é fruto de muitos embates, principalmente, políticos, pois as concretizações destes projetos de reforma agrária no país causam diversos impactos nas cidades, além de tomarem proporções de âmbito regional. Assim, ao serem implantados, os assentamentos rurais mexem com as estruturas econômicas das cidades, especialmente à medida que os assentados reivindicam espaços para comercialização daquilo que é produzido no assentamento, além das reivindicações sociais como o acesso e direito à educação, saúde, transporte, lazer e outras necessidades demandadas pelos assentados. Deste ponto de vista, é demandado para os municípios um contingente de reivindicações que se transformam em bandeira de luta cotidiana dos assentados e suas lideranças, bem como, dos movimentos sociais, sindicatos e entidades religiosas presentes no assentamento. Neste sentido, os impactos causados pelos

assentamentos rurais têm sido alvo de extensas pesquisas, cujas dimensões políticas, sociais e econômicas (LEITE & MEDEIROS, 2002) são temas centrais de maiores investigações, principalmente, no campo acadêmico.

Para Ramos (2009, p. 71, grifos do autor) o principal objetivo de um assentamento rural pode ser definido como o da busca de elevação do “*nível de vida dos que se tornam assentados*” que, conseqüentemente, implica na “elevação do nível de renda das famílias”. Porém, os assentamentos rurais brasileiros têm apresentado dificuldades distintas desde os primeiros instantes de implantação, pois a liberação dos créditos fundiários, a ausência de assistência técnica e a precariedade na infraestrutura dos assentamentos já são indícios de que haverá embates políticos junto aos órgãos responsáveis pela questão agrária e, também, nas instâncias do poder público municipal a qual pertencem.

Então, a compreensão da realidade dos assentamentos rurais, na atualidade, requer análises que considerem as dimensões, principalmente, políticas destes projetos, pois, para além dos embates sociais, a disputa política entre os assentados e o Estado, perpassado pela esfera municipal e estadual, acirram-se à medida que os assentamentos vão se consolidando e, conseqüentemente, demonstrando os avanços e retrocessos neste espaço de atuação de muitos trabalhadores rurais.

Ao estabelecer aproximação com um assentamento rural e, conseqüentemente, aproximar-se da realidade destes programas, nota-se que a realidade existente é distanciada e distorcida daquilo que é propagado pelos órgãos do governo. Isto não é recente, pois, Bergamasco (1997, p. 38), ao analisar o I Censo da Reforma Agrária no Brasil realizado em 1996, demonstrou que os dados apresentados não expressavam “a realidade dos assentamentos, com seus problemas, dificuldades, suas estratégias de manutenção da terra, enfim, seu entendimento enquanto ‘espaço social produzido’”.

Entende-se, portanto, que os assentamentos rurais, além de serem “espaços sociais”, são espaços culturais e econômicos, dinamizados por intermédio dos seus assentados e, também, dos agentes que estão envolvidos nesta questão, sejam os agentes do Estado, ou mesmo dos movimentos sociais. Assim, os assentamentos rurais constituem uma inter-relação com os sujeitos internos ou externos ao mundo rural, demarcando os benefícios e os malefícios deste programa de reforma agrária. De todo modo, a visão que se tinha, inicialmente, de que os assentamentos eram alternativas para solucionar os conflitos de violência (NORDER, 1997) perde força na medida em que os assentamentos passam a ser alternativa de melhoria de vida dos assentados, mesmo com todos os problemas encontrados

nestes espaços. Para Bergamasco et al. (1997), o assentamento rural é uma transformação num referido espaço físico, contendo, assim, o aspecto de um território realmente habitado e trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração deste espaço.

O fato, imprescindível, que deve ser considerado, é que se torna impossível atingir o principal objetivo de um programa de assentamento de trabalhadores rurais se não forem implementadas diversas políticas (RAMOS, 2009). Isto considerando que as políticas são instrumentos importantes para vivência e, conseqüentemente, a permanência das famílias nos assentamentos.

Segundo o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, o país possui, atualmente, mais de oito mil assentamentos, que são assistidos por programas e projetos como: Luz para Todos; Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES); Crédito Instalação; Infraestrutura; Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC); Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (Pacto); Terra Sol; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera); Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; Titulação de Assentamentos e Gestão Ambiental.

Contudo, Ramos (2009) enfatiza que as políticas de crédito, de assistência técnica e de apoio à comercialização são indispensáveis num assentamento rural, sem as quais é impossível realizar os objetivos deste programa de reforma agrária. Acrescenta, ainda, a necessidade de mais outra política, denominada política “administrativa”, que engloba tanto a dimensão legal/jurídica como fiscalizatória, cujo propósito é obter informações mais próximas possíveis das realidades dos assentamentos rurais.

Sabe-se que a acessibilidade às políticas públicas destinadas aos assentamentos rurais é alvo de críticas, especialmente, por parte dos assentados, já que são estes os principais sujeitos envolvidos nesta questão, pois necessitam destes instrumentos para permanecerem na terra. Entretanto, ter acesso às políticas públicas de cunho social, cultural e econômico nos assentamentos, tem se tornado um embate político, ficando de um lado os assentados e do outro órgão do governo como o INCRA (como representante do estado) ou mesmo, o poder público municipal. Ademais, Ramos (2009) aponta que, além das políticas públicas, é fundamental que os assentados estejam organizados em associações e cooperativas, acreditando serem estes, também, possibilidades de viabilização dos programas de assentamentos rurais.

Assim, as cooperativas e associações nos assentamentos rurais tornaram-se instrumentos de atuação e participação política tanto no âmbito interno como externo aos assentamentos, pois na medida em que as famílias são assentadas, redirecionam-se as estratégias de atuação, ou seja, com a terra “conquistada”, o passo agora é “manter-se”.

O processo organizativo dos assentamentos desencadeia a aglutinação de forças sociais e políticas, fortalecendo as relações entre os assentados e demarcando estratégias de sobrevivência e permanência na terra. Internamente, os assentados buscam associar-se nas cooperativas e associações, cujo intuito é a possibilidade de escoar a produção, obter força política, especialmente no acesso às políticas públicas destinadas ao espaço rural, além da possibilidade de melhorar economicamente a renda familiar. No que tange o âmbito externo, estes instrumentos configuram visibilidade da produção da agricultura familiar à comunidade externa ao meio rural, confrontando com a comercialização dos produtos industrializados e produzidos em grandes escalas.

Isto não é um enfrentamento fácil, principalmente por haver problemas de infraestruturas nos assentamentos rurais e mesmo divergência política dentro das próprias associações e cooperativas. O fato é que, por ser um espaço em construção, os assentamentos rurais e, conseqüentemente, os assentados, tem-se configurado como instrumento imprescindível na apreensão do meio rural brasileiro, naquilo que tange aos avanços e retrocessos deste espaço tão complexo na sua formulação, constituição e implantação como são os assentamentos rurais neste país, especialmente, se vistos pelo viés das políticas públicas.

2.2 As políticas públicas para a juventude rural

Como foi mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, em 2005 foi criada no Brasil a Política Nacional da Juventude, considerada uma Política de Estado. Tal política é um importante marco no debate acerca da juventude, pois pela primeira vez no país esta é vista como um “problema político” que careceria de enfrentamento diante dos problemas apresentados por esta categoria. Além do que essa Política Nacional da Juventude, em parceria com a sociedade civil, orienta e organiza ações do Governo nos projetos e programas no setor da educação, saúde, lazer, trabalho e vários outros, específicos para a juventude.

Observa-se, portanto, que desse período até os dias atuais, a juventude brasileira vem sendo alvo de muitas pesquisas com variadas temáticas, seja no campo acadêmico, nas instituições governamentais, nos movimentos sociais e outros setores que se interessam pela temática. Entretanto, esse conjunto de ações tem-se direcionado em maior abundância, como foi mencionado, para a juventude do meio urbano. São escassas as investigações acerca da juventude que reside no meio rural, reforçando, assim, a invisibilidade mencionada por Carneiro (2005). De todo modo, faz-se pertinente debater sobre as políticas públicas direcionadas à juventude rural, especialmente se observado o processo de sua implantação no cenário dos assentamentos rurais.

Atualmente, o país dispõe de três projetos e dezesseis programas destinados, especificamente, para a juventude. Desses, o Programa Nossa Primeira Terra e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Jovem e Saberes da Terra (substituído pelo Projovem Campo) são os que estão ligados à questão da terra e direcionados para juventude rural. Ferreira e Alves (2009) apresentam, de forma sintética, estes programas e projetos, importantes na apreensão dos objetivos e direcionamentos destas políticas públicas:

Programa Nossa Primeira Terra: Linha de financiamento – parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – para a aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica. Podem participar jovens sem-terra, filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa de 18 a 28 anos, que queiram permanecer no meio rural e investir na propriedade. Seus beneficiários podem receber crédito de até R\$ 40 mil para projetos comunitários e de infraestrutura. **PRONAF** (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) Jovem: Linha de financiamento do PRONAF destinada aos filhos dos agricultores familiares. Tem como público-alvo jovens de 16 a 29 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano de centros familiares rurais de formação por alternância ou de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional de no mínimo 100 horas. O limite concedido a cada unidade familiar é de R\$ 7 mil. Os recursos podem ser aplicados em projetos específicos de interesse de jovens agricultores familiares, em atividades que agreguem renda em novas iniciativas. O prazo de pagamento é de dez anos, com juros de 1% ao ano, e o prazo de carência pode ser de até cinco anos, dependendo da necessidade técnica do projeto. **Projovem Campo.** Antigo Programa Saberes da Terra. Tem como objetivo fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, a elevação da escolaridade – com a conclusão do ensino fundamental –, a qualificação e a formação profissional. O programa visa garantir aos jovens de 18 a 29 anos da agricultura familiar a conclusão do ensino fundamental em regime de alternância dos ciclos agrícolas. Tal regime consiste em alternar aulas presenciais com atividades educativas não presenciais. O programa deve ampliar o número de jovens atendidos e será estendido a todos os estados. Os alunos recebem um auxílio mensal de R\$ 100,00

durante 12 meses, quando estiverem exercendo atividades na escola. A formação tem duração de 24 meses (FERREIRA & ALVES, 2009, p. 255, grifo das autoras).

Além dos programas mencionados acima, existe o Programa Arca das Letras, que é destinado apenas às famílias que residem em áreas rurais como em assentamentos, comunidades de pescadores, ribeirinhos e indígenas. O programa foi criado em 2003 e tem por objetivo implantar bibliotecas nas áreas rurais, disponibilizando livros para crianças, jovens e adultos.

Importante ressaltar que estas políticas públicas estão vinculadas à Secretaria Geral da Presidência da República e alocadas em alguns Ministérios e Secretarias, a saber: o Programa Nossa Primeira Terra e o PRONAF Jovem estão acoplados no Ministério de Desenvolvimento Agrário/MDA e são desenvolvidos por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA e a Secretaria de Agricultura Familiar – SAF. Já o Projovem Campo, além de ser vinculado ao MDA, está vinculado ao Ministério da Educação – MEC e ao Ministério de Trabalho e Emprego – MTE.

Além das políticas públicas constituídas no âmbito federal, os estados e municípios podem e devem também construir políticas públicas próprias, baseadas nas diferentes realidades dos Estados e seus municípios, ou mesmo executarem os programas e projetos existentes ao nível federal que, quase sempre, são realizados em parcerias com os governos estaduais e municipais.

É inegável que o debate acerca da juventude torna-se prioridade e, conseqüentemente, ganha visibilidade a partir da gestão governamental iniciada em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Logo em 2003 foi criada a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude – CEJUVENT, que se sustentava em três objetivos principais: realizar audiências públicas; elaborar o Plano Nacional de Políticas Públicas para a Juventude e o Estatuto dos Direitos da Juventude que foram transformados, no ano 2004, em Projeto de Lei – PL. Além destes instrumentos foi aprovado pelo Senado Federal, em 2010, a Proposta de Emenda Constitucional nº 42/2008, mais conhecida como PEC da Juventude. Com esta aprovação, a categoria “juventude” é inserida no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, o que é um marco de suma importância para esta categoria. Nesse sentido, a juventude brasileira reafirma seus direitos na lei máxima brasileira e se consolida como um segmento social importante para o crescimento do país.

A PEC nº 42/2008, após sua aprovação, passou para Emenda Constitucional nº 65/2010 que estabelece no seu inciso 8º o Plano Nacional da Juventude e o Estatuto da Juventude. Desse modo, estes dois instrumentos adquirem aparato jurídico, que servem de referência na implantação das políticas públicas para a juventude, além de assegurar que a União, os Estados e Municípios deverão priorizar as diversas juventudes existentes em todo território nacional, assim como as diretrizes estabelecidas na Política Nacional da Juventude.

Em se tratando de políticas públicas direcionadas à juventude, o panorama exposto acima é importante para se ter a dimensão dos trâmites que ocorreram e, ainda, ocorrem acerca da juventude nesses últimos anos. No entanto, o desafio, além de criar políticas, planos, estatuto e emenda constitucional, é conseguir com que as políticas públicas, tão expressas nesses instrumentos, possam alcançar, de fato, a juventude brasileira, em especial, a juventude rural. Para que isto se torne realidade nos assentamentos rurais brasileiros é necessário que órgãos do Estado, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, invista na implantação das políticas públicas direcionadas às juventudes rurais. No entanto, este órgão não trabalha sozinho, ou seja, atua em parceria ou mesmo inserindo políticas próprias. Os Estados e municípios também são responsáveis por garantir o direito dos jovens rurais ao acesso às políticas públicas inscritas nas instâncias da União.

Para que o jovem rural tenha acesso às políticas públicas é necessário passar por alguns trâmites e seguir outras exigências expressas em documentos que determinam tais funções. O jovem rural necessita, para acessar o Pronaf Jovem, inicialmente, obter uma Declaração de Aptidão do Pronaf – DAP. Tal documento funciona como uma espécie de “carteira de identidade” do agricultor familiar que, além de identificá-lo, possibilita-o acessar as políticas públicas como o Pronaf. Portanto, o jovem rural deve seguir o mesmo processo, mas tendo como diferença que devem cumprir as exigências do Pronaf Jovem, conforme exposto, anteriormente, por Ferreira e Alves (2009). O DAP pode ser emitido pelo INCRA ou por entidades que estejam credenciadas no MDA.

O Programa Nossa Primeira Terra, cujo objetivo é incentivar os jovens a permanecerem e investirem na terra, prevê a aquisição de imóveis rurais. De forma coletiva ou individual, o jovem rural solicita este programa nos seus respectivos Estados, onde a contratação é realizada por meio das Unidades Técnicas Estaduais – UTEs. Para ter acesso ao Projovem Campo cabe aos Estados, inicialmente, acessar este programa, por meio de suas Secretarias de Educação. Desse modo, o Estado é responsável por capacitar os professores das redes estaduais e municipais que atuarão como professores do programa. O programa

prioriza jovens rurais dos municípios e regiões que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e que estejam integrados ao Programa Territórios de Cidadania do MDA.

Por meio do MDA, o Programa Arca das Letras é implantando nos assentamentos rurais conforme solicitação e articulação dos municípios e movimentos sociais, que apresentam a literatura desejada ao Ministério e que providencia os livros necessários. Somente no estado de São Paulo, existem 261 bibliotecas rurais distribuídas em 116 municípios. No Assentamento Sepé Tiarajú, o programa recebe doações de livros e contribuições voluntárias no que tange ao incentivo à leitura, empréstimos dos livros e contação de história.

Diante das políticas públicas apresentadas é notório que ação do Estado, no que tange à implantação destes programas, é indispensável. Nos assentamentos rurais, o INCRA é o órgão do Estado de maior aproximação com os assentados e responsável por implantar as políticas públicas nestes espaços. Obviamente que essa instituição também enfrenta dificuldades nas suas gestões, como as que são apresentadas por Silva (2011). O autor realiza um balanço da gestão do INCRA de 2003 a 2010, equiparando com períodos anteriores, especialmente no estado de São Paulo, no que se refere à execução das políticas públicas. O autor ressalta que:

O INCRA - São Paulo apresentava limites de gestão fundiária, pois se encontrava desprovido das condições mínimas de funcionamento: um quadro funcional abaixo das necessidades e, ainda, estava afastado dos problemas agrários e do ordenamento fundiário do Estado. No plano da estrutura administrativa ocorria a centralização institucional do processo decisório; morosidade no trâmite técnico-administrativo; as estruturas físicas e funcionais da instituição encontravam-se localizadas somente na capital, não correspondendo às necessidades de parcela significativa do público a ser atendido (SILVA, 2011, p. 325-326).

O autor reconhece que a partir da gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve maior investimento nos órgãos do Estado responsáveis por executar políticas públicas, como é o caso do INCRA. Neste sentido, visando descentralizar as demandas da questão agrária apresentadas às Superintendências Regionais, assim nominados os órgãos do INCRA nos Estados, foram instituídas as Unidades Avançadas, que são subdivididas nas regiões. Nestas regionais, existe a estrutura dos escritórios, que são responsáveis por atender o campo técnico, administrativo, estrutural e assistencial dos assentamentos rurais. Assim, as políticas públicas destinadas aos assentamentos rurais estão relacionadas, diretamente, com

esta instância, até mesmo porque os técnicos destes escritórios atuam nos assentamentos rurais desde o momento de sua implantação. Desse modo, no estado de São Paulo, segundo Silva (2011):

O trabalho de assistência técnica foi orientado por um conjunto de princípios, que incluíam o diálogo com o assentado, de forma a valorizar sua experiência e conhecimentos acumulados e suas ideias para a condução de sua parcela de terra, aliando-se ao conhecimento técnico para maior benefício do assentado (SILVA, 2011, p. 330).

Ademais, observa-se que a implantação das políticas públicas para a juventude rural no país, mesmo neste Estado, tem enfrentado problemas para serem postas como prioridades, principalmente quando se tem a referência de uma juventude rural que não está inserida nos movimentos sociais e que estão nos assentamentos sem perspectiva de futuro ou mesmo de permanecer na terra juntamente de seus familiares.

Os órgãos do Estado, como o INCRA, por mais avanços que tenham alcançado nestes últimos anos, ainda não conseguem viabilizar e implantar as políticas públicas para a juventude rural, isto porque esta instância tem em seus históricos a necessidade de serem provocados e pressionados pelos sujeitos da reforma agrária, papel que o MST vem desenvolvendo há mais de vinte anos neste país.

2.3 As mobilizações da juventude rural

O rural brasileiro está, intrinsecamente, ligado às mobilizações sociais de trabalhadores e trabalhadoras que almejam ter acesso e participar do processo de democratização da terra neste país. Assim, os movimentos sociais rurais, em especial o MST, têm sido protagonistas nas lutas por diversos direitos destes trabalhadores e destacam-se as constantes reivindicações de implantação das políticas públicas nos assentamentos rurais, especialmente naqueles que foram e são articulados e organizados por este movimento. O MST contabiliza, desde seu surgimento, mais de duzentas mil famílias assentadas e tantas outras ainda se encontram em processo de acampamento. Deste modo, esse movimento mexe com a estrutura política da questão fundiária no país, cujos enfrentamentos políticos não perpassam apenas o acesso à terra mas também para que os sujeitos da reforma agrária tenham condições de permanência, viver na terra e não, apenas, sobreviver.

Com seus membros articulados e organizados em quase todos os Estados brasileiros, o MST tem por prática investir na formação dos seus membros seguindo temáticas que estão em sua bandeira de luta, como: cultura, reforma agrária, combate à violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político e soberania nacional. Nesse direcionamento, os assentados, juntamente com a coordenação do movimento, buscam acessar, pressionando o poder público local e Estadual, as políticas públicas como as direcionadas à aquisição de créditos, educação, saúde, lazer e tantos outros. Entretanto, observa-se que para conseguir que estas políticas públicas sejam implantadas nos assentamentos é preciso travar um embate nas instâncias do governo, tanto a nível nacional e Estadual, como municipal. Surge, então, a necessidade de mobilizar, articular e organizar todas as categorias constituídas no campo como mulheres, jovens e crianças, mesmo depois de serem assentados.

Para o MST, conseguir com que seja constituído um assentamento não é entendido como o final de uma luta, mas sim que a partir deste momento muitas reivindicações, articulações, mobilizações e organizações precisam ser fortalecidas sob o prisma de que os direitos destes sujeitos devem ser implantados visando à melhoria de suas vidas nos assentamentos. Na proposta de Reforma Agrária Popular na visão do movimento, um dos seus objetivos é justamente garantir o acesso a todas as oportunidades de trabalho, renda, educação e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a juventude².

Logo, vista como uma categoria invisível, a juventude rural brasileira tem se tornado um importante instrumento político de transformação dos espaços rurais deste país, pois como afirma Iulianelli (2006, p. 4) “há uma disputa política por trás das abordagens sobre juventude e juventude rural. Elas têm consequências na construção das ações políticas dos movimentos sociais e na construção de políticas públicas para os diferentes setores sociais”. Assim, por meio das juventudes rurais organizadas, abre-se um espaço que permite conhecer, de forma mais concreta, a realidade, as perspectivas e desejos dos jovens que se identificam como juventude rural, que querem permanecer na terra e reconstruir o espaço rural a partir de sua visão enquanto jovem. Para isto, além do MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e Pastoral da Juventude Rural – PJR investem na organização da juventude rural, realizando encontros de massa e de mobilização nacional³.

² Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 2 maio 2011.

³ Castro (2009) demonstra alguns destes eventos que foram realizados nos últimos dez anos como o: I Congresso Nacional da Juventude Rural (2000); o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural –

Pode-se considerar que esses eventos são um marco no processo organizativo da juventude rural brasileira. Tornaram-se instrumentos imprescindíveis para articular, formular, apresentar e reivindicar implantação das políticas e políticas públicas para a categoria junto às instâncias governamentais da União, dos Estados e municípios. Nesse sentido, dependendo do caráter do evento, que pode ser deliberativo, avaliativo, propositivo ou mesmo organizativo, são retiradas pautas reivindicatórias que, quase sempre, são de mudanças dos inscritos do Estado frente às políticas públicas já existentes. Na visão desta categoria organizada, há um excesso nas exigências postas nas políticas públicas direcionadas aos jovens rurais e isto contribui para que o jovem rural se distancie da permanência e sobrevivência no campo.

Nos últimos anos, verifica-se no país a mobilização de vários setores da sociedade como saúde, educação, segurança pública, segurança alimentar e muitos outros, cujos objetivos, na grande maioria, é apresentar ao governo reivindicações e propostas que possam contribuir no desenvolvimento dos seus respectivos setores e estas ações são possíveis por meio das conferências nacionais que são de cunho político.

Seguindo estas mobilizações, pela primeira vez no país, foi realizado em 2008 a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Este primeiro evento foi um passo significativo para a juventude, especialmente por disponibilizar aos jovens brasileiros um espaço de atuação política, cultural e social. Para chegar até a conferência nacional, exige-se que os Estados e seus municípios realizem conferências preparatórias, passando pelas instâncias municipais e/ou regionais, territoriais, até as estaduais. Dessa forma, para esta primeira conferência foram realizadas 840 conferências municipais e regionais que elegeram seus representantes, intitulados como delegados ou delegadas. Esses agentes são responsáveis por apresentar e defender suas reivindicações junto aos espaços deliberativos da conferência, cujo intuito é construir uma pauta reivindicatória, propositiva e, também deliberativa, que contemple todos os jovens do país nas suas respectivas necessidades e que sirva de instrumento político para pressionar a União na implantação das políticas

(julho/2006), ambos organizados pela Pastoral da Juventude Rural; I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade, organizado pelo Movimento dos trabalhadores Sem Terra, em diferentes estados, 2002; o Salão Nacional da Juventude Rural, (Brasília/2003), Seminário Jovem Saber – realizado durante o Grito da Terra Brasil – (maio/2006.), ambos organizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; o I e II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, organizados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-Sul (2003 e 2006, respectivamente); I e II Seminário da Juventude da Via Campesina (novembro/2006 e julho/2007, respectivamente) (CASTRO, 2009, p. 25).

direcionadas às juventudes. Nesta conferência houve a participação de 2.500 jovens e foram aprovadas 22 prioridades e 70 resoluções.

Para realizar uma conferência nacional, em especial da juventude, é necessário que o governo assine um decreto de convocação. Este instrumento aciona os Estados e municípios, bem como os movimentos sociais e setores da sociedade, a realizarem conferências preparatórias, sendo estas um espaço cujas deliberações possuem total legalidade e que serão levadas à conferência nacional.

Encontra-se em trânsito preparatório a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que será realizada em dezembro deste ano de 2011. A primeira conferência nacional foi pautada num chamamento aos jovens brasileiros a levantarem suas bandeiras de luta, no sentido de apresentarem suas necessidades e perspectivas, além de reivindicarem a implantação da PEC da juventude. Ainda que a primeira conferência faça menção às políticas públicas, especialmente por esta ser uma pauta que perpassa desde a primeira conferência, é na segunda que este instrumento adquire maior visibilidade, tanto que o lema desta segunda conferência está direcionado à “Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos”. Portanto, enquanto que na primeira conferência almejava-se a constituição e consolidação da Política Nacional da Juventude debatida desde 2005 e, conseqüentemente, desejava-se fazer com que o Estado reconhecesse os jovens brasileiros como sujeitos de direitos, adentrando assim na agenda política nacional, nessa segunda o desafio era fazer com que as reivindicações políticas das juventudes fossem efetivadas, especialmente por haver na Emenda Constitucional 65 a garantia de inclusão do termo juventude na Constituição Federal Brasileira. Assim, o Estatuto Nacional da Juventude e o Plano Nacional da Juventude necessitam de articulação e mobilização social e política para que sejam efetivas, pois ainda estão em trâmite no congresso nacional.

Dentre as 22 prioridades e 70 resoluções aprovadas na primeira conferência nacional da juventude, destacamos as que estão direcionadas, especificamente, aos jovens rurais, conforme inscrito no caderno de resoluções da conferência:

Resoluções: Trabalho: Crédito para a juventude e construção de um marco legal que viabilize o cooperativismo, a economia solidária e o empreendedorismo da juventude do campo e da cidade, desburocratizando o acesso ao crédito, à formação e ao mercado consumidor.

Jovens do Campo: Ampliar os programas governamentais, voltados ao primeiro emprego, garantindo a co-gestão da sociedade civil e reformular as Leis do Estágio e do Aprendiz, visando garantir os direitos trabalhistas e convenções coletivas, para os jovens da cidade e do campo, respeitando as realidades regionais.

Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do programa de reforma agrária do governo federal, atendendo a sua diversidade de identidades sociais e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais. Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo, com participação da juventude na sua elaboração e gestão, assegurando o acesso à terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa, voltada para a mudança de matriz tecnológica. Transformar o PRONAF Jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não agrícola. Efetivar a educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade, implementando as diretrizes operacionais da educação do campo, garantindo infraestrutura e mudança curricular que contemple a diversidade regional, atendendo todos os níveis (básico, profissionalizante e superior), em especial investindo no fim do analfabetismo no meio rural. Que o Estado assuma os custos dos centros familiares de formação por alternância e outras iniciativas de educação do campo, da sociedade civil sem fins lucrativos, voltadas para a juventude da agricultura familiar e camponesa. Prioridades: Jovens do Campo: Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do Programa de Reforma Agrária do governo federal, atendendo a sua diversidade de identidades sociais, e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais. (Caderno de resoluções da 1ª Conferência Nacional da Juventude, 2008, p. 33).

Nota-se que as reivindicações estão direcionadas para melhoria dos programas e projetos que desenvolvem as políticas públicas, além de sua ampliação. Demonstrem, dessa forma, que é necessário a aproximação das políticas públicas à realidade dos assentamentos e conhecer os protagonistas destes projetos e programas, de modo que estes sujeitos possam usufruir e colocar em prática seu protagonismo juvenil. Porém, ao reivindicarem o acesso à terra, estendendo a faixa etária até 32 anos, demonstra-se fragilidade nas proposituras dessas reivindicações, pois as políticas públicas seguem o recorte etário brasileiro de até 29 anos. Portanto, ampliando esta faixa, deixará de ser considerado jovem e sim adulto. Parece ser pouca diferença, mas isto, além de construir mais empecilhos dos que aqueles que já existem na implantação das políticas públicas, é subsídio para o Estado não priorizar a categoria, apreendendo que esta juventude está em processo de construção de novos sujeitos num espaço de dissensos e consensos como é o meio rural.

Além do mais, diante das transformações que estão acontecendo no meio rural, torna-se extremamente pertinente o avanço das organizações de juventude rural no país.

Assim, a juventude rural demarca seu espaço na agenda política do Estado e entra nos debates políticos das reivindicações de direitos tão insofismáveis nos últimos anos. Desta forma, esta juventude rural organizada protagoniza suas ações em tempos de reorganização e revalorização do espaço rural (ABRAMOVAY, 2005), onde os jovens são os protagonistas mais importantes desta redescoberta, cuja natureza ampla, diversificada e plural, deve estar no centro da política pública.

É notório observar que o acesso às políticas públicas é o cerne de reivindicações das mobilizações dos movimentos sociais rurais e da juventude rural no país, pois são estes instrumentos que dispõem recursos, principalmente, humanos e financeiros para serem investidos na educação, saúde, trabalho e lazer dos que estão no meio rural. Porém, o acesso às políticas públicas nos assentamentos rurais, embora com todas as reivindicações de massa, de organização e pressão, está longe de ser alcançado de fato, especialmente para aqueles jovens rurais que não atuam e nem participam de qualquer mobilização social da categoria ou mesmo dos movimentos sociais e que estão no meio rural vivendo nos assentamentos e tentando sobreviver de maneira individualizada, contando, às vezes, com a contribuição apenas familiar.

2.4 Um ator político que não está em cena

Constantemente, agências nacionais e internacionais divulgam resultados de pesquisas que demonstram pertinência de se incluir o tema “juventude” nos vários setores nas instâncias do governo, dos movimentos sociais, instituições governamentais e não governamentais. Desde a década de 1990 no Brasil, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO centra esforços em estudos direcionados à juventude, que segundo esta instituição têm permitido “construir um retrato dos jovens, seus anseios e necessidades a partir de suas próprias palavras, subsidiando debates mais aprofundados sobre temas atuais que, direta ou indiretamente, se relacionam com as juventudes” (UNESCO, 2004, p. 15). É visível o avanço que a juventude brasileira tem conseguido nas últimas décadas, principalmente ao fazer parte na agenda política do país e fazer com que sejam demarcadas suas exigências, por meio da implantação das políticas públicas em vários setores que dizem respeito às juventudes. A construção desta juventude reafirma sua identidade jovem até pouco tempo não priorizado por vários setores sociais e

governamentais. Neste direcionamento, Castro e Abramovay (2003) também em publicação realizada pela UNESCO, apresentam a concepção do que seria uma política integrada de juventudes, utilizando algumas preposições:

DE: Juventude e juventudes; Sujeitos de direitos e atores do desenvolvimento; Construção de autonomia e formação de capital cultural.
PARA: Lugar do Estado. **COM:** Articulações entre agências, lugar dos adultos, lugar dos jovens; Ações imediatas, considerando princípios integradores; Investimento em processo; Vontade políticas para mudar a forma de fazer política; Lidar com complicadores políticos, econômicos, culturais e históricos (CASTRO & ABRAMOVAY, 2003, p. 25, grifo das autoras).

Frequentemente, como cidadãos e cidadãs, somos instigados e motivados a participar de passeatas, manifestações, audiências públicas ou qualquer outro tipo de mobilização social que vise o cumprimento de direitos, até então, desrespeitados e não cumpridos conforme estabelecidos em lei. Nesta mesma direção seguem os movimentos sociais, sindicatos e ONGs, na incessante construção de mobilizar as categorias conforme suas necessidades e prioridades no âmbito urbano e rural.

A juventude rural não foge desta conjuntura, tanto que as mobilizações a nível nacional têm aumentado sua dimensão e extensão no âmbito das agendas de reivindicações. Como demonstrado anteriormente, houve um crescimento significativo nas organizações de juventude rural nos últimos anos no país que seguem suas pautas reivindicando o acesso às políticas públicas direcionadas às juventudes rurais, bem como demonstrando que sem a presença da juventude os debates sociais, políticos e econômicos a respeito do meio rural ficam incompletos. Reconhece-se que a juventude rural tem despontado como um “novo ator político” (CASTRO, 2005, p. 33) no meio rural brasileiro, que tem sido demonstrado por meio das articulações e organizações da juventude rural a nível nacional e, também, na atuação dentro das associações, cooperativas e sindicatos rurais. Deve-se considerar, porém, que nem todos os assentamentos rurais brasileiros possuem em seu quadro jovens atuantes e participantes dos espaços sociais dentro dos assentamentos rurais ou, até mesmo, nas regiões onde estão localizados, mas que, ao mesmo tempo, não estão “isolados” dos acontecimentos internos e externos ao assentamento.

Assim, considera-se que no meio rural as várias juventudes também estão presentes, ou seja, existe uma parcela da juventude rural que está se desenvolvendo como ator político que atua, opina, mobiliza e se articula junto com outras juventudes que estão na mesma sintonia. Existem também outras juventudes rurais que estão nos assentamentos, mas que

não despontam como atores políticos e que estão distanciados e isolados dos debates e discussões que acontecem no meio rural onde vivem, portanto, são desconhecidos e mais invisíveis do que os outros jovens rurais que estão organizados e atuantes, seja nos movimentos sociais, cooperativas ou associações.

Para ser considerado um “novo ator político”, a categoria da juventude rural teve que conseguir ultrapassar, inicialmente, barreiras impostas pelos próprios movimentos sociais, sindicatos e outras instâncias rurais, que não tinham esta categoria como prioridade em suas ações. Assim como os debates travados acerca das relações de gênero nestas instâncias, a juventude rural, aos poucos, foi deixando de ser apenas número, especialmente quando o objetivo era de grandes articulações e mobilizações. Nestes momentos, a juventude rural era vista como símbolo de vitalidade, de renovação, animação, inspiração e, também, de “ajuda” para alcançar os objetivos desejados e não como sujeito detentor de direitos, que poderia contribuir nos debates políticos e sociais e que poderia avançar na construção de novas formas de enfrentamentos diante das ações do Estado.

Vencidas essas barreiras, a juventude rural avança demarcando seu acesso nas instâncias de decisões dos movimentos sociais rurais, tanto que muitos jovens assumem coordenações regionais e estaduais destes movimentos e logo passam a construir suas próprias pautas de reivindicações como o acesso à terra, educação, lazer e trabalho. Porém, mesmo com todo avanço conquistado por essas categorias no cenário brasileiro, esta categoria, ainda, não é foco prioritário para políticas públicas de juventude (CASTRO, 2009).

Se essa é a realidade de uma juventude rural organizada, o que imaginar de uma juventude rural que não possui a mesma atuação e que está longe de fazer parte dessa estrutura organizativa e atuante dos movimentos sociais? Tal indagação nos permite refletir que no espaço rural brasileiro a juventude está longe de ser homogênea e que está em constante transformação.

Do ponto de vista das juventudes não organizadas, esta certamente enfrentará maiores problemas no tocante à viabilização dos seus direitos nos assentamentos, já que as políticas públicas são realizadas nos espaços rurais, por meio de reivindicações e mobilizações não só da juventude, mas de todos os sujeitos envolvidos nestes espaços, como as cooperativas, associações, organizações governamentais e não governamentais. Para esta juventude, o meio rural possui outras configurações. O assentamento é visto apenas como lugar de moradia, de tranquilidade e sem perspectiva de continuidade e permanência na terra

ou mesmo no assentamento. Então, por meio desta conjuntura vivenciada, não conseguem dimensionar os problemas sociais e políticos que acontecem nos assentamentos e permanecem isolados ainda mais destes debates.

O ponto em comum entre estas juventudes rurais, organizadas ou não, são as reivindicações no acesso às políticas públicas. Embora as políticas públicas sejam menos conhecidas entre as juventudes rurais não organizadas, estas solicitam acesso à educação, lazer e trabalho como forma de continuar na terra, juntamente com seus familiares. Contudo, nota-se que na construção das políticas públicas é primordial que os sujeitos envolvidos nesse processo sejam ouvidos, embora, isto nem sempre aconteça. Neste sentido a UNESCO (2004) reforça

a importância de se escutar as pessoas jovens no momento de definição de uma política pública de juventudes não pode ser subestimada. Uma política nacional de juventude que não reflita as visões, preocupações e desejos dos jovens se distanciará de seu objetivo primordial, e com o tempo, cairá no esquecimento, pois não contará com apoio. Assim, políticas ou programas de/para/com jovens devem ser formatadas a partir de seu envolvimento compreensivo, contanto com espaços de participação juvenil nos processos de tomada de decisão (UNESCO, 2004, p. 69).

O fato é que tais condições apresentadas acima ainda são, praticamente, inexistentes na construção das políticas públicas direcionadas às juventudes rurais. Desta forma, estas, embora se apresentem como um “novo ator político”, ainda é um ator desconhecido (CASTRO, 2009, p. 33), principalmente, no que tange à formulação de políticas públicas, bem como na compreensão do meio rural que considere as especificidades das juventudes rurais, sejam elas organizadas ou não. Portanto, na pluralidade das juventudes rurais, categoria essa em construção, deve-se considerar os espaços em que estes jovens estão sendo conceituados e analisados, isto para não compreendermos esta categoria apenas de um ângulo que não contribui no desenvolvimento do processo cultural, econômico e social destas juventudes rurais brasileiras.

3. OS JOVENS DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta terra tem dono!

A referida frase foi imortalizada pelo líder indígena guarani Sepé Tiarajú, que morreu em combate no ano de 1756, por defender as terras do seu povo no Estado do Rio Grande do Sul. Entre o *mito* e a *história*, como pesquisado por Brum (2006), Sepé Tiarajú tornou-se, em setembro de 2009, o primeiro índio a ocupar o Livro de Aço dos Heróis Nacionais, ao lado de nomes já conhecidos no país como Margarida Alves, Zumbi dos Palmares, Almirante Tamandaré, Joaquim José da Silva Xavier/Tiradentes e tantos outros⁴.

Os movimentos sociais, mais especificamente o MST, têm por prática nominar seus acampamentos e assentamentos com personagens que, de alguma forma, lutaram em prol das questões sociais, sejam eles ligados à luta pela terra, aos sindicatos ou ao meio ambiente, no campo ou na cidade. Tais nomeações são a maneira encontrada por este movimento de reavivar e manter acesa as lutas destes personagens no cotidiano dos sujeitos envolvidos na questão agrária, bem como de não cair no esquecimento as trajetórias das lutas de muitos homens e mulheres que morreram por essas causas, tanto no Brasil como na América Latina. Portanto, o nome do Assentamento Sepé Tiarajú não foge a essa prática e, ainda, para fins organizativos, o assentamento está subdividido em núcleos que foram nominados por Dandara, Zumbi, Chico Mendes e Paulo Freire.

O processo organizativo do assentamento teve na cooperação e na agroecologia seus eixos principais. De acordo com Scopinho (2007, p. 4), para o MST, a cooperação “É um processo de aprendizagem de longo tempo que se inicia nos acampamentos antes mesmo da conquista pela posse da terra”. A pesquisa realizada por Scopinho, no período de 2003 a 2007, no Assentamento Sepé Tiarajú, cujo intuito foi apresentar reflexões acerca do processo organizativo do assentamento, ressalta que o período de acampamento foi de muita polêmica, que encontrou tanto apoiadores como também opositores, especialmente por estar localizado numa região onde há grande concentração de terra, predominando assim o poder econômico e também político das monoculturas. Desse modo, a formação deste assentamento não difere dos demais existentes no país, que enfrentaram debates sociais, políticos e econômicos nas instâncias dos Estados, municípios e regiões.

⁴ Memorial Lélia Gonzales informa: Cultura Educação e informação em Americanidade. Disponível em: <<http://leliagonzalez-informa.blogspot.com/2009/10/indio-guarani-sepe-tiaraju-e-heroi.html>>. Acesso em: 25 set. 2010.

Em 2004, ao adquirir a área onde foi implantado o Assentamento Sepé Tiarajú e iniciado o processo de assentamento, o INCRA apresentou uma proposta do modelo de assentamento, ou seja, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) pois, segundo Scopinho (2009, p. 261). “A compra somente foi efetivada depois de ter sido firmado um acordo sobre a modalidade de projeto a ser implantado na área, que deveria ser do tipo PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável)”. Esse modelo no início de sua implantação tornou-se uma espécie de modelo de experiência de que deu “certo”, especialmente na visão do Estado, por meio, do INCRA. O assentamento tornou-se referência no modelo de produção e sustentabilidade, como mostra a reportagem realizada por Mauricio Monteiro Filho⁵, intitulada “Agroecologia faz assentamento modelo de sustentabilidade”. Esta publicação menciona que o Assentamento Sepé Tiarajú, “é o primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) paulista, está se tornando um modelo viável de produção alternativa à monocultura e um exemplo de reforma agrária bem-sucedida” (Repórter Brasil 14/11/2009).

Observando o processo histórico desse assentamento na região de Ribeirão Preto, nota-se que o Estado, por meio do PDS, fez investimento para que ele se tornasse modelo e exemplo alternativo de desenvolvimento agrário, assistido pelo Estado e, desta maneira, a terra estaria cumprindo sua função social, cultural e econômica como estabelecidos no I e II PNRA. Ocorre que estes investimentos realizados pelo Estado na fase inicial do assentamento tornaram-se alvos de crítica, especialmente por parte do MST. Isto porque o INCRA, nas suas exposições sobre os trabalhos de reforma agrária realizados na região de Ribeirão Preto, mencionava o assentamento como referência de sucesso.

Na visão de alguns militantes do MST, na região isto era um problema, pois a realidade do assentamento não condiz com o discurso realizado pelo INCRA. Desde que o assentamento fora criado em 2004, sua existência tem acarretado situações complicadas, principalmente na cidade de Serra Azul e outras cidades circunvizinhas, pois o discurso propagado dá a impressão de que o assentamento está bem estruturado, há presença de políticas públicas e os assentados estão desfrutando das melhorias que um assentamento rural deve promover na vida de toda família assentada.

Nesse sentido, é possível constatar que os assentamentos rurais servem para o Estado, também, como propagador de suas ações, de modo que ao demonstrar a viabilização

⁵ Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2010.

do acesso aos primeiros instrumentos necessários para fixar na terra como créditos, insumos e infraestrutura, estão sendo destinados aos assentamentos de forma eficaz e eficiente.

Nestes sete anos de existência do Assentamento Sepé, é notório observar que os embates sociais e políticos ainda acontecem neste espaço entre as famílias, o MST e o Estado. Na visão do Estado, o assentamento tem sofrido grandes mudanças, especialmente no que se refere à produção e comercialização dos alimentos, como pode ser observado no discurso de um técnico responsável por acompanhar as famílias no assentamento que aponta a seguinte questão:

Olha, muita coisa mudou, porque as famílias estão conseguindo ter um desenvolvimento muito mais visível com relação à comercialização, produtividade em relação ao desenvolvimento individualmente de cada lote. Você consegue acompanhar essa modificação. Então, quando eu entrei, alguns lotes não estavam com o desenvolvimento que está hoje. É visível. Quando eu entrei, já tinha muita coisa iniciada e hoje a gente consegue ver a produtividade, ainda maior, pelo fato deles estarem aproveitando muito mais da produtividade (Engenheiro Agrônomo/INCRA – entrevista realizada em abril de 2011).

Produção e comercialização são dois eixos importantíssimos na vida de uma família assentada, pois na medida em que adquire seus lotes, é incentivada a produzir, de modo que isto possa se tornar meio de sobrevivência econômica familiar e que possa explorar o espaço (BERGAMASCO et al., 1997), subsidiada pela assistência técnica, disponibilizada pelo Estado.

Como demonstrado anteriormente, o Assentamento Sepé Tiarajú demonstra uma realidade diferenciada do que está sendo apresentada pelo INCRA, especialmente no que tange à produção e comercialização. É fato que há produção no assentamento, como mandioca, banana, milho, abóbora, além da criação de porcos e galinhas, mas também é fato que a comercialização destes produtos é uma das grandes preocupações e frustrações das famílias assentadas. Para comercializar estes produtos é necessário ter condições de levá-los até a cidade para serem vendidos nas feiras ou negociar com o comércio local, mas esta movimentação só é possível para as famílias que possuem automóveis próprios. Então, as famílias que não dispõem de condições de comercializarem seus produtos, constroem alternativas de comercialização, sendo que uma alternativa encontrada é vender os produtos às margens da estrada como demonstrado na imagem abaixo.



Figura 1. Barraca construída para comercializar os produtos produzidos no assentamento.
Fonte: trabalho de campo (dezembro de 2010, a autora).

É perceptível que esta alternativa encontrada não é o suficiente para escoar toda produção produzida nos lotes, tanto que alguns produtos acabam estragando ou servindo de alimentos para os animais e isto causa revolta nas famílias, como pode ser observado no seguinte depoimento:

a gente tem um monte de coisa plantada, mas não têm para onde escoar, não tem para quem vender. Igual a abobrinha, por exemplo, vai começar perder, mandioca nós temos mais de cinco mil pés, banana nós estamos entregando para atravessador porque não têm como você colocar nas costas e sair para vender, então, desse jeito não tem como você trabalhar. O INCRA não ajuda. O governo, ele põe na *internet*, na televisão, você ouve falar quase todos dias, que tem milhões para a agricultura familiar e para os assentamentos, só que na realidade isso é mentira, porque você vai lá no banco eles falam que não tem. Então, não adianta puxar na *internet* e você chegar lá no banco é mentira, que o banco não tem esse dinheiro e que o povo não tem o direito, então, como você vai viver de um jeito desse? Esperar o comprador chegar lá? Lá vai um ou dois, então você tem que partir para fora mesmo, porque aqui não dá não! Você ficar com a família inteirinha, todo ano, só plantando e perdendo todo ano, não dá! Não dá mesmo! (D.O – assentada 50 anos).

Contrapondo-se ainda à afirmação do INCRA sobre o modelo de PDS implantado no assentamento e propagado como experiência inicial que “deu certo”, as famílias assentadas

expressam com revolta não só este modelo, mas também a ausência dos agentes deste órgão no assentamento e questionam a acessibilidade de assistência técnica:

As pessoas vêm aqui, pensam que nós estamos vivendo num mar de rosas. Tá nada! Quem vê de fora, não enxerga o que nós vivemos aqui. Aqui é um tal Assentamento do modelo do PDS, só que esse tal de PDS aqui não vira. A maioria das coisas que você planta, não pode passar o veneno. Então você só joga dinheiro fora comprando. Nós mesmos compramos um monte de planta, plantamos, mas a gente limpa ao redor dele, mas como você vai segurar formiga, como você vai segurar a praga, se a gente não tem uma assistência técnica nenhuma aqui? Nem do INCRA, nem do governo, nem de ninguém. Só promessa! Todo ano que troca de técnico no INCRA, eles vêm, falam: “tem fulano que vai trabalhar agora, ele estará toda semana aqui com vocês”. Tem mais de quatro meses que eu não vejo a cara do técnico aqui dentro do assentamento. Isso muda, quase todo ano. Nós não temos assistência de nada, de nada aqui! (D.O - assentada 50 anos).

Para que um assentamento possa, de fato, ser um lugar onde as famílias assentadas possam conseguir sobreviver e manter-se do trabalho realizado na terra, é imprescindível o acesso à assistência técnica de qualidade nestes espaços, o que nem sempre acontece. Deve-se registrar que houve avanços nos últimos anos no INCRA do Estado de São Paulo, uma das medidas foi a descentralização da Superintendência estadual para as Unidades Avançadas no Interior do Estado, isto facilitou o acesso aos técnicos e assistências por parte dos assentados. Entretanto, as Unidades Avançadas não dispõem de recursos humanos suficientes para atender às demandas apresentadas por parte dos assentados a este órgão, reforçando assim a ausência do Estado nos assentamentos de reforma agrária.

Aliada à ausência do INCRA, especialmente no campo da assistência técnica como reivindicada por várias famílias, o Assentamento Sepé Tiarajú enfrenta vários outros problemas que dificultam, ainda mais, a vivência e permanência das famílias no assentamento. O acesso às políticas públicas destinadas ao meio rural é mecanismo quase que “invisível” neste espaço, mas cobrado por todos que nele vivem. Observamos que o assentamento, desde sua criação, teve acesso às políticas públicas imediatas, aquelas que são destinadas aos assentados logo que o assentamento é constituído, como fomento e crédito habitação, que auxilia essas famílias na compra básica de alimentos, no investimento na agricultura familiar e na construção de suas casas. Entretanto, para consolidação de um assentamento, é necessário investimento e implantação de muitas outras políticas públicas como no setor de educação, saúde, lazer e trabalho. Tal constatação vai de encontro ao posicionamento de Ramos (2009) que afirma que sem o acesso às diversas políticas nos

assentamentos torna-se impossível atingir os objetivos de um programa de assentamento de trabalhadores rurais.

Longe de ser um assentamento modelo como quisera o INCRA no início de sua implantação, constatamos que no decorrer destes sete anos de existência, o assentamento vem enfrentando várias mudanças. O MST, movimento social que acompanhava estes assentados desde o acampamento e fortalecia suas lutas na região de Ribeirão Preto, sendo responsável pelo processo organizativo do assentamento, afastou-se quase que totalmente do Sepé. Várias lideranças, que eram militantes do MST e atuavam no assentamento e região, deixaram de militar e, conseqüentemente, distanciaram-se da organização e das ações do assentamento e passaram a atuar somente nas suas respectivas cooperativas ou na única associação existente dentro do assentamento. Deste modo, as poucas tentativas de aproximação com as famílias assentadas por parte do MST ficaram estremecidas, não conseguindo mais motivar, incentivar e organizar o Assentamento Sepé Tiarajú. Indagada sobre o motivo deste distanciamento, bem como sobre a perda política do movimento junto aos assentados, uma liderança do MST e assentada explica:

Eu acho que as responsabilidades foram se tornando diferentes e aí, na cabeça das pessoas, cada um age de um jeito. Porque na época do acampamento as responsabilidades são diferentes. Você não tinha sete hectares de terra para dar conta, para plantar, para produzir e tirar lucro, o seu sustento dali. Porque tem famílias que não têm outra fonte de renda, têm que tirar tudo do lote. Então, olha o tamanho da responsabilidade para quem tem sete ou oito filhos para criar. Não é tão simples falar: “Ahh...tira do lote o seu sustento”. E aí, na época do acampamento não tinha isso. Eu acredito que um pouco foi a responsabilidade. Nem todo mundo pensa e enxerga igual. Cada um tem seus medos, suas angústias, isso é diferente. Um pouco foi isso, esse desencontro (Militante do MST – janeiro 2011).

A exposição acima releva que o MST tem perdido força dentro dos próprios assentamentos que ele mesmo ajudou a construir nesta região e segue na contramão do que é propagado pelo movimento, ou seja, de que conquistar um assentamento não é o fim, mas o início de várias outras lutas depois de assentados. Observar o aumento de “responsabilidades” por parte dos assentados e justificar que isto seja motivo de desmobilização e perda de interesse das famílias em continuar às ações do movimento é, no mínimo, complicado, pois sabe-se que dentro do próprio movimento há divergências políticas que no decorrer do tempo vão tomando novas proporções; e os interesses das lideranças e dos assentados mudam conforme a conjuntura política estabelecida no local, ou seja, no assentamento, em consonância, também, com a conjuntura política do município.

Atualmente, o MST não possui nenhuma ação política dentro do Assentamento Sepé Tiarajú, embora haja presença de três lideranças do movimento que são assentadas. Estas lideranças, assim como vários assentados, estão inseridas nas cooperativas ou na associação. Tanto por parte do Estado como do MST houve incentivo neste assentamento para que os assentados pudessem organizar-se em cooperativas ou associações, e isto foi sendo fortalecido no decorrer destes anos. Atualmente, no assentamento, as cooperativas tornaram-se os únicos meios de organização deste espaço, para os quais entregam seus produtos como legumes e verduras que são vendidas para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Sabe-se que na formação de uma cooperativa ou associação enfrentam-se embates políticos por meio de seus organizadores. No Sepé, as famílias associam-se conforme suas afinidades políticas entre os assentados e temos constatado que, dependendo da força política dos seus coordenadores junto aos poderes públicos municipais, como vereadores, secretários e, até mesmo, prefeitos, a cooperativa ganha respaldo e visibilidade no que tange às reivindicações das melhorias para os assentados, especialmente, para seus cooperados. Esta estratégia política é importante tanto para o poder público municipal como para os políticos, que em épocas eleitorais, tornam-se importantes aliados para eleger seus candidatos. De todo modo, ao se organizarem, as cooperativas tornam-se instrumentos de reivindicações do acesso às políticas públicas para o assentamento como afirmado por Ramos (2009), mesmo que isto passe despercebido pelos seus cooperados.

Não obstante aos diversos problemas enfrentados pelos assentamentos rurais brasileiros, o Sepé Tiarajú sofre com problemas, ainda não resolvidos, desde sua implantação. A ausência de água no assentamento é motivo de desânimo e desgosto por parte das famílias assentadas, que dependendo da localização do lote não conseguem plantar por falta de água ou devido ao solo arenoso. Desta forma, algumas famílias que não conseguem plantar arrendam parte de suas terras para fazer pasto para gado. Isto torna-se, também, alternativa encontrada para tirar alguma renda do lote. Aliado a estes problemas, o assentamento tem enfrentado um aumento populacional significativo neste curto prazo de existência, o que na visão de algumas famílias tem contribuído para o surgimento de mais problemas, antes inexistentes, como a circulação de drogas, surgimento de bares e, conseqüentemente, aumento no consumo de bebidas, roubos, furtos e até mesmo a presença de pessoas foragidas da justiça.

Além disso, constatamos que o Assentamento Sepé Tiarajú está distanciado dos objetivos que devem ser alcançados por um assentamento: o de fazer com que seus

assentados tenham melhores condições de vida e que da terra possam sustentar seus familiares. Está distanciado de cumprir sua função social, gerando trabalho, desenvolvimento e renda. Estes tornaram-se projetos inatingíveis por muitos assentados, que precisam deixar o assentamento e buscar na cidade meios de sobrevivência econômica. Embora haja produções em seus lotes, eles não têm como escoá-las. Assim, esse assentamento, atualmente, tem sido construído pelas ações das cooperativas, da associação e pelas famílias que, embora cooperadas, buscam alternativas de sobrevivência na terra, trabalhando fora e investindo no lote. Esta conjuntura é importante para compreendermos não somente o assentamento, mas os sujeitos envolvidos neste espaço, como a juventude.

3.1 A juventude do assentamento

As pesquisas realizadas sobre os assentamentos rurais brasileiros, na maioria das vezes, estão associadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, dos problemas e dificuldades existentes, ausência de infraestrutura, constante cobrança da presença do Estado e o modo de vivência e sobrevivência dos assentados. Recentemente, têm crescido as investigações acerca dos impactos que estes assentamentos causam tanto nas cidades como nas regiões onde estão localizados, assim como são recentes as investigações sobre as juventudes que vivem nestes espaços.

Inserir-se no cenário do Assentamento Sepé Tiarajú e, conseqüentemente, no cotidiano dos jovens que residem neste espaço rural, nos permitiu observar a complexidade existente no entorno das questões agrárias, bem como compreender os enfrentamentos sociais e políticos travados entre os assentados, os agentes do Estado e os movimentos sociais que compõem este cenário, tido como um novo espaço social em constante construção.

Aproximar-se da juventude deste assentamento não foi um processo difícil, mas, sem dúvida, isto só foi possível devido à possibilidade de ter sempre ao lado a presença de uma ou duas jovens do assentamento, que foram “abrindo os caminhos” e apresentando-nos as famílias e outros jovens que poderiam conceder-nos alguma entrevista. Com a contribuição destas jovens foram realizadas 20 entrevistas, sendo elas mesmas as primeiras a serem entrevistadas.

Um aspecto inicial que chama a atenção nos contatos foi a receptividade e acolhida que os jovens desse assentamento dispensaram-nos na medida em que fomos apresentados,

especialmente porque elas faziam da apresentação um momento descontraído e também de reencontro com os amigos. Na medida em que íamos conhecendo os jovens, fomos nos aproximando, também, das famílias assentadas e isto foi importante para o desenvolvimento da pesquisa, pois os pais, ouvindo as entrevistas de seus filhos, encorajavam-se e permitiam serem, também, entrevistados. Mesmo tomando o cuidado em fazer os devidos esclarecimentos quanto aos objetivos das entrevistas e a finalidade da pesquisa, deparamo-nos com situações em que não foi permitido gravar as entrevistas, isto por parte dos pais e não dos jovens.

Para melhor apresentar os sujeitos da pesquisa construímos um quadro sintético de caracterização dos 20 jovens entrevistados (Quadro1).

Quadro 1. Características dos jovens entrevistados no Assentamento Sepé Tiarajú no ano de 2010

Jovem	Sexo	Idade	Est. Civil	Escolaridade	Estuda	Experiência com Trabalho		Composição familiar	Assentado ou agregado
						Anterior	Atual		
1	F	16	Solteira	3º ano Ens. Médio	Sim	No lar	No lar	5	Assentada
2	M	20	Solteiro	Parou 1º ano Ens. Médio	Não	No lote	No lote	3	Assentado
3	M	16	Solteiro	6ª série Ens. Fund.	Sim	No lote	No lote	5	Assentado
4	M	18	Solteiro	3º ano Ens. Médio	Sim	No lote	No lote	6	Assentado
5	F	22	Casada	Ensino Médio completo	Não	No lote	No lote	5	Assentada
6	M	19	Solteiro	Parou na 4ª série	Não	Construção civil	Construção civil	-----	Agregado
7	M	18	Solteiro	Parou na 8ª série	Não	Servente de pedreiro	No lote	4	Assentado
8	F	16	Solteira	1º ano Ens. Médio	Sim	No lote	No lote	4	Assentada
9	M	24	Solteiro	Ensino Fund. completo	Não	No lote	No lote	5	Assentado
10	M	23	Solteiro	Parou 1º ano Ens. Médio	Não	Comércio	No lote	9	Assentado
11	M	18	Solteiro	4º série Ens. Fund.	Sim	No lote	No lote	-----	Assentado
12	F	18	Solteira	3º ano Ens. Médio	Sim	No lote	No lote	3	Assentada
13	M	14	Solteiro	8ª série Ens. Fund.	Sim	No lote	No lote	7	Assentado
14	F	17	Solteira	3º ano Ens. Médio	Sim	No Lar	Ação jovem	8	Assentada
15	F	16	Solteira	1º ano Ens. Médio	Sim	No Lar	No Lar	6	Assentada
16	M	29	Casado	Parou na 5ª série	Não	Projeto Agro florestal	Projeto Agro florestal	3	Assentado
17	M	19	Solteiro	1º ano Ens. Médio	Sim	No lote	No lote	8	Assentado
18	M	22	Solteiro	Parou 1º ano Ens. Médio	Não	Indústria	Indústria	6	Assentado
19	M	22	Solteiro	Ensino Médio completo	Não	Comércio	No lote	7	Assentado
20	M	20	Solteiro	Parou 3º ano Ens. Médio	Não	Comércio	No lote	7	Assentado

Para realizar as entrevistas não foi estabelecida numericamente uma quantidade de indivíduos do sexo masculino ou feminino, estes foram surgindo conforme indicação das jovens. Mesmo assim, vale ressaltar diante do quadro construído que o sexo masculino (70%) sobressaiu ao sexo feminino (30%)⁶. Nota-se que entre as mulheres a faixa etária é de 16 a 22 anos, sendo que uma estava casada (não oficialmente), tinha uma filha e residia com seu esposo no lote de sua mãe. Já entre os homens a faixa etária estava entre os 14 e 29 anos, sendo um casado (oficialmente), tinha um filho e residia com a esposa no lote de seus pais. Os demais eram solteiros e residiam com seus familiares. Vale salientar que núcleo familiar pode ter a seguinte composição: pai, mãe e filhos; mãe e filhos; tias, tios e primos.

No que tange à questão educacional, três dos entrevistados estavam cursando o Ensino Fundamental, nas seguintes séries: 4^a, 6^a e 8^a, cuja idade correspondia aos de 18, 16 e 14, respectivamente. Foram três os jovens que abandonaram os estudos no Ensino Fundamental, nas seguintes séries: 4^a, 5^a e 8^a, suas idades correspondem aos de 19, 29 e 18 anos. Apenas um jovem possuía o Ensino Fundamental completo, cuja idade era 24 anos. Sete jovens cursavam o Ensino Médio nos seguintes anos: 1^o e 3^o, suas idades eram de 16 e 19 anos, respectivamente. Os que deixaram de estudar no Ensino Médio eram quatro, nos seguintes anos: 1^o e 3^o, com idades de 20 e 23 anos e dois jovens possuíam o Ensino Médio Completo, ambos com 22 anos. Dez jovens não estavam estudando, esse número correspondia à soma dos que deixaram de estudar e dos que tinham o Ensino Fundamental e Médio completo.

A partir deste cenário apresentado e relacionando as idades com as séries cursadas pelos jovens, constatamos que a formação escolar destes jovens está em defasagem, ou seja, com as idades que possuíam poderiam estar em séries mais avançadas. Consequentemente, esta constatação nos permitiu compreender o porquê de tanto desejo ou procura pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja. Alguns jovens, principalmente os que estavam no ensino fundamental e os que deixaram de estudar, não queriam estudar no modo regular e almejavam realizar o exame por dois motivos: o primeiro era a possibilidade de acelerar e concluir, rapidamente, os estudos; e o segundo era não querer frequentar a escola regularmente, pois alguns se sentiam “velhos” para isto e, mencionavam que era constrangedor ter que estudar em salas compostas por crianças.

⁶ Camarano e Abramovay (1998) verificaram que há um processo de “masculinização do campo”, porque as mulheres migram mais que os homens, o que também está refletido no universo investigado nesta pesquisa.

O reflexo das políticas educacionais brasileiras no campo recai sobre esses jovens de forma muito diferenciada dos que vivem no meio urbano. Até conseguem atingir as séries iniciais, mas, como pudemos observar acima, não conseguem manter seus estudos nas respectivas séries conforme suas idades. Enquanto na cidade há investimento no que tange à inserção da criança na escola, no meio rural há um conjunto de questões que dificultam o acesso à educação, como: a ausência de escola no assentamento e com isto ter que sair do assentamento e ir para cidade estudar. Isto tem implicações na formação das crianças e jovens, pois estes vão adquirindo valores construídos a partir da visão de que a cidade é melhor que o assentamento. Além do mais, a valorização dos estudos, tanto para os jovens como para seus familiares, tem por objetivo mudar, especialmente, a condição de renda vivida por estes jovens e, conseqüentemente, isto refletiria na melhoria de vida de seus familiares. Essa defasagem escolar está associada, também, ao fato de que a juventude rural começa a trabalhar muito cedo e, por vezes, abandona os estudos para “contribuir” na renda familiar, pois conciliar estudo e trabalho no espaço rural não é algo fácil de ser exercido e isto contribui, e muito, para a evasão escolar e a opção pelo trabalho sempre é prioridade.

O trabalho para os jovens deste assentamento era algo presente e expressivo no cotidiano, pois o desejo, a necessidade e a expectativa de obter independência financeira, bem como de poder adquirir bens materiais, foram fortemente expressados em suas falas. Ao serem indagados sobre suas experiências com trabalho, todos foram unânimes em dizer que trabalhavam, embora não remunerados, principalmente quando os trabalhos eram realizados nos lotes de seus familiares. Os que citaram outros tipos de trabalhos os realizavam fora do assentamento, mencionando as cidades de Sertãozinho e Serra Azul. Ribeirão Preto foi a cidade que mais se destacou na busca por qualquer tipo de trabalho e, até mesmo, por oferecer maior possibilidade de se obter um emprego fixo com carteira assinada. Ribeirão Preto é considerado a terceira maior cidade do Estado de São Paulo, onde há a presença de várias multinacionais, além de ser conhecida como “Capital brasileira do Agronegócio”. É certo que esta visibilidade dada à cidade contribui como atração para a juventude, embora estes sujeitos desempenhem trabalhos, em grande maioria, que exijam menor grau de formação educacional e, conseqüentemente, menor remuneração.

Embora a composição familiar tenha ficado ausente na resposta de dois jovens, conforme o Quadro 1, os números apresentados revelam haver de três a nove pessoas por

família. Dos 20 jovens entrevistados, apenas 1 é agregado⁷ e está, atualmente, morando com o irmão que é assentado.

A caracterização apresentada, além de nos permitir obter um panorama geral dos jovens que residiam no Assentamento Sepé Tiarajú, mostra que eles possuíam total legitimidade, conforme define Castro (2009), no que tange às suas opiniões, pois residiam, vivenciavam e experimentavam a fase “compreendida” como juventude no espaço rural. Ainda que possuíssem experiência de ter vivido na cidade, eram membros deste assentamento, possuidores de direitos, mas invisíveis para Estado, movimentos sociais e, até mesmo, para as famílias, como poderá ser observado, detalhadamente, ao analisarmos os eixos do trabalho, educação, lazer e o acesso às políticas públicas para a juventude rural.

Das informações obtidas, pudemos analisar a forma com que os jovens deste assentamento estão sendo construídos socialmente, conforme a reflexão apontada por Bourdieu (1983). Nota-se que os jovens enfrentavam muitas dificuldades na formação educacional, trabalho, lazer e no acesso às políticas públicas, portanto, a construção social dava-se por meio da luta diária individual, cujas dificuldades do dia a dia, somadas aos problemas sociais referentes à categoria, contribuía para uma formação cada vez mais isolada e, assim, os jovens buscavam, também de forma isolada, alternativas para viver no assentamento.

Estes jovens, assim como qualquer cidadão, sabiam que possuíam direitos, mas desconheciam quais seriam e como poderiam acessá-los, e isto refletia na vida deles de forma a construir uma visão do espaço rural, ou seja, do próprio assentamento como lugar sem perspectivas e sem projeção no futuro. Então, havia certa ruptura com o assentamento, visível na expressão de muitos deles, mas deve-se considerar que este rompimento não significava, necessariamente, abandonar o assentamento, mas sim trabalhar na cidade e permanecer morando no assentamento. A construção social destes jovens perpassa tanto pelo espaço rural como pelo urbano, haja vista que o assentamento é bem próximo da cidade e estes sujeitos, frequentemente, circulavam entre estes dois espaços. Isto expunha os jovens em contato com sistema variado de valores que eram absorvidos ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original quanto no sentido de negá-los (CARNEIRO, 1999).

Do cenário apresentado, o Assentamento Sepé Tiarajú no futuro sofrerá os impactos causados pelo não investimento social, cultural e econômico na juventude, para a qual o

⁷ Jovem que foi morar no assentamento com algum parente: tios, irmãos ou avós.

espaço do assentamento tem se tornado apenas um lugar de moradia, distanciando-se, cada vez mais, das atividades agroecológicas tão difundidas pelo Estado, respaldadas pelos movimentos sociais e pelas famílias assentadas desde a sua implantação.

Os jovens entrevistados, teoricamente, estavam inseridos no MST, pois este movimento era a única referência de organização e mobilização social deste assentamento desde sua implantação. Mas o movimento deixou de ser referência neste assentamento para muitos assentados, especialmente para aqueles que deixaram de atuar como as lideranças e que estavam nas suas respectivas cooperativas ou associação. Desde modo, diferentemente de Castro (2005), cujas referências foram jovens rurais organizados nos seus respectivos movimentos sociais ou mesmo em movimentos específicos de suas categorias, nesta pesquisa referimo-nos a uma juventude rural “não organizada”, portanto, que não estava e nem era vista como atuante e participante em movimentos sociais específicos de suas categorias e, também, não estava inserida nas cooperativas e associação existente no assentamento.

Diante desta referência distanciada do MST, da não inserção e participação dos jovens nos espaços internos do assentamento, esses jovens estavam trilhando seus caminhos de forma isolada e sem perspectiva de sobrevivência e permanência no assentamento. Isto está associado, especialmente, em três eixos centrais para esta categoria, ou seja, a educação, trabalho e lazer. Sobretudo pelo viés das políticas públicas, estes eixos que deveriam fazer parte de um projeto de assentamento desde sua implantação eram, na visão dos sujeitos da pesquisa, inexistentes neste assentamento como poderá ser analisado a seguir.

3.2 Educação, trabalho e lazer

A educação, trabalho e lazer, conforme descritos no primeiro capítulo desta dissertação, apresentaram-se também, aqui, como eixos significativos para analisar e compreender os jovens do Assentamento Sepé Tiarajú, isto porque estes eixos prevaleceram não somente nas expressões dos sujeitos, mas também dos movimentos sociais, do Estado e dos familiares.

O acesso à educação formal dos jovens deste assentamento não difere da realidade de muitos assentamentos deste país, cuja oferta educacional é realizada nas cidades próximas e isto vem de encontro com a pesquisa realizada pela PNERA (2005), cuja ênfase dada é que

os assentamentos não possuem escolas e, quando possuem, oferecem apenas o ensino fundamental.

Desde o início da pesquisa pudemos constatar que o sonho das famílias era o de ter uma escola neste assentamento. Tal desejo existia desde o período de acampamento, cuja projeção futura era de que o assentamento pudesse dispor de vários instrumentos como escola, posto de saúde, área de lazer, energia, água, enfim, tudo que possibilitasse às famílias assentadas condições de vivência e permanência na terra. Após anos de reivindicações junto à administração pública de Serra Azul e ao INCRA, foi inaugurada em maio de 2011 a tão sonhada escola.



Figura 2. Escola no Assentamento Sepé Tiarajú em fase de conclusão.
Fonte: trabalho de campo (janeiro de 2011, a autora).

No período de trabalho de campo, especialmente quando a escola estava em construção, buscamos averiguar como seria a organização deste espaço. No que tange à estrutura física, ela foi projetada para ter três salas de aulas, refeitório aberto, banheiros, sala para os professores, um pequeno campo de futebol e uma área de lazer, como um parquinho infantil. A escola funcionará nos períodos matutino e vespertino, somente da pré-escola até a 4ª série e não será no sistema multisseriada.

Segundo informações obtidas por meio de uma liderança do MST, os equipamentos como carteira, materiais didáticos e alimentação seriam de responsabilidade da prefeitura de

Serra Azul, assim como a disposição dos professores que atuariam no assentamento. Portanto, nota-se que os professores, ao menos neste início, seriam os profissionais da educação que compõem o quadro de funcionários da prefeitura de Serra Azul; até mesmo porque tanto o MST quanto o próprio assentamento não dispõem de quadro de profissionais que pudessem atuar como professores.

A Proposta Político Pedagógica – PPP da escola ainda estava em fase de elaboração. Mas, a liderança do MST que residia no assentamento e que, por conta de estar num curso de nível superior, Pedagogia da Terra, estava atenta em contribuir com o debate acerca da PPP da escola, especialmente por compreender que por meio deste instrumento tem-se a possibilidade de montar diretrizes de como será direcionada a educação das crianças, ou seja, uma educação voltada para o campo, como tanto anseia o MST. Esta liderança reforçou, ainda, que a prefeitura dava abertura para que todas as famílias do assentamento pudessem debater e contribuir na construção da PPP. No entanto, observamos que as famílias assentadas, ao menos as que foram entrevistadas, não fizeram referência de atuação e participação na construção pedagógica da escola, embora houvesse anseios de que as crianças pudessem receber uma educação direcionada para realidade do campo, bem como do próprio assentamento.

Ademais, pelo cenário que foi apresentado sobre a escola no Assentamento Sepé, este reforça a pesquisa realizada pelo PNERA (2005), cujos apontamentos indicam problemas na construção das escolas rurais brasileiras, além do funcionamento contemplar, apenas, o ensino fundamental em séries multisseriadas. Isto significa que as crianças deste assentamento terão que voltar a estudar na cidade após terminarem a 4ª série, pois a escola não disponibilizará, ao menos por enquanto, séries mais avançadas. Juntamente com esta questão, observamos haver uma perspectiva que seja aberta para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, que segundo a liderança do MST, estava em processo de levantamento do número de jovens e adultos no assentamento que pudessem cursar o EJA junto aos assentados.

Embora o espaço físico da escola fosse pequeno para atender à demanda deste assentamento, constatamos haver grande expectativa em torno deste novo espaço. Primeiramente porque esta escola representava uma conquista alcançada por toda comunidade, algo sonhado que virou realidade e isto servia de motivação para que outras reivindicações fossem realizadas, como o posto de saúde, quadra esportiva e tantos outros. Segundo, porque a escola, especialmente na opinião das mães, serviria como espaço de

realização para várias atividades, como cursos, encontros de formação, festas ou mesmo servir de ponto de encontro onde se pudesse reunir tanto as famílias como os jovens. Além destas duas questões observadas, acreditava-se que a escola no assentamento seria primordial na educação das crianças, como pode ser averiguada na expressão de uma mãe assentada:

Eu acho que a escola e a educação vai ser muito boa para as crianças daqui. Isso para saberem mais sobre a educação no campo. Começar a formar essas crianças, desde agora, sobre a importância de trabalhar na terra. Assim, eu acho que vai ter um avanço muito grande para as crianças e principalmente para os jovens, porque vai ter o EJA. Eu acho que é bem melhor para as crianças, porque lá na cidade, eles têm que ir cedinho. Até os de cinco anos vão cedo, também. Aqui não vai ter esse problema. Vai entrar mais tarde e ficar até o meio dia. Então, para a educação das crianças, conhecerem onde eles moram, eu acho que vai ser muito importante (A.O - assentada 63 anos).

É nítido que as famílias assentadas, especialmente as mães, queiram que seus filhos fossem educados numa escola voltada para a educação da terra, que pudessem ser reconhecidos como sujeitos que possuem experiência adquirida no cotidiano da vida familiar dentro de seus lotes. De todo modo, para que isto se torne realidade, terá que haver maior envolvimento dos assentados na construção da proposta político pedagógica, segundo a liderança do MST, que, inclusive, almeja, por meio de processo seletivo realizado pela cidade de Serra Azul, atuar como professora na Educação de Jovens e Adultos - EJA dentro do assentamento. No entanto, observamos que os professores que atuarão no Assentamento Sepé Tiarajú serão profissionais que já atuam na cidade, contrariando assim o desejo das famílias de que seus filhos pudessem receber uma educação direcionada para o campo.

Para os jovens deste assentamento, a escola que frequentam na cidade desempenha vários papéis. Ressaltam que a escola é boa, possui ótimos professores, assim como outros profissionais.

Listavam como aspectos positivos a alimentação e os espaços de lazer onde realizavam práticas esportivas. De outro modo, observando os aspectos negativos, a escola era vista como lugar de bagunça, de discriminação e críticas, como pode ser observado nas respostas dos jovens, quando indagados se já haviam sofrido alguma discriminação na escola, pelo fato de morarem em um assentamento e estudarem na cidade:

Já sim. Discriminação bastante, porque eu era do MST. Eles pegavam muito no pé da gente. A gente não parava em uma cidade só. Daí a turma

discriminava a gente, isso, por parte mais dos alunos mesmo, depois eles acostumavam (J 4 - 18 anos).

Há diferença, há discriminação. Muitas vezes eles xingam a gente de Sem-Terra, humilham a gente. A professora também, de vez em quando. Quando é novo na escola, a primeira vez, eles querem brigar. Aí tem que cair fora (J 11 – 18 anos).

Uma vez, a gente foi assistir a uma peça de teatro lá no centro de Serra Azul. Aí, a gente foi com o transporte da prefeitura. Entrou uma menina e disse: “Ahhh!!...eu não vou com esse ônibus de Sem Terra, tudo sujo”. Eu disse: “Então desce e vai a pé”, simplesmente! Ela ficou meio assim... mas depois eu não critiquei mais não, porque não adianta criticar, porque a gente só vai ser prejudicado mesmo!! (J 14 - 17 anos)

Constata-se, por meio destes relatos, que o fato destes sujeitos residirem num assentamento é visto como anúncio de discriminação. O fato que pesa para eles é serem “carimbados” como “Sem Terra”, cujo reflexo é, exatamente, aquele construído pelos veículos de comunicação sobre os movimentos sociais que atuam na questão agrária deste país, ao passo que esta construção é disseminada na sociedade, ou seja, qualquer pessoa que resida em algum espaço rural é vista como arruaceiro. Na visão dos jovens, serem classificados como Sem Terra é um tanto contraditório, pois, sendo eles assentados, possuíam residência própria, o que não é a realidade de muitos que residem na cidade e que vivem pagando aluguel. Sendo assim, para os jovens, o enfrentamento junto à instituição escolar, principalmente quando esta está direcionada para a cidade, reforça um conjunto de conflitos, como a visão estereotipada que é construída acerca do rural brasileiro, lugar de atraso, de gente “suja” e baderneira.

Os jovens comungavam com as famílias no que tange ao distanciamento da escola, especialmente por terem de sair muito cedo de suas casas, o que, na visão dos jovens, prejudicava no desenvolvimento e no processo de aprendizagem. Entretanto, esta realidade, ao menos para a juventude, não seria equacionada por enquanto, pois a escola do assentamento não atenderá o ensino médio conforme o desejo dos jovens.

Além da questão do distanciamento, frequentar regularmente a escola, como já foi exposto anteriormente, principalmente no período diurno, era visto, por alguns jovens, como algo inconcebível de ser feito, pois, devido ao atraso em cursar as séries que corresponderia às suas idades, os jovens sentiam-se “velhos”. Associa-se também o fato de não serem vistos como crianças e que estão atrasados com os estudos. Isto é expresso, veementemente, por um jovem que abandonou os estudos na 8ª série do ensino fundamental e que diz o seguinte:

É muito trabalhoso, tem que ir o ano inteiro, acordar de manhã e para mim já não dá mais também, sou muito velho para estar no meio da criançada! (risos). Eu tenho dezoito anos já! Eu me acho velho. A meninada da época da oitava série está com catorze, quinze anos. Eu com dezoito anos, com barba na cara, não pega muito bem. Para 8ª série eu estou velho (J 7 - 18 anos).

Se, por um lado, o anseio de ter uma escola no assentamento é importante, do ponto de vista dos assentados e também de alguns jovens, para outros, não deveria existir. O principal motivo, mesmo com todas as dificuldades em torno da distância e do transporte, o fato de ter que ir para a escola e ter que estudar regularmente era tido como possibilidade de sair do assentamento, ou seja, poder frequentar outros espaços, ter outros contatos e poder socializar-se com o mundo fora do cenário onde residem. Mesmo cientes de que poderiam enfrentar possíveis discriminações, a escola na cidade era um espaço que supria algumas necessidades não existentes no assentamento, como quadra de esportes, campo de futebol e até mesmo a possibilidade de frequentar praças públicas. Ao mesmo tempo, estudar servia como pretexto para sair do assentamento, mesmo que algumas expressões manifestadas apontem os estudos como

Um pé no saco! (J 7 -18 anos).

Não gostava! Acho que peguei uma época ruim na escola. Vou te falar a verdade. Eu não gostava não, eu ia porque eu era forçado. Vamos para a escola? Vamos. Junto com os colegas. Chegava lá, pulava o muro da escola e ficava zuando lá na praça. Aí eu digo. “Ahhh! Vou mais não, vou parar logo de vez” (J20 - 20 anos).

O reflexo da aversão aos estudos é um aspecto que contribui para que os jovens abandonem a escola e, conseqüentemente, invistam somente no trabalho. Nota-se que quanto maior for a idade destes jovens, especialmente após os dezesseis anos, dificilmente estes serão incentivados ou cobrados pelos seus pais a retomarem os estudos, embora algumas famílias considerem como péssima a educação recebida pela juventude nas escolas, conforme observado na seguinte fala:

Eu acho que está muito fraca. Mas, hoje em dia, eu acho que tudo isso é porque os pais acham que as crianças nascem e quem tem que educar é o professor. Aquela educação de berço, de família, eles transferiram toda responsabilidade para os professores. Eu acho que estão sobrecarregando muito os professores, eles não respeitam mais professor, na hora de educar

é o professor, mas na hora que o professor chama atenção, os pais para defender os filhos, vão lá, sem saber o que aconteceu de fato e já agridem fisicamente ou verbalmente os educadores (AL - Assentada – 62 anos).

Importante salientar que, especialmente, pelas mães, os jovens são tratados, algumas vezes, como crianças ou por meio da expressão “moçada”, cuja caracterização reforça a invisibilidade construída em torno desta juventude rural. Mas são lembrados como jovens quando alguma cooperativa necessita de ajuda na construção de barracões para festas ou realizar limpeza nos espaços coletivos que serão utilizados por todos os assentados. Assim, os jovens desempenham funções de meros ajudantes, cuja participação é sua força como mão de obra.

A visão exposta pelas famílias sobre a questão educacional que os jovens têm recebido é partilhada pela liderança do MST, que se expressa da seguinte forma:

observar a juventude, especialmente olhando para os do assentamento, é bem vergonhoso neste município. É vergonhoso e a educação recebida é triste. É triste porque eles pararam, praticamente, no meio do ano. Eu pude ter contato de longe, mães reclamando muito que às escolas, praticamente, não funcionaram o ano passado. Os professores iam dar aula, sem sentido, iam por ir. Especialmente para levar os jovens do assentamento era terrível. Para começar era uma escola isolada, uma escola lá no fundo do bairro e tinha que vir transporte da prefeitura buscar esses jovens, aí no meio do ano, o transporte vinha, os jovens já tinham perdido todo interesse de estudar, até porque a escola não está significando mais nada, somente passeio, no nosso caso aqui, que moramos na zona rural (Liderança do MST).

A expressão desta liderança vem de encontro com a fala do jovem 20, ou seja, a escola tornou-se espaço de passeio, alicerçado na possibilidade de sair do assentamento e justificado pela ausência de atividades direcionadas aos jovens dentro do assentamento. Há reclamações de que no assentamento não tem nada para fazer, a não ser realizar trabalhos no lote como capinar, plantar ou cuidar dos animais e isto se tornou tão rotina que a juventude procura por meio da ida para a escola um motivo para romper com esta monotonia que paira sobre ela neste assentamento.

Pode-se afirmar que no Assentamento Sepé Tiarajú, no que tange à questão da educação, há dois grupos de jovens. De um lado, há aqueles que concluíram ou estão por concluir o ensino fundamental e que expressam o desejo de cursar o ensino superior e, do outro, há os que abandonaram os estudos de vez e não desejam retomar. Mas, há também alguns que desejam, ao menos, concluir o ensino fundamental por meio do Exame Nacional

para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. Porém, observamos que a valorização dos estudos está associada à expectativa, tanto dos jovens como de seus familiares, em conseguirem emprego sempre fora do assentamento, reafirmando o posicionamento de Carneiro (2005), ou seja, em grande parte, valorizar os estudos está associado ao abandono da atividade agrícola, aliado ao fato de não gostarem do trabalho no campo, como foi constatado na fala de uma assentada ao ser indagada se os filhos gostavam do trabalho que realizam no seu lote responde: *Olha, eu acho que não. Nem de morar e nem de trabalhar aqui comigo. Eles dizem: Ahhh mãe, eu trabalho lá. Eu dou um dinheirinho para a mãe e a mãe se vira aí* (Assentada – 42 anos).

Contata-se que os jovens do Sepé Tiarajú têm preferência mais pelo trabalho do que pelos estudos. O trabalho foi fortemente evidenciado na declaração de todos os jovens entrevistados, especialmente para os que abandonaram os estudos e direcionaram suas vidas para o trabalho, não importando o tipo, desde que seja remunerado. Logo, obter trabalho estava associado às várias situações que permeiam a vida dos jovens deste assentamento, pois, quanto mais precoce for o contato com o mundo do trabalho, melhor, já que a visão de adquirir experiência era vista, também, como possibilidade de conseguir trabalho, sempre urbano e nunca no assentamento. O trabalho realizado na cidade, principalmente se tiver carteira assinada, era visto como acesso aos direitos trabalhistas garantidos por lei como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, Seguro Desemprego, Férias e 13º salário. Isto, também, assegurava a estes jovens a possibilidade de adquirir bens pessoais como roupas, calçados, celulares, além de usufruírem dos espaços de lazer nas cidades vizinhas nos finais de semana.

Pelo viés do trabalho, constatamos que o Assentamento Sepé Tiarajú poderá se tornar no futuro apenas um lugar de moradia para a juventude, pois todos afirmaram o desejo de conseguir trabalho na cidade, haja vista que o assentamento não dispõe de infraestrutura que possibilitasse o acesso ao trabalho e isto era reafirmado tanto pelas famílias como pelos militantes dos movimentos sociais e agentes do Estado:

Aqui, não tem verba para empregar ninguém, é difícil por causa disso! O negócio é, se o cara quer trabalhar mesmo, tem que sair fora. Para empregar alguém aqui é difícil, o fato é que ninguém tem renda ainda, nem as cooperativas, nem o assentado (J10 - 23 anos).

Eu procuro emprego fora, porque eu preciso de dinheiro, todo mundo precisa. Aqui não tem emprego, digamos assim. Tem serviço, mas, ninguém tem condições de pagar (J18 - 22 anos).

Eles trabalham fora, aqui não tem condições de trabalhar. Tem que trabalhar fora para gente arrecadar um dinheirinho para investir no lote. Tem a criação, tem o lote, passar a máquina roçadeira, então tem que trabalhar fora (Assentado - 49 anos).

Não. Tem que ir fora. Todos eles têm quer ir fora, quem não vai, trabalha praticamente com os pais na roça, no seu próprio lote. A maior parte dos jovens está saindo para trabalhar e ter seu sustento, principalmente, sua vida pessoal. Então é muito triste isso. E você sabe que aqui a vida é precária. Tem que ir à pista, pegar esse ônibus, não temos guarita, não temos nada. Então, praticamente, a gente fala assim, jovem não faz porque não quer!! Mas, praticamente, aqui, eu posso dizer que muitas coisas não acontecem porque não temos muito acesso (Irmã Franciscana da Penitência - janeiro 2011).

Não! Não, estão indo. São casos pequenos assim, de ir embora, vão embora com esse limite do emprego. Aí, tem casos interessantes, que vale pesquisar. Que foi embora trabalhou e voltou. Foi embora, trabalhou um pouquinho, comprou um carrinho, conseguiu uns bens. Ah, não! Quero voltar para lá porque lá é meu lugar. Então assim, não estão indo embora. Essa realidade aqui é diferente. Tem assentamento que está indo todo mundo embora. Este assentamento, os jovens, não está indo embora, isso eu te falo com muita firmeza. Estão trabalhando por necessidade. (Liderança do MST - janeiro 2011).

Olha, no meu ponto de vista, veja só. Aquela família que tem três filhos, ela quer que dois vão para cidade estudar, que aí entra essa projeção, para ajudar na família, muitas vezes, então é para ter uma renda a mais para investir no lote. Eu acredito nisso, porque tem um companheiro nosso que trabalha com a gente, ele é filho de assentado, vários são filhos de assentados e ele trabalha. O salário que ele recebe, ele ajuda no lote. Então é uma renda extra, no caso desses 'bons' filhos que estão querendo ajudar e tal, porque, muitos, às vezes, saem do lote para trabalhar e constituem a vida fora mesmo. Não é difícil isso, mas, realmente, esse filho, no caso, ele vem para ajudar na renda do lote, que seria uma renda extra (Engenheiro Agrônomo/INCRA - abril de 2011).

A expressão da liderança do MST reafirma nossa análise acerca de que este cenário, por meio do trabalho, aponta para o futuro do assentamento: um espaço de moradia, especialmente porque os jovens necessitam trabalhar e o assentamento não tem construído condições para isto. Trabalhar no lote significa não ter recurso financeiro e nem mesmo perspectiva de quando terá, pois plantar demanda tempo, cuidados e cultivos constantes. Para os jovens isto causa frustração, já que estes querem e necessitam de recursos financeiros imediatos para manterem suas necessidades pessoais, além de contribuírem com investimento no próprio lote.

Sabe-se que os jovens deste assentamento não têm em suas origens o meio rural como referência. Muitos são oriundos dos espaços urbanos, assim como suas famílias que,

buscando o sonho de adquirir um pedaço de terra, foram para o acampamento e consequentemente chegaram até o assentamento. Então, para esses jovens, trabalhar no assentamento é pegar na enxada, é trabalho duro e forçado, por vezes, sem uma remuneração adequada.

Não obstante, a educação, o trabalho e o lazer dos jovens deste assentamento, também têm destino certo, ou seja, a cidade. Isto leva-nos a afirmar que os três eixos que julgamos serem significativos na vida destas juventudes têm impulsionado esta categoria a deixar o meio rural futuramente e isto somente não será concretizado caso não consiga trabalho na cidade, retornando à casa dos pais no assentamento, onde encontrarão, ao menos, teto e alimentação.

É certo que os tipos de lazeres encontrados nos assentamentos rurais são bem diferentes dos existentes nas cidades. Para os jovens rurais o lazer encontrado na cidade torna-se bem mais atrativo, já que esses espaços possibilitam a estes sujeitos momentos de socialização e interação entre os grupos. Desta forma, o quesito lazer é pauta de reivindicação de todos os jovens e sua ausência no assentamento é fato reconhecido pelas famílias. Ao responderem sobre o lazer no assentamento, os jovens fazem as seguintes afirmações:

Aqui não tem nada. O lazer é na cidade (J 1 – 16 anos).

Eu jogo vídeo game. Às vezes, vou à casa dos colegas que chamam para brincar (J 3 – 16 anos).

Aqui não tem quadra, um campo, um lazer no fim de semana (J8 - 16 anos).

Por isso que eu falo, se eu arrumar um serviço em Ribeirão, eu vou poder arrumar dinheiro e poder sair e me divertir em Ribeirão, caso contrário, fico aqui, jogando vídeo game, sábado e domingo (J7- 20 anos).

Eu bebo. Não tem outra coisa para fazer (J 9 - 24 anos).

Tais manifestações vão de encontro à afirmação de Marcelino (2006), de que o lazer está associado à urbanização. Especialmente para a juventude deste assentamento, todo lazer esperado e almejado encontra-se na cidade de Ribeirão Preto, Serra Azul ou Serrana. Mesmo que o lazer esteja associado à cidade, os jovens demonstravam que gostariam que houvesse espaço de lazer no assentamento, como campo de futebol e uma quadra esportiva. Constatamos que a partida de futebol é realizada em lugares improvisados, sempre em frente

a algum lote, embora haja o espaço denominado “Sitinho”, que era um espaço coletivo do assentamento, onde foi construída a escola, a casa das Irmãs Franciscanas da Penitência, uma Igreja da Assembleia de Deus, além de um barracão construído para ser um local de referência de várias atividades existentes desde o início do assentamento. Portanto, neste Sitinho coletivo, inexistia qualquer que fosse espaço de lazer para os assentados, seja para as crianças, jovens, adultos ou pessoas da terceira idade. A seguir, podemos observar por meio do Quadro 2 as principais atividades de lazer praticados pelos jovens, tanto no assentamento como nas cidades circunvizinhas.

Quadro 2. Atividades consideradas como lazer para os jovens do Assentamento Sepé Tiarajú

Assentamento	Cidade
Andar a cavalo	Quadra esportiva
Andar de bicicleta	Praças
Jogar futebol	Festas
Jogar vôlei	Bares
Jogar vídeo game	
Jogar bilhar	
Ir à missa	
Consumir bebida alcoólica	
Tocar violão	
Reunir-se na casa dos amigos	

Fonte: Entrevistas individuais realizadas pela autora de janeiro a julho de 2010.

O Quadro 2 revela que, embora estes jovens reivindicassem espaços de lazer no assentamento, eles socializavam-se bem mais no assentamento do que na cidade. Portanto, o lazer considerado por esta juventude perpassa qualquer atividade que rompa com a rotina do assentamento, que pode ir desde assistir a uma missa até mesmo ao consumo de bebida alcoólica. De qualquer forma, estes tipos de lazeres não satisfazem às perspectivas dos jovens deste assentamento; essas atividades eram exercidas por falta de outras opções e até mesmo devido à falta de condições econômicas, pois, para ir à *lan house*, na cidade, a festas e passeios, eles necessitam de condições econômicas. Já a quadra esportiva era a única que

podiam ter acesso mesmo sem ter dinheiro, desde que utilizassem do espaço escolar durante a semana. Oliveira (2006) salienta que a existência de espaços de lazer não garante o acesso a todos os jovens, devido, principalmente, às condições financeiras. Tal situação é visível no Assentamento Sepé Tiarajú, os jovens reclamavam da falta de espaços de lazer, associado à falta de oportunidade de acesso ao trabalho e acreditavam que trabalhando poderiam obter condições financeiras para usufruir dos lazeres na cidade.

Analisar a condição da juventude deste assentamento, por meio da educação, trabalho e lazer, nos permite reafirmar a inexistência das políticas públicas nos assentamentos rurais brasileiros, onde a juventude rural tem sido socialmente construída. Tal construção caminha na contra mão no que tange à valorização, reconhecimento e investimento no meio rural, seja, pelas famílias assentadas, movimentos sociais e pelo Estado. Apreendemos que esses jovens estavam vivenciando esta fase num espaço muito contraditório e carente de vários benefícios que poderiam contribuir no desenvolvimento de todos os assentados e, especialmente, dos jovens que, aos poucos, estavam deixando de se identificar como um assentado e passando a ser, simplesmente, um jovem nem do campo e nem da cidade.

A existência dos programas, projetos e políticas direcionadas aos jovens rurais não consegue alcançar os assentamentos e muito menos os jovens. Pensando no espaço micro, cujo município seria uma das instituições mais próximas aos assentamentos, há uma inércia em alavancar políticas públicas para os jovens, pois em nenhum momento das entrevistas concedidas foi mencionada a presença da instância municipal nas questões direcionadas aos jovens. Portanto, os jovens do Assentamento Sepé Tiarajú continuarão buscando e reinventando maneiras de sobreviver no assentamento, seja na ida para a cidade com anseio de obter algum trabalho, seja na execução dos trabalhos que são realizados nos lotes de seus familiares ou, simplesmente, deixarão que suas vidas sejam conduzidas conforme os aspectos pessoais ou familiares.

Neste sentido, é imprescindível pensar as políticas públicas direcionadas aos jovens rurais a partir da realidade onde estão inseridos, considerando todos os elementos que estão em torno de suas vidas como a educação, trabalho, lazer. Logo adiante, poderemos analisar e aprofundar o debate sobre as políticas públicas para a juventude rural e poderemos observar o quão distante está este instrumento dos assentados.

3.3 Políticas públicas: dificuldades e necessidades

A conquista dos direitos sociais no Brasil foi um importante marco de transformação na vida da população, principalmente daquelas desprovidos dos direitos elementares como educação, saúde, moradia e vários outros. Entretanto, a institucionalização de direitos não é garantia de implantação e acesso. Para as populações que vivem nos assentamentos rurais, mencionando mais especificamente os jovens rurais, o acesso às políticas é algo difícil de ser alcançado. No Assentamento Sepé Tiarajú, observamos as dificuldades do acesso às políticas públicas específicas para os jovens. Isto significa que as políticas públicas existem, mas não estão presentes no assentamento de forma que os sujeitos possam acessá-las. Então, esta “inexistência”, aliada ao desconhecimento acerca das políticas públicas, foi expressa pela maioria dos jovens entrevistados. Alguns se arriscaram a dizer algo, outros assumiram que não sabiam o que eram políticas públicas, isto pode ser averiguado quando os jovens foram indagados se eles conheciam alguma política pública que fosse destinada, especificamente, para os jovens dentro do Assentamento Sepé Tiarajú.

Humm!! Eu conheço, mas não sou muito chegada em Política não (J1 - 16 anos).

Ahhh!! Já faz tempo que tem, mas ninguém faz nada. Deserdaram tudo, era para fazer um campo de bola, era para fazer um tanto de coisa aí que até esqueci o tanto. Prometem, prometem e não fazem (J 7 - 17 anos).

Eu não!! Nunca vi isso! (J 4 - 18nos).

Já ouvi falar. Então, a gente mexia com jovens aí, mexia com grupo de teatro, essas coisas, ajudando os mais velhos. Hoje parou tudo, não tem mais nada (J 8 - 18 anos).

Não faço ideia. Se tiver, eu não lembro ou não cheguei a participar. Mas agora eu não lembro mesmo (J 11 - 16 anos).

As políticas públicas direcionadas aos jovens rurais, como Programa Nossa Primeira Terra, Programa Pronaf Jovem e Projovem Campo são desconhecidos pelos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú. Nas respostas acima, observa-se que em nenhum momento esses programas foram citados, demonstrando, assim, desconhecimento do direito ao acesso às políticas públicas específicas para sua categoria. Castro (2005), ao enfatizar que o Pronaf Jovem e Programa Nossa Primeira Terra não dão conta das questões dos jovens rurais, alerta questões sobre os problemas existentes no entorno das questões agrárias no país que

perpassam a vida dos jovens, sejam eles organizados ou não. Neste sentido, pode-se afirmar que as políticas públicas necessitam de maior investimento por parte do Estado, além de flexibilizar o acesso como foi reivindicado na 1ª Conferência Nacional de Juventude pelos jovens rurais. Ademais, Castro (2005, p. 167) enfatiza, ainda, que o “debate sobre políticas públicas para a juventude do campo ainda está por vir”. Deste ponto de vista, é fato que as políticas públicas brasileiras, em especial da juventude, carecem ultrapassar as fronteiras da criação e avançar no que tange a sua implantação e assegurar que os jovens tenham, de fato, a oportunidade e direitos, como é explicitado no Plano Nacional da Juventude.

Considerando que esta pesquisa tem como campo empírico um assentamento rural localizado num município do estado de São Paulo, averiguou-se que este Estado dispõe de mais de 30 programas destinados à juventude e que o Projeto Jovem Rural é o único destinado aos jovens residentes em assentamentos rurais paulistas, mas que, também, é desconhecido pelos jovens do Assentamento Sepé.

Ponderando a dimensão territorial deste país, é inimaginável pensar na implantação das políticas públicas nos assentamentos rurais sem que não haja o envolvimento do poder público municipal, neste caso, da cidade de Serra Azul, pois são os municípios que recebem e atendem toda demanda apresentada pelos assentamentos. Entretanto, em nenhum momento as famílias, os jovens, os movimentos sociais ou o agente do Estado citaram qualquer política pública que tenha sido criada pelo município de Serra Azul. Assim, ao não existir qualquer referência, fica subentendido que o município citado não dispõe de políticas públicas específicas para os jovens do Assentamento Sepé Tiarajú.

Pensar as políticas públicas, de modo que estas possibilitem transformações na vida das pessoas e que, a partir disso, possam construir, juntamente com seus familiares, condições de usufruir dos seus direitos enquanto cidadãos, requer não somente que as instâncias governamentais disponham de tais instrumentos, mas que, também, os próprios sujeitos sejam conhecedores das políticas públicas, até mesmo para poder reivindicá-las e acessá-las. Neste sentido, os jovens entrevistados que afirmaram conhecer as políticas públicas, obtivemos a seguinte resposta:

É um plano do governo. No caso do assentamento, é uma política pública, foi beneficiado por uma política (J19 - 22 anos).

O jovem da entrevista acima mencionada possui em sua trajetória participação no processo do Assentamento Sepé Tiarajú, desde a época de acampamento. Participou de algumas mobilizações e articulações juntamente com o MST. Ele destacou, ainda, que:

A vida da gente melhorou, o governo ajudou muito a vida da gente. Hoje em dia, a gente tem uma casa para morar, tem um sítio bom. A qualidade de vida da gente melhorou bastante (J19 - 22 anos).

A expressão deste jovem reforça uma visão “assistencialista”, difundida em toda sociedade, mas criticada pelos movimentos sociais, cujo embate junto às instâncias políticas no país perpassa por conflitos e disputas pela garantia dos direitos, especialmente se levar em consideração a luta pela democratização da terra no Brasil. Portanto, estar assentado é sinônimo de vários outros embates políticos em todas as esferas, sejam elas nacional, estadual ou municipal, especialmente quando as políticas públicas direcionadas ao rural não são implantadas. Ao mesmo tempo, não se deve desconsiderar que o assentamento e, conseqüentemente, a posse do lote, tem múltiplos significados no campo individual como, por exemplo, ter casa própria, lugar sossegado e a possibilidade de melhores condições para criar os filhos, longe da violência das cidades. Ter condições financeiras para sustentar a família e, conseqüentemente, melhorar as condições de suas vidas.

Deste ponto de vista, ou seja, as políticas públicas vistas como “ajuda do governo” e não como um instrumento de direitos conquistados e garantidos, há um reforço para que essas mesmas políticas públicas deixem de acontecer nos assentamentos, pois à medida que as famílias são assentadas, os objetivos iniciais de ter um assentamento que possa corresponder às expectativas das famílias e, também, dos agentes envolvidos como os movimentos sociais, igrejas, colaboradores e apoiadores vão desaparecendo, especialmente quando há embates sociais e políticas neste espaço, como o que aconteceu no Sepé Tiarajú. Hoje os assentados estão organizados, não todos, nas suas cooperativas e/ou associação, portanto, não há envolvimento do MST nestas instâncias e nem das igrejas que atuam diretamente no assentamento.

Para os jovens que antes viviam na cidade, desempregados e que por consequência da atuação dos pais conquistaram um pedaço de terra, o assentamento apresenta um novo espaço de oportunidade, principalmente para aqueles que, de alguma forma, estão buscando viver e não somente sobreviver no assentamento por meio do envolvimento com projetos agroflorestais administrados pela Empresa Brasileira de Agropecuária - Embrapa. Assim, na visão de um dos jovens entrevistados, o assentamento significa:

Uma oportunidade única. Na verdade, quando as pessoas vêm para o assentamento, é porque elas já não têm espaço na sociedade, não conseguem emprego. Talvez ele não tenha uma raiz direta com o campo, mas tem uma raiz dos seus antecedentes. Então, está no sangue essa genética de camponês e quando você vem para a terra, você acaba se encontrando. Eu, por exemplo, estava na cidade, estava desempregado. Aí quando eu vim para cá, eu nem imaginava que eu ia desenvolver esse tipo de projeto agroflorestal, hoje eu me encontrei nisso (J16 - 29 anos).

A expressão acima demonstra que existe a possibilidade em desenvolver projetos que se casam com as necessidades de alguns jovens como demonstrado pelo J16. Entretanto, observamos que nem todos querem atuar ou desenvolver alguma atividade agrícola no assentamento devido a várias questões, como a quase inexistência de trabalho que dê retorno financeiro imediato, salário e carteira assinada e, também, pela não identificação com o trabalho do campo, já que este é considerado um trabalho exaustivo e pesado. Isto é reforçado pelos próprios pais e assentados como demonstra o seguinte depoimento:

Ninguém gosta, jovem nenhum gosta. Essa é a realidade, ninguém gosta. A tecnologia hoje não permite, para jovem não. Trabalho no campo é mais para adulto, aquele que tem a visão do campo, nem todo mundo tem a visão do campo. Jovens hoje não têm visão do campo, difícil tirar um com essa visão! (Assentado - 56 anos).

Não obstante, como afirma Farias (2008), para atuar nos assentamentos devemos entendê-los como um espaço em construção, onde encontramos também as rupturas, frente aos variados projetos presentes no cotidiano das famílias. Neste espaço em construção, os jovens também vão sendo construídos frente a suas especificidades e dificuldades, mesmo que em muitas situações neste assentamento, os jovens não sejam sujeitos ativos e participativos nas instâncias de debates e decisões. Observamos, dessa forma, que os jovens desenvolvem suas atividades de modo isolado, atendendo assim somente suas necessidades. Não há um envolvimento de outros jovens do assentamento em qualquer outro projeto que esteja em desenvolvimento.

No Assentamento Sepé Tiarajú não encontramos nenhum jovem que atuasse ou fosse membro de alguma cooperativa ou associação, concluímos, portanto, que estes espaços estão organizados e destinados, somente, aos adultos. Partindo desta questão, o discurso construído sobre a juventude do assentamento é de que os jovens não são interessados em participar e atuar nos espaços organizativos existentes no assentamento, que são desanimados ou mesmo que estão, completamente, “perdidos”. O sentido de “perdido” é

devido ao surgimento do uso de drogas e, também, ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Este discurso é consensual entre as famílias, os agentes que atuam no assentamento como as igrejas, o INCRA e, também, pelos próprios jovens, como demonstram os seguintes depoimentos:

A questão das drogas não é só da juventude, mas dos adultos também. Lá tem muitos problemas com álcool. Existem vários senhores ali, que já me deparei com problema muito sério com álcool. As irmãs franciscanas lá dentro do assentamento oferecem ajuda a muitos, mas é difícil eles procurarem. Assim fica difícil para elas arrebanharem todos. Crianças eu não vejo com esses problemas lá dentro, graças a Deus! Mas, adolescentes e jovens eu vejo. Vejo, também, em bastante adultos e senhores idosos com problemas de alcoolismo, isso a gente vê bastante (Engenheiro Agrônomo/INCRA - abril de 2011).

Triste! O que nós temos conseguido tirar das drogas aí, não é fácil. Tá dentro da igreja e pensando nas drogas, a gente tem que estar correndo atrás desses jovens (Membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – janeiro 2011).

Tem jovens aqui que estão afundados nas drogas. Tem jovem afundado na bebida, dá muita dó. Porque eu acho assim, se eles tivessem incentivos de outras pessoas, alguma coisa que tomasse o tempo deles e que eles não fossem buscar lá na cidade, eles não estariam assim. Então dá dó de ver os jovens daqui. Futuramente, isso compromete com a vida deles (Assentada - 42 anos).

Com a certa “inexistência” das políticas públicas no Assentamento Sepé Tiarajú direcionadas aos jovens, bem como para o próprio assentamento, torna-se cada vez mais difícil conseguir manter os jovens no assentamento e fazer com que problemas com o consumo de drogas e bebidas sejam resolvidos. O assentamento, pelo que pode ser constatado durante a pesquisa de campo, não dispõe de nenhum mecanismo que possa auxiliar os jovens nesta questão enfrentada por eles. Todos, os movimentos sociais, as igrejas, famílias, são unânimes em dizer que os jovens consomem drogas e bebidas e que isto tem afetado a estrutura do assentamento. No entanto, nenhuma atenção tem sido dispensada na busca de solucionar esta questão. O Estado, por meio do INCRA, não conseguiu viabilizar nenhuma política pública que fosse destinada aos jovens, tanto que indagados sobre as políticas públicas existentes no assentamento obtivemos a seguinte resposta:

As políticas públicas no assentamento seriam o apoio inicial, fomento, crédito habitação e hoje, o fomento mulher. São essas quatro modalidades

que o assentado acessa. Para a juventude, ainda, não existe. Mas tem o fomento, o apoio que é direcionado para a família. A família recebe esse recurso para incrementar a agricultura familiar e assim os jovens estão incluídos neste fomento, junto com a família (Engenheiro Agrônomo/INCRA - abril de 2011).

Embora essas quatro modalidades expostas acima sejam direcionadas para cada família assentada, é pertinente mencionar que estes recursos têm destino certo, já que geralmente são os pais ou os responsáveis que gerenciam esses recursos na compra de ferramentas, insumos, alimentação e outros itens necessários para manutenção do lote. Assim, os jovens não têm autonomia e acesso a estas modalidades de políticas públicas, portanto, reforçam a afirmação de Carneiro (1999) de que o trabalho dos jovens rurais é visto pelas famílias como “ajuda” ao complemento a renda familiar, já que muitos destes jovens trabalham fora do assentamento e contribuem com os pais no investimento do lote.

Diante das políticas públicas direcionadas aos jovens rurais, como o Pronaf Jovem, Nossa Primeira Terra e mesmo o Projeto Jovem Rural do Estado, obtivemos deste agente do Estado, mencionando especificamente sobre os jovens do Sepé Tiarajú, as seguintes informações:

Foi feito um projeto pela filha de um casal de assentados. Ela quis fazer um galinheiro com esse Pronaf Jovem, que hoje, a meu ver, é um dos programas que tem mais possibilidade de ser acessado. Eu fiz o projeto para ela e fui até o Banco do Brasil de Serrana, porque o Pronaf é um financiamento que é feito no Banco do Brasil, com possibilidades de serem pagos a muito longo prazo e com taxas de juros muito baixos. Foi nos falado na época que eu entreguei, já faz uns quatro ou cinco meses, que não estavam acessando o Pronaf Jovem. Então assim, eu tenho o modelo para ser feito, mas, o banco não me deu a possibilidade, ainda, de fazer esse projeto (Engenheiro Agrônomo/Inkra - abril de 2011).

Diante dos problemas apresentados de acesso ao Pronaf Jovem mencionados acima, a mãe desta jovem apresenta outro lado da questão quando indagada sobre as políticas públicas destinadas aos jovens no assentamento:

Não, nada. Tem o Pronaf Jovem. O INCRA diz que tem, mas nunca foi acessado, porque minha filha tem direito. Ela fez o técnico agrícola, então, ela tem direito. Já está com toda documentação aí, no entanto até agora nada. Já está tudo encaminhado, mas o INCRA não faz nada. Eles que dão todo o parecer para acessar (Assentada - 62 anos).

Nota-se, portanto, que o confronto entre as famílias e o Estado torna-se cada vez mais acirrado na medida em que situações como estas causam revoltas dentro do assentamento, principalmente porque há problemas existentes neste espaço que até o

momento não foram resolvidos, como é o caso da água. Neste sentido, pode-se afirmar que o processo de implantação das políticas públicas direcionadas aos jovens rurais, como também o acesso a outras políticas públicas destinadas ao Assentamento Sepé Tiarajú, tornou-se um entrave no que tange às possíveis melhorias que pudessem ser realizadas neste espaço. De um lado, os assentados esbarram na burocracia do próprio Estado, como a não liberação de recursos dos programas e projetos destinados ao rural. De outro, as famílias, mais especificamente os jovens, desconhecem as políticas públicas e, quando têm a possibilidade de acessar, não conseguem por conta das questões burocráticas e da ausência de empenho do Estado em colocar em prática esses mecanismos.

O programa Arca das Letras, criado em 2003 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), cuja finalidade é implantar bibliotecas nos espaços rurais, possibilitando o acesso aos livros, foi a única política pública citada por um jovem entrevistado, embora não soubesse dizer de forma mais detalhada, mencionando apenas sua existência. Os beneficiários deste programa são assentados, comunidades de pescadores, remanescentes de quilombos, indígenas e populações ribeirinhas⁸. Pelo que pode ser constatado, este programa existe por meio de doação de livros feita pela comunidade externa ao assentamento e recebeu contribuição do Estado na aquisição de alguns exemplares. Mas, segundo entrevista realizada com uma irmã franciscana, são poucos os assentados que vão à procura de livros. O interesse maior fica por conta das crianças e isto tem um incentivo, pois uma das irmãs desta congregação trabalha, especificamente, com o reforço escolar das crianças do assentamento, ou seja, as crianças retiram o livro, levam para suas casas e depois retornam e compartilham o que foi lido com a irmã responsável pela atividade. Já os jovens, segundo a irmã, é muito raro algum demonstrar interesse na leitura, embora todos saibam da existência deste espaço no assentamento. Na visão da irmã isto está associado ao fato do jovens estarem constantemente fora do assentamento, ora para estudar, trabalhar ou mesmo desfrutar dos espaços de lazer, que é realizado na cidade.

São muitas as dificuldades apresentadas pelos jovens deste assentamento, mas o problema do acesso à água é alvo de reclamação entre os jovens, familiares e os agentes que estão envolvidos no assentamento. A situação da água é mais um motivo de desmotivação em continuar morando no Assentamento Sepé Tiarajú, tanto que no relato de alguns jovens esta questão surge em primeiro lugar, antes mesmo de quaisquer outros assuntos da sua própria categoria.

⁸ Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/arcadasletras>>. Acesso em: 28 set. 2010.

Água é a maior dificuldade que a gente tem, tem os poços, tem tudo, mas não tem a rede, a rede que colocaram aí é uma rede inviável para o consumo humano. Por falta de água, o pessoal teve uma perda muito grande de mudas, o dinheiro que veio para o projeto, Pronaf, essas coisas assim. As pessoas que investiram em gado, não tinham água para dar para as criações, perda muito grande. Porque quando você vai num assentamento, o básico seria a moradia e água. Na verdade eles colocaram a moradia antes da água. A água teria que vir em primeiro lugar, ninguém sobrevive sem água (J8 - 16 anos).

Dificuldade com água viu! É muito ruim. A gente já pelejou atrás de água, mas é difícil (J14 - 17 anos).

Neste sentido, a estrutura do assentamento amplia ainda mais as dificuldades, pois além da água, o próprio solo, em determinados espaços, é impróprio para plantação. O relato de uma jovem a seguir, demonstra o que acontece no seu lote com relação a isto:

No meu lote, não tem como plantar nada, porque a terra é muito arenosa, tudo que você planta não nasce. Aí meu pai fez um projeto para mexer com gado, ele faz o pasto e solta o gado, isso para ter uma renda. Plantar lá não dá não (J 12 – 18 anos).

Constata-se que os problemas existentes no assentamento desde sua criação como é a questão da água, somado a alguns lotes cujo solo é arenoso e, também, outros que foram surgindo no decorrer dos anos, dificultam a vivência e permanência dos assentados neste espaço rural. Para os jovens, isto não é diferente, pois à medida que esta juventude não encontra condições de permanecer no assentamento, como ter acesso ao trabalho, educação e lazer, estes, mesmo que tenham referência familiar dentro do assentamento, vão buscar na cidade meios de sobrevivência ou, por vezes, fixar-se na zona urbana.

Imaginar um assentamento onde, alguns lotes, não possuem água e o solo é impróprio para plantação, implica refletir acerca dos espaços que são adquiridos pelo governo e que são destinados para serem assentamentos rurais. Vale ressaltar que o Assentamento Sepé Tiarajú foi uma grande fazenda de plantação de cana há pouco tempo atrás, cujo solo ficou empobrecido, se tornando arenoso em alguns lugares. Os assentados ainda hoje enfrentam problemas no que tange a plantação da cana de açúcar, especialmente, os donos dos lotes que fazem divisa com outras fazendas onde há plantações de cana, pois, quando se joga veneno no canavial, ele ultrapassa os limites e recai sobre as plantações existentes no assentamento, prejudicando assim a lavoura com os fortes venenos que são pulverizados nos canaviais.

Os dados levantados nesta pesquisa mostram uma contraposição no propósito do governo federal de manter os jovens rurais no campo e, também os assentados, pois os próprios programas, projetos, vistos como políticas públicas específicas não chegam ao assentamento. São instrumentos desconhecidos pelos sujeitos que deveriam ter acesso a estas políticas. No entanto, existe um distanciamento entre os sujeitos da reforma agrária e as políticas governamentais e isto reforça, exatamente, os apontamentos feitos por Castro (2005), de que o debate sobre as políticas públicas de juventude rural, ainda, está por vir, especialmente quando se tem como referência jovens que não estão organizados e que, simplesmente, residem nos assentamentos como é o caso dos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú. Em tempo, reforça-se a necessidade e mesmo a urgência de pensar políticas públicas que se aproximem da realidade dos assentamentos e que considerem a diversidade das juventudes existentes nestes espaços e que, assim, não comprometam o futuro dos assentamentos rurais brasileiros como prenunciado em várias pesquisas.

3.4 As expectativas e o futuro dos jovens no assentamento

Dos vinte jovens entrevistados no Assentamento Sepé Tiarajú, apenas três sempre moraram em espaços rurais, ou seja, antes de serem assentados com seus familiares, moraram em sítios, fazendas ou chácaras. Os demais têm experiência e vivência de morar tanto na cidade como em acampamentos e assentamentos. Estes indicadores são importantes para podermos, além de analisar, observar a visão que os jovens possuíam do assentamento onde viviam, bem como apreender os planos para o futuro almejados por eles.

Por meio das dificuldades, necessidades e, ainda, da “inexistência” de políticas públicas direcionadas aos jovens rurais neste assentamento, pode-se afirmar que estes aspectos contribuía para uma visão, por parte dos jovens, carregada de aspirações, cujas projeções são apontadas para a cidade como pode ser observado nas seguintes expressões:

Eu penso em mudar, mas não ir embora de vez. Deixaria minha casa aqui e quando chegasse o fim de semana, eu viria para cá. Até por causa da minha mãe que mora aqui. Eu tenho vontade de construir uma casa na cidade e deixar aqui mesmo só para o fim de semana (J18 - 22 anos).

Eu queria montar uma lojinha de eletrônica em Serrana. Porque deve ter poucas lojas lá. Tenho que procurar um lugar melhor (J7 - 18 anos).

Muitos saem daqui e vão para Serrana, principalmente quando tem festa ou algo assim. Outros mudam, muitos já foram embora, foram procurar emprego em cidades, por que não têm o que fazer aqui. Muitos foram morar com parentes longe do assentamento (J8 - 16 anos).

Constata-se que os jovens do Assentamento Sepé Tiarajú ficam divididos entre sair ou continuar no assentamento. Sair significa deixar o assentamento e seus familiares e ir morar na cidade e isto está sendo impulsionado devido à ausência de políticas públicas que garantam aos jovens possibilidades e condições de se manterem no assentamento, principalmente pelo viés do trabalho e outras imprescindíveis para vivência e permanência no campo, como a educação e lazer. Conseqüentemente, os jovens procuram a cidade, pois não existem alternativas dentro do assentamento em que estes possam ter condições de se manterem financeiramente, portanto, este assentamento poderá tornar-se um lugar de moradia apenas e isto está evidenciado em expressões como:

Para falar a verdade para você. Eu preferiria morar aqui e ter um serviço na cidade. Aqui é bom para morar. A gente que é novo, não tem paciência igual meu pai. Tem de mexer com roça, com plantação, essas coisas. Demora. Você planta hoje para cair o dinheiro lá não sei quando, isso quando vem. Se você trabalha registradinho isso e aquilo, você sabe que no fim do mês vem (fazendo menção ao salário). Aqui é gostoso para morar, um sossego, não tem coisa melhor, mas para trabalho, assim? É complicado (J2 - 22 anos).

A expressão acima é uma realidade que já está acontecendo no assentamento. Constatamos, por meio das entrevistas, que onze jovens não querem se mudar do assentamento atualmente, mas almejam conseguir algum tipo de trabalho nas cidades de Serra Azul, Serrana ou Ribeirão Preto, onde ficariam o dia inteiro e retornariam a noite para o assentamento. Comparando a quantidade de jovens que expressaram o desejo de continuar no assentamento com os que querem mudar, ou seja, não residirem no assentamento, constatamos que existe um número significativo de jovens que gostaria de permanecer no assentamento, mas com na condição de conseguir trabalho fora do assentamento, ou seja, na cidade. Tais situações são importantes para pensar que, trabalhar, para estes jovens, está fora o horizonte do trabalho no campo. Isto deve-se ao fato de que o trabalho no campo é considerado por eles como pesado, sem retorno imediato e a remuneração adquirida, por meio do trabalho familiar, fica sob a administração dos pais ou responsáveis. Como foi exposto anteriormente, os jovens querem ter sua independência financeira e isto é uma das

suas maiores queixas, haja vista que eles querem poder usufruir de bens materiais, como celular e computadores, que julgam ser indispensáveis.

Na visão de alguns pais, o trabalho realizado no campo não é mesmo para os jovens, como pode ser averiguado no depoimento a seguir:

Não é que não tem trabalho, é que eles não acostumam com o trabalho no campo, porque quando entraram na juventude, estavam todos estudando. Se estiverem estudando não trabalham e, aí, quando terminam os estudos vão buscar outras coisas lá fora. Muitos ficam aqui, por causa dos pais, aquele que tem amor aos pais ficam, mas também ficam meio obrigados. Realmente aqui não é para os jovens mesmo. O campo não é para juventude (Assentado - 56 anos).

Verifica-se na fala acima que o trabalho realizado no campo, como capinar, preparar a terra, semear, roçar, cuidar dos animais, colher e mesmo escoar a produção não está no horizonte dos pais, pensando estas atividades como trabalho que os jovens possam realizar. As relações que os pais possuem com o trabalho no campo são completamente diferentes da relação que os jovens/filhos possuem. Enquanto os pais estão “acostumados” com o trabalho no campo como as atividades mencionadas acima, os jovens em nenhum momento apontaram esses tipos de atividades como trabalho que pudesse ser realizado por eles, tanto que na visão do pai, a questão não é “ausência do trabalho, mas sim que o trabalho do campo não é para ser realizado por jovens”, até mesmo por que esses jovens não cogitam trabalhar nesses tipos de atividades dentro do assentamento.

Por meio destas e de tantas outras situações, como a inacessibilidade aos créditos, ausência de acompanhamento técnico por parte do INCRA, do solo arenoso, da falta de água e dificuldade no escoamento da produção, é gerada nas famílias assentadas expectativa no que tange ao futuro do assentamento, como pode ser averiguado na seguinte expressão:

Se continuar assim, eu acho que aqui vai ser um assentamento de velhos. Nossa!! Aqui vai ser uma vila. Muitos estão indo embora (fazendo referência aos jovens) e os que não saem vão trabalhar na cidade. Saem pela manhã e voltam a noite. Alguns têm vergonha de dizer que moram no assentamento, porque se eles aqui dentro tivessem valor, eles teriam prazer de dizer que moram no Assentamento Sepé Tiarajú, mas são excluídos e isso é difícil. Aqui a gente tem uns quatro ou cinco jovens que vemos que pretendem estudar, crescer na vida e vir para cá, uns quatro ou cinco, ou seja, que pretendem trazer para cá o que eles aprenderam quando estavam fora estudando. Olha, de zero a doze anos, nós temos cento e quatorze pessoas. Imagine esse zero a doze daqui uns dez anos, esses que são jovens agora, já serão pai e mãe e eles não estarão mais aqui, esses, também, vão sair. Eu sei disso, porque eu fiz a lista para o Natal e esse zero a doze anos foi contabilizado, sem contar os que estão no acampamento daqui de perto.

Tem criancinha que você conversa com ele que diz: *Ahh não, quando eu crescer eu vou embora daqui*. Isto porque já vê os irmãos e primos dizendo que querem ir embora, ninguém quer ficar aqui desses jovens, não querem continuar no assentamento (Assentada – 62 anos).

A expectativa na realidade perpassa pela preocupação quanto ao futuro do assentamento, especialmente porque o cenário tem apontado que os jovens não querem ficar no assentamento e aqueles que almejam permanecer, querem trabalhar na cidade. Desta forma, a preocupação das famílias também perpassa pela apreensão de quem cuidará dos seus respectivos lotes, já que isto não é preocupação e nem prioridade nas vidas dos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú. Associando a saída dos jovens com as expectativas futuras no assentamento, ou seja, com como será o assentamento diante de todas as dificuldades e necessidades enfrentadas pelos assentados, a expressão da irmã franciscana merece atenção:

Então, no futuro, eu **acho que aqui não vai ser assentamento**. Acho que **aqui vai ser um bairro**, que vai ser agregado a Serra Azul e Serrana. Se no futuro colocar em prática tudo que está no projeto seria maravilhoso. Aqui seria o paraíso – eu falo que aqui é o paraíso – só que aí não seria paraíso, aqui seria o céu. Porque aí todas as pessoas poderiam escoar o que plantou, ter seu valor, sua dignidade, ser reconhecido diante da sociedade **não como Sem Terra**, pois o povo criminaliza quem mora em assentamento, mas mostrar que aqui vivem seres humanos e precisam ser respeitados (Irmã Franciscana da Penitência – janeiro de 2011, grifos nossos).

Percebe-se que os sujeitos que estão envolvidos no assentamento, como é o caso desta congregação religiosa, possuem diferentes visões acerca do futuro do assentamento. O Assentamento Sepé Tiarajú não deixará de ser um assentamento devido às transformações que vem enfrentando. Contudo, é fato que a visão de que o assentamento se tornará um bairro no futuro é uma alternativa de resistência diante dos problemas e dificuldades existentes atualmente neste espaço rural, tanto no sentido de negar a existência de Sem Terra, pois esta classificação é carregada de estereótipos reproduzidos na sociedade brasileira, como na preocupação de que os assentados possam ser reconhecidos como sujeitos que, embora vivam num assentamento rural, são possuidores de direitos.

Deste modo, torna-se menos agressivo dizer que no assentamento não existe Sem Terra, justificado pelo fato de que todos estão assentados e possuem seus próprios lotes, portanto, são “Com Terra”. Os assentamentos, diferentemente dos bairros, possuem programas e projetos específicos para que sejam realizadas as melhorias nestes espaços,

como abertura de estradas com terraplanagem, construção de escolas, fomentos e créditos destinados à plantação e construção.

Diante das expectativas construídas no Assentamento Sepé Tiarajú, podemos constatar os aspectos positivos e negativos, para os jovens, existentes entre o assentamento e a cidade, como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 3. A visão dos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú sobre o assentamento e a cidade, no que tange aos aspectos positivos e negativos.

	Assentamento	Cidade
Aspectos Positivos	<p>Calmo e sossegado</p> <p>Sem tanta violência</p> <p>Bom para ter família</p> <p>Seguro</p> <p>CONAB</p> <p>Algumas diversões (andar a cavalo, jogar bola na rua)</p> <p>Menos pessoas</p> <p>Amigos</p> <p>Ar puro</p> <p>Oficina de violão</p> <p>Produção (alguns lotes)</p> <p>Conquista da terra</p> <p>Curso de Agroecologia (apenas uma jovem participa)</p>	<p>Festas</p> <p>Facilidade para trabalhar</p> <p>Possibilidade de ter carteira de trabalho assinada</p> <p>Acesso à farmácia, ao supermercado, ao hospital, ao posto de saúde, à <i>lan house</i> e aos bares</p> <p>Espaços de lazer</p> <p>Espaços para práticas esportivas.</p>
Aspectos Negativos	<p>Bebidas</p> <p>Drogas</p> <p>Furtos</p> <p>Transporte</p> <p>Falta de água</p> <p>Não tem opção de lazer</p> <p>Promessas que não são cumpridas</p> <p>Ausência dos agentes do Estado/INCRA</p> <p>Não tem festa</p>	<p>Barulhento</p> <p>Inseguro</p> <p>Ladrão</p> <p>Roubos e furtos</p> <p>Violência e assassinatos</p> <p>Drogas</p> <p>Morar em bairros periféricos ou favelas</p> <p>Agitação em demasia</p>

Tempo ocioso	Brigas
Não tem trabalho e oportunidades para estudar e trabalhar	Muita gente
Lugar sem perspectivas para o futuro	Distância da vizinhança
Lugar chato	
Dificuldade de comercializar os produtos	
Falta de união entre os assentados	
Infraestrutura	
Brigas	
Pessoas foragidas da justiça.	

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, de janeiro a julho de 2010.

Nota-se que os aspectos negativos e positivos apontados pelos jovens perpassam por reivindicações no que tange as melhorias na infraestrutura do assentamento, especialmente, aos de acesso ao lazer, trabalho e educação. De todo modo, os aspectos positivos e negativos em destaque na cidade representam um contraponto aos aspectos apontados, pelos jovens, na referência ao assentamento. Estes aspectos estão associados aos projetos para o futuro desta juventude do Sepé, como ter que sair do assentamento para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada ou mesmo continuar os estudos, especialmente, aos que terminaram o ensino médio. Neste sentido, uma jovem assentada fez o seguinte depoimento:

Futuramente, eu pretendo fazer um curso de História ou então fazer um curso de química em açúcar e álcool. Aqui na região as usinas pegam (contratam) muito, eles precisam desse tipo de curso e em Ribeirão tem esse curso. Acho que são dois anos. Em dois anos você faz e já sai com a carteira assinada. As usinas precisam e não tem muito mão de obra nessa área. Tive um amigo que queria fazer, mas tinha que pagar uns R\$170,00 por mês, mas também compensava. Quando você termina o curso, você já estava empregado. Você iria ganhar uns R\$1.000,00 ou R\$ 2.000.00 (F5 – 22 anos).

Além da possibilidade ou mesmo vontade apontada pela jovem acima, cujo desejo é obter emprego nas usinas aos arredores do assentamento, existe outra possibilidade apontada pelo agente do Estado. O próprio INCRA, responsável por atender os assentamentos na região de Ribeirão Preto, emprega, em seu quadro de funcionários, jovens que são filhos de agricultores na região. Segundo um agente dessa instituição, esses jovens saem do assentamento para trabalhar no INCRA, justamente para contribuir na renda familiar, além

de ser uma possibilidade a mais de investimento financeiro no lote da família. Alguns jovens, segundo este agente, não conseguem administrar a “autoridade” imposta, especialmente, pelo pai. Desta forma, alguns deixam o assentamento para trabalhar e não retornam mais, ou seja, constroem suas vidas ou constituem famílias fora do assentamento.

O agente aponta ainda que existem alguns casos em que os filhos/jovens deixam os assentamentos numa faixa etária entre 15 ou 17 anos e vão para cidades ou mesmo para outras fazendas para trabalhar e retornam ao assentamento quando constituem família e já estão na maioridade. Nesses casos, os filhos retornam aos assentamentos e passam a ser agregados aos lotes de seus pais. Isto justifica, por exemplo, o crescimento populacional que os assentamentos enfrentam e no Assentamento Sepé isto não é diferente. Mesmo o curso apontado pela jovem é uma realidade um tanto distante das condições econômicas da juventude do assentamento, devido aos valores que precisariam ser dispensados neste tipo de formação. De todo modo, a região de Ribeirão Preto e as cidades circunvizinhas, por haver uma quantidade significativa de plantação de cana de açúcar seriam uma possibilidade de emprego para as juventudes existentes nos assentamentos rurais desta região.

Pelas dificuldades existentes no Assentamento Sepé Tiarajú, bem como pela ausência das políticas públicas que contemplem as necessidades dos assentados, os jovens não acreditam que, futuramente, o assentamento melhore. Isto reforça a afirmação dos pais ao mencionarem que o assentamento futuramente será uma vila e, conseqüentemente, será composta por velhos, já que os jovens estão saindo do assentamento.

Embora o assentamento, desde a sua criação, preze pelo trabalho coletivo, observa-se, atualmente, que há certo distanciamento entre os assentados. Na visão de alguns jovens a convivência com o “outro” não é algo fácil de ser exercitado, pois implica na aceitação e no diálogo. Segundo os jovens, ultimamente isto não vem acontecendo no assentamento, pois há divergências pessoais, políticas e ideológicas entre os assentados, ampliando ainda mais as dificuldades no assentamento. Ainda neste sentido, uma jovem relaciona essa questão do convívio, especificamente, a um grave problema a ser tratado no assentamento: o uso e a comercialização de entorpecentes. Além disto, os jovens também destacam que os assentados não são unidos, deixam de trabalhar coletivamente em prol das melhorias do assentamento, agem com atitudes individuais e, muitas vezes, egoístas. Essa situação pode ser observada na seguinte fala:

Aqui dentro as pessoas pensam só em si próprio e não pensam no coletivo, acho que isso é que vai acabando aos poucos com o desenvolvimento do assentamento. Muito individualismo (J14 - 17 anos).

Ações neste direcionamento implicam na organização do assentamento, bem como nas possíveis reivindicações junto ao município de Serra Azul, que é um ponto de reclamação dos jovens no que se refere ao não investimento municipal no assentamento, além das promessas não cumpridas e o esvaziamento das reuniões dentro do assentamento.

As expectativas apresentadas pelos jovens são um resumo de todas as dificuldades e necessidades que perpassam o cotidiano do assentamento, bem como, dos assentados. De toda forma, a construção da escola no assentamento foi a perspectiva mais próxima que pudemos constatar durante a realização da pesquisa. Tal escola para os jovens poderá também ser um espaço de acesso à educação não formal, já que a escola contemplará inicialmente apenas alunos do ensino fundamental; estima-se que neste espaço serão realizados cursos como artesanato, dança computação, profissionalizantes e outros.

Importante ressaltar que as expectativas mencionadas de cunho pessoal, como a obtenção de recursos financeiros para comprar maquinário ou contratar pessoas para trabalhar no lote, estão vinculadas às melhorias de infraestrutura do assentamento, ou seja, as benfeitorias realizadas nos lotes requerem um assentamento que possibilite aos assentados condições de escoar sua produção, acompanhado de estradas transitáveis e, no caso mais específico do Sepé Tiarajú, que seja resolvida a questão da água. Neste sentido, por meio do quadro a seguir, pudemos elencar as principais expectativas do ponto de vista dos jovens:

Quadro 4. Expectativas dos jovens em relação ao futuro do Assentamento Sepé Tiarajú.

Campo de futebol
Centro de lazer
Projetos
Trabalho para os jovens
Recurso financeiro para comprar maquinário
Recurso financeiro para contratar pessoas para trabalhar no lote
Linha de transporte dentro do assentamento
Água encanada
Atividades (cursos) para os jovens
Cooperativas que possam atender as necessidades dos jovens

Fonte: Entrevistas individuais realizadas pela autora, de janeiro a julho de 2010.

Castro (2008), ao argumentar que o jovem rural apresenta-se longe do isolamento e dialoga com o mundo globalizado, nos remete a perceber que os jovens do Assentamento Sepé Tiarajú ambicionam suas vidas bem diferentes dos seus pais. Cogitam morar no assentamento, mas não desenvolver os trabalhos que são realizados pelos pais, ou seja, o trabalho no campo, como afirmaram alguns pais, é para adultos e não para jovens. Desta forma, as expectativas no que tange ao futuro do assentamento servirão de melhorias para um lugar de moradia desta juventude e isto implicará no próprio desenvolvimento e investimentos no assentamento, sejam no âmbito social, cultural ou econômico por via das políticas públicas tão cobradas por todos os assentados.

4. CONDISERAÇÕES FINAIS

O Assentamento Sepé Tiarajú pode ser considerado um assentamento novo, se comparado com os vários existentes no país, cujas características e singularidades são construídas por meio dos vários agentes e instrumentos que estão ao redor deste espaço rural. Neste sentido, pensar os jovens a partir do rural requer que se leve em consideração um conjunto de ações e atuações que nem sempre são visíveis aos sujeitos dos movimentos sociais que atuam nos assentamentos, aos agentes do Estado e também dos próprios familiares destes jovens. Isto tudo se torna ainda mais evidenciado, especialmente, quando os jovens dos assentamentos, como é o caso do Assentamento Sepé, não estão organizados e nem atuam em nenhum espaço social, cultural ou político.

Assim, concluímos que os jovens deste assentamento são invisíveis para todos os agentes envolvidos neste espaço social. Notamos que os jovens são vistos como uma categoria que não tem interesse de participação nas atividades pensadas e desenvolvidas no espaço do assentamento, tais como o debate acerca da água, construção da escola ou mesmo da organização e formação nas cooperativas ou associação.

Embora o Sepé Tiarajú tenha o MST como referência na sua organização, constatamos que este movimento não tem conseguido manter suas ações e atuações neste assentamento. Assim, não consegue promover e disponibilizar aos jovens oportunidades de formações políticas e sociais tão difundidas por este movimento, especialmente no processo inicial de formação do assentamento.

Consideramos que a juventude rural não é homogênea, o que pode ser constatado nesta pesquisa já que neste assentamento os jovens possuem as mais variadas formações. Neste espaço, há jovens que sempre viveram e possuem experiência de morar em sítios, chácaras, fazendas, acampamentos e assentamento. Há, também, jovens que foram morar no assentamento por causa dos pais, pois são sempre estes que assumem a luta pela terra, que participam e atuam nos movimentos e que, conseqüentemente, após a conquista da terra, levam os membros da família para o assentamento. Portanto, o Assentamento Sepé Tiarajú possui uma juventude do campo e outras que embora estejam vivendo num assentamento, são provenientes da cidade. Acreditamos que esta é uma questão que transformará os espaços sociais, políticos e econômico deste assentamento devido ao fato de que os jovens,

sejam eles aqueles que sempre tiveram experiência no campo ou os advindos da cidade, não querem trabalhar no campo. São unânimes em dizer que almejam conseguir trabalho na cidade ou até mesmo nas usinas de cana de açúcar, portanto, o trabalho de cultivar e produzir continuará sob a responsabilidade dos adultos, mais precisamente dos pais dos jovens.

Encontramos várias juventudes neste assentamento. Jovens com características rurais e urbanas que não almejam continuar no assentamento, mas que, ao mesmo tempo, querem “apenas” residir neste espaço, jovens que não pretendem continuar seus estudos, mas que também são impedidos devido a fatores como a falta de incentivo e oportunidade que poderia ser dada dentro do assentamento e também pelas famílias, jovens sem perspectiva para o futuro seja dentro ou fora do assentamento. Contudo, o que mais motiva estes jovens, e isto é uma unanimidade, é a possibilidade de obter emprego. Isto evidentemente, fora do assentamento. Dentro do assentamento, a expectativa maior fica por conta de serem construídos espaços de lazer apontados por eles, como campo de futebol, quadras esportivas. Percebe-se que estes espaços de lazer são para práticas esportivas, pois dentro do assentamento essas atividades são realizadas na rua.

Desta heterogeneidade de jovens que compõem o Sepé, salientamos que estes sujeitos colocam o desejo de conseguir trabalho como algo fundamental em suas vidas. A importância que o trabalho assume em suas vidas deve-se ao fato de que suas famílias não possuem condições financeiras suficientes para suprir suas necessidades como, por exemplo, a compra de roupas, calçados e celulares. As famílias conseguem manter estes jovens com o que julgam necessários, ou seja, alimentação. Portanto, se almejam possuir algo além da alimentação, precisam trabalhar fora do assentamento, geralmente, nas cidades circunvizinhas. Ademais, os próprios jovens afirmam não apreciarem os trabalhos que são realizados no assentamento que, geralmente, correspondem a capinar, roçar, plantar e zelar pelos animais como cavalos, porcos, galinhas, vacas e patos. A reclamação dessas atividades é, justamente, a não remuneração imediata, pois eles querem ter condições financeiras para comprar seus pertences e, ao mesmo tempo, ter condições de ir para cidade e desfrutarem dos espaços de lazer.

Diante da devida importância que o trabalho ocupa na vida dos jovens, pode-se afirmar que a formação educacional, ou seja, cursar o ensino superior, não está no horizonte destes jovens, especialmente daqueles que terminaram o ensino médio e que não veem dentro ou fora do assentamento alguma possibilidade e mesmo incentivo em continuar seus

estudos, tanto que do curso de Agroecologia organizado pelo MST, apenas uma jovem possuía reais condições de cursá-lo, uns estavam em defasagem nos estudos e outros não tinham interesse. De todo modo, há pouco incentivo por parte das famílias para que os jovens estudem e cheguem ao ensino superior. Isto pode ser visto, geralmente, em famílias cuja formação passou pelo movimento social, no caso o MST ou mesmo os que já foram liderança deste movimento dentro do assentamento.

Sabe-se que vencer a “invisibilidade” imposta aos jovens, sejam eles urbanos ou rurais, tornou-se um desafio para esta categoria nos tempos atuais. Deixar de serem vistos e considerados, apenas, como os elevados índices de violência no país tem feito a juventude atuar e participar das instâncias de decisões nos espaços sociais e políticos, bem como ocupar dentro dos próprios movimentos sociais o reconhecimento enquanto sujeitos possuidores de direito e como um “ator político” como constado por Castro (2005). Entretanto, aos jovens rurais brasileiros, esta é uma questão que ainda necessita de maior atenção por parte de todos os agentes envolvidos com as questões rurais, principalmente, das políticas públicas direcionadas aos jovens.

Pensar as políticas públicas para os jovens, especialmente para aqueles que estão nos assentamentos rurais, mas que são totalmente alheios aos acontecimentos sociais, culturais e econômicos a sua volta é voltar-se para o processo de repensar as políticas públicas direcionadas a estes sujeitos. A partir deste assentamento, por meio dos jovens, observamos que as políticas públicas existentes para esta categoria estão, totalmente, distanciadas da realidade dos assentamentos rurais, mas isto não é uma realidade constatada, apenas, pelo viés das políticas públicas para juventude, mas sim pelas próprias políticas públicas direcionadas aos assentamentos. Há uma ausência e ineficiência deste instrumento nos assentamentos, portanto, o problema não é a inexistência das políticas públicas, embora reconheçamos que também existam várias falhas, mas sim como este instrumento tem chegado aos assentamentos rurais brasileiro, desta forma é necessário repensar o rural de modo que, de fato, atenda as necessidades daqueles que querem construir suas vidas nestes espaços.

As políticas públicas existentes para a juventude rural devem refletir sobre a própria heterogeneidade das juventudes existentes no assentamento. Ao desconsiderar a realidade e as diversidades existentes nos assentamentos, essas políticas acabam contribuindo para que estes jovens permaneçam na invisibilidade e, conseqüentemente, o futuro do assentamento pode ser comprometido. É fato que a ausência das políticas públicas nos assentamentos é

uma constante reclamação por parte de todos que estão envolvidos neste espaço. O próprio estado, por sua vez, propaga informações que não corresponde com a realidade encontrada nos assentamentos rurais. Tais questões proporcionam aos sujeitos da reforma agrária uma disputa política junto ao estado visando a acessibilidade aos direitos conquistados por meio da terra como acesso ao crédito, escolas e assistência técnica.

Concluimos, então, que é necessário repensar as políticas públicas para os jovens rurais. E preciso conhecer, de fato, a realidade destes sujeitos, levar em consideração a heterogeneidade, as expectativas e necessidades. Caso contrário os jovens continuarão deixando os assentamentos, reproduzindo e reforçando que a reforma agrária neste país não é necessária, especialmente se o futuro destes espaços passa a ser ameaçado pela ausência de jovens que possam manter e continuar a produção no assentamento. Nesta conjuntura, o Assentamento Sepé Tiarajú enfrentará, num futuro não tão distante, o embate entre a produção familiar e os jovens que não realizarão nenhum tipo de trabalho agrícola, mas querem continuar morando neste espaço.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N.; FERRARI, D.; SILVESTRO, M.; TESTA, V. M. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó/Brasília: Convênio FAO-INCRA/CPMP-EPAGRI – Edições UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. *Juventude rural: ampliando as oportunidades*. Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, ano 1, n. 1. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

ABRAMOVAY, M. (Org.). *Cotidiano das escolas: entre Violências*. Brasília: UNESCO; Observatório de Violências nas escolas; MEC, 2005.

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ANDRADE, C. C. Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. IPEA. *Mercado de Trabalho*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 37, novembro de 2008.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&>. Acesso em: 10 fev. 2011.

_____. PEREIRA, S. M. P.; BLANC-PAMARD, C.; CHONCHOL, M. E. *Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora DL/Brasil, 1997.

_____. PEREIRA, S. M. P.; NORDER, L. A. C. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, P. A Juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Arco Zero Limitada, 1983.

BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. M.; OLIVEIRA, R. C. A.; LARA, M. R. Jovens urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Manizales*. Colombia, v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2008*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 04 jun. 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2000*. Número de jovens que existem na Zona Rural. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. *A Atualidade do Estatuto da Terra*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 02 mar. 2010.

BRASIL. *Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária*. 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news05_12.htm>. Acesso em: 29 set. 2010.

BRASIL. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Juventude e políticas sociais no Brasil*. CASTRO, J. A.; ALQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

BRASIL. 1º Conferência Nacional de Políticas Públicas de juventude. *Caderno de Resoluções*. Brasília: agosto de 2008.

BRASIL. Plano Nacional da Juventude. Disponível em: <<http://www.infojovem.org.br/infopedia/tematicas/direitos-e-deveres/plano-nacional-de-juventude/>>. Acesso em: 04 mar. 2010.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

BRUM, C. K. *Sepé Tiaraju Missioneiro: um mito gaúcho*. Santa Maria e Porto Alegre: Pallotti, 2006.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, julho/dezembro, 1998.

CARMO, P. S. As caras da Juventude. *Cadernos Adenauer*. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, ano II, n. 06, 2001.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; COSTA, L. F.; SANTOS, R. (Orgs.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania. Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

CASTRO, E. G. *Entre o ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 2005. 444 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. Colômbia, v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.uaemex.mx/src/inicio>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M.; ALMDEIDA, S. L. F.; RODRIGUES, M.; BARRIOS, E.; CARVALHO, J. G. *Os jovens estão indo embora?* Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, M. G.; ABRAMONAY, M. *Por um novo paradigma do Fazer Políticas: Políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003.

_____. *Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas*. 2004. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambu-MG, de 18 a 20 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.miriamabramovay.com/site/index>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CORBUCCI, P. R.; CASSIOLATO, M. M.; CODES, A. L.; CHAVES, J. V. *Situação educacional dos jovens brasileiros*. Juventude e políticas sociais no Brasil. In: CASTRO, J. A.; ALQUINO, L. M. C., ANDRADE, C. C. (Orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

DURSTON, J. Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual. Santiago do Chile, Cepal, *Políticas Sociales*, n. 28, outubro de 1998.

IULIANELLI, J. A. S. Juventude sertaneja, camponesa nordestina e plantio da maconha. *Boletim Drogas e Violência no Campo*. Ano 1/2006. n. 3. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/bdv/>>. Acesso em: 2 jul. 2010.

FARIAS, M. F. L. Reforma Agrária e desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. *O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido*. NEAD especial. MDA. Brasília, 2008.

FERNANDES, A. S. A. Políticas Públicas: Definição evolução e ocaso brasileiro na política social. In: DANTAS, H.; JUNIOR, J. P. M. (Orgs.). *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

FERREIRA, B.; ALVES, F. *Juventude Rural: Alguns impasses e sua importância para a Agricultura Familiar*. Juventude e políticas sociais no Brasil. In: CASTRO, J. A.; ALQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

GONTIJO, C. R. B. Juventudes do Campo no Contexto de Ruralidades a serem (Re) construídas: Um Estudo exploratório em um acampamento dos Sem-Terra. In: II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia, abril de 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007.

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

HOFLING, E. M. Estado e Políticas (públicas) Sociais. In: Políticas Públicas e Educação, *Caderno Cedes 55*. Campinas, 2001.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 2006.

MENEZES, M. A.; MALAGODI, E.; MARQUES, F. R. Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). *Reforma Agrária e desenvolvimento*. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD Especial, 2004.

MEMORIAL LELIA GONZALES. Cultura Educação e informação em Amefricanidade. *Índio Guarani Sepé Tiaraju é Herói Nacional*. Disponível em: <<http://leliagonzalez-informa.blogspot.com/2009/10/indio-guarani-sepe-tiaraju-e-heroi.html>>. Acesso em: 17 set. 2010.

NORDER, L. A. C. *Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho*. 1997. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - IFCH/Unicamp, Campinas, 1997.

OLIVEIRA, E. G. *O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista-MG*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade) - Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, Minas Gerais, 2006.

OBSERVATÓRIO JOVEM: *Juventude rural: entre ficar e sair*. Entrevista de Elisa Guaraná de Castro. Disponível em: <<http://www.observatoriojovem.org/>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura.. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., 2006.

_____. “Estado do Campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.

SCOPINHO, R. A. Em busca de “elos perdidos”: projetos de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. São Paulo, v. 12, n. 2, 2009.

_____. *O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiarajú – SP: os sentidos e os caminhos da cooperação*, Grupo de Pesquisa Trabalho, Organização Social e Comunitária - Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, FAPESP, 2007.

REPÓRTER BRASIL. Agroecologia faz de assentamento modelo de sustentabilidade. 2007. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1223>>. Acesso em: 10 set. 2010.

RUA, M. G. ABRAMOVAY, M. *Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Panelas”?* *As Relações de gênero em assentamentos rurais*. Brasília: Edição UNESCO Brasil, 2000.

_____. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: _____. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2010.

UNESCO. *Políticas Públicas de/para/com Juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.

WEISHEIMER, N. *Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.